

20 anos do GTT Memórias da Educação Física e Esporte no CBCE

BALANÇOS E PERSPECTIVAS

ORGANIZADORES

Bruno Duarte Rei
André Dalben



20 anos do GTT Memórias da Educação Física e Esporte no CBCE



BALANÇOS E PERSPECTIVAS

Bruno Duarte Rei e André Dalben (Orgs.)

Chancela: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

André Dalben

Andrea Moreno (Prefácio)

Bruno Duarte Rei

Christiane Garcia Macedo

Edivaldo Góis Junior

Gustavo da Silva Freitas

Paola Dogliotti Moro

Sergio Roberto Chaves Junior

20 anos do GTT Memórias da Educação Física e Esporte no CBCE

BALANÇOS E PERSPECTIVAS

Belém-PA

RFB Editora

2026

EXPEDIENTE

RFB Editora

CNPJ: 39.242.488/0001-07

Tv. Quintino Bocaiúva, 2301, Sala 713, Batista Campos, Belém-PA, CEP 66045-315
(91) 98566-1194 · www.rfbeditora.app.br · adm@rfbeditora.com

Editor-Chefe: Prof. Dr. Ednilson Ramalho

Diagramação e projeto gráfico: Worges Editoração

Revisão de texto: os autores

Bibliotecária: Janaina Karina Alves Trigo Ramos — CRB 8/9166

Produtor editorial: Nazareno Da Luz

Chancela: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

A responsabilidade pelo conteúdo, pelas opiniões emitidas e pela revisão dos textos é exclusiva dos autores.

Belém-PA · 2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V621 20 anos do GTT Memórias da Educação Física e Esporte no CBCE: balanços e perspectivas [recurso eletrônico] / Organizado por Bruno Duarte Rei; André Dalben. – Belém: RFB Editora, 2026.

1 recurso online : 159 p. : il. ; PDF.

Chancela: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5337-295-5

DOI: 10.46898/rfb.mrmj5ifoh6ow

1. Educação Física – História. 2. Esporte – Memória.

3. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

4. Política de memória. I. Rei, Bruno Duarte (Org.).

II. Dalben, André (Org.).

CDD 796.09

CDU 796(81)(091)

Elaborado por Janaina Karina Alves Trigo Ramos – CRB 8/9166

Índice para catálogo sistemático:

1. Educação Física e Esporte : História e memória 796.09

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo - UFMA
Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana - UNIFAP
Prof^a. Dra. Raquel Silvano Almeida - UNESPAR
Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa - UFMA
Prof^a. Dra. Ilka Kassandra Pereira Belfort - Faculdade Laboro
Prof^a. Dra. Renata Cristina Lopes Andrade - FURG
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves - IFF
Prof. Dr. Clélio dos Santos - UFRRJ
Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri - UFJF
Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa - IFMA
Prof^a. Dra. Isabella Macário Ferro Cavalcanti - UFPE
Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida - UFOPA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL
Prof^a. Dra. Maria de Fátima Vilhena da Silva - UFPA
Prof^a. Dra. Dayse Marinho Martins - IFMA
Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira - UFAM
Prof^a. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN
Prof. Dr. Piter Anderson Severino de Jesus - Université Aix-Marseille
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares - UFPI
Prof. Dr. Divo Augusto Pereira Alexandre Cavadas - UA

DEDICATÓRIA

Dedicamos esta coletânea à memória da Profa. Dra. Carmen Lúcia Soares, uma das fundadoras do GTT Memórias da Educação Física e Esporte do CBCE. Sua trajetória intelectual marcou profundamente a consolidação da História da Educação Física e do Esporte no Brasil e deixou um legado incontornável para este campo de estudos. Ao homenagearmos sua memória, reafirmamos que a escrita da história é também um exercício de preservação das presenças que continuam a orientar nosso trabalho e nossos compromissos coletivos.



SUMÁRIO

PREFÁCIO	10
<i>Andrea Moreno</i>	
APRESENTAÇÃO.....	14
<i>Bruno Duarte Rei e André Dalben</i>	
CAPÍTULO 1	
20 ANOS DE CONSTRUÇÕES: O GTT MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE E A SUA POLÍTICA INTERNA DE MEMÓRIA (2005-2025)	19
<i>Bruno Duarte Rei e André Dalben</i>	
CAPÍTULO 2	
MEMÓRIAS DO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE: O QUE E COMO TEMOS PRESERVADO?	54
<i>Christiane Garcia Macedo</i>	
CAPÍTULO 3	
CONSTRUÇÃO DO ACERVO DO GTT MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE: DELINEAMENTOS EM CURSO.....	80
<i>Gustavo da Silva Freitas e Sergio Roberto Chaves Junior</i>	
CAPÍTULO 4	
ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: O GTT MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE E OS SILÊNCIOS SOBRE SUA PERSPECTIVA DISCIPLINAR	101
<i>Edivaldo Góis Junior</i>	
CAPÍTULO 5	
DESAFÍOS Y POTENCIALIDADES DEL GTT MEMORIAS DE LA EDUCACIÓN FÍSICA Y DEL DEPORTE – PERSPECTIVAS FUTURAS DE INTERNACIONALIZACIÓN	121
<i>Paola Dogliotti Moro</i>	
ANEXO 1	
POLÍTICA INTERNA DE MEMÓRIA DO GRUPO DE TRABALHO TEMÁTICO 10 – MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE	134
SOBRE OS AUTORES	154

Índice remissivo.....	157
-----------------------	-----

PREFÁCIO

“Repetir, repetir, até ficar diferente”¹

Andrea Moreno

É sempre uma honra escrever um prefácio. Por um lado, a gente reconhece, no convite para fazê-lo, um lugar que se ocupou, ou se ocupa, no debate acadêmico sobre o tema. Um reconhecimento de que, afinal, ainda temos algo a dizer ou o que dissemos sobre o tema, em outros tempos, foi relevante para o debate que ora se trava.

Mas, creio, também, que escrever um prefácio é um desafio: dizer aos leitores, ou possíveis leitores, que essa obra vale a leitura, vale o pensar, vale o debate, vale a reflexão. Um prefácio é também um convite, um modo de convencer às pessoas: “não parem por aqui, sigam os capítulos, pois vale a pena”.

Me parece importante sublinhar que esse debate e essa obra se deem no âmbito do GTT Memórias da Educação Física e Esporte do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

Faço parte do GTT Memórias, como costumamos chamá-lo, desde seu início. Fiz parte do grupo que o idealizou, lutando contra o controverso posicionamento de que reunir um grupo interessado na história da Educação Física poderia ferir o caráter temático dos Grupos de Trabalho do CBCE. Vi seus primeiros passos, que foram dados antes mesmo de sua criação, no CONBRACE de 1997, realizado na cidade de Goiânia, quando nos sentimos perdidos, sem um espaço em que interessados na pesquisa histórica pudessem se reunir. Portanto, o desejo de criação de nosso GT remonta à própria organização dos CONBRACEs em GTTs.

Participei intensamente de vários de nossos encontros – presenciais e virtuais, que ocorreram nos CONBRACEs ou mesmo nos encontros que aconteceram em outros eventos. O GTT Memórias foi o fórum por mim escolhido, ao longo de minha trajetória acadêmica, para apresentar meus trabalhos, minhas pesquisas, minhas reflexões. Foi o lugar para o qual sempre fiz questão de estimular a presença de meus orientandos e estudantes. Foi o lugar que escolhi para bianualmente conhecer as pesquisas realizadas por colegas de diferentes

1. Manoel de Barros.

instituições. Fui coordenadora e membro de seu comitê científico por muitos anos. Escrevi e palestrei sobre e para o GTT em diversas ocasiões, escrevi balanços e rascunhei sobre os nossos desafios como grupo. Fui uma participante ativa, uma observadora e, principalmente, uma entusiasta desse grupo.

Tenho um enorme respeito e afeto por esse lugar. O considero imprescindível para o avançar dos debates sobre o fazer histórico no campo da Educação Física e dos Esportes. Considero que o GTT Memórias foi um espaço de formação muito importante na minha trajetória acadêmica, aprendi muito nele e com ele. Se hoje desacelerei minha presença no GTT, por conta de outras demandas acadêmicas, das quais também nos ocupamos na vida universitária, é mais por arranjos, contingências e prioridades que nos convocam, do que falta de desejo em participar. Mesmo assim, acompanho de longe nosso grupo, à espreita, com admiração pelo trabalho que colegas mais jovens têm feito à frente do GTT.

É também um convite de afeto acadêmico. São autores e autoras que, para além de suas competências como pesquisadores da história da Educação Física, fizeram parte de minha trajetória: estabelecemos relações, debatemos, conversamos, escrevemos, fizemos projetos juntos, dividimos ideias... Não seria possível escrever um prefácio se essa relação não tivesse sido edificada sobre uma base de respeito, de ética, de partilha, de afeto, enfim. Bruno, André, Edivaldo, Chris, Sergio, Gustavo e Paola – organizadores e autores dos capítulos dessa obra e por quem nutro admiração e carinho, trazem preciosas reflexões sobre o nosso Grupo de Trabalho, sobre o fazer histórico, sobre a necessidade de uma política de memória para o CBCE.

Na história do CBCE, pesquisadores(as) do campo da História da Educação Física sempre desejaram ter um espaço específico, um desejo de estar junto. O que nos aproxima não é somente “temas”. Somos entusiastas de um modo de olhar para as coisas. Um modo de olhar que vê na historicidade das coisas, sua compreensão e sua explicação. Ter esse olhar nos leva a um modo de escrever, de visitar temas, de fazer pesquisa. Portanto, a pesquisa histórica e seus modos de fazer nos interessam tanto quanto os temas.

Por isso, ao olharmos os Anais dos CONBRACEs, somos testemunhas de diferentes interesses, sejam eles temáticos, relativos a marcos temporais, ao manejo de diferentes fontes, a diferentes abordagens ou ao diálogo com uma gama extensa de autores... Fontes, arquivos, metodologias, autores... uma diversidade que nos aproxima e cujos elementos nos põem em diálogo. Nunca quisemos camuflar isso. Inúmeras vezes tentamos, junto ao CBCE, dizer que, no nosso caso,

estarmos juntos, como pesquisadores(as) da história da Educação Física, nos constituía e era importante.

No início, dada a característica rígida dos GTs Temáticos, isso não foi possível. Num segundo momento essa possibilidade foi crescendo, nos tornando um espaço híbrido como GTT Memória, Cultura e Corpo, para, enfim, nos tornarmos o GTT Memórias.

A criação desse espaço foi fundamental para ampliarmos e aprofundarmos o debate, em diversas direções. Um dos temas que sempre nos provocava era a necessidade de uma política de memória do Colégio. Não basta termos um GTT e a presença de pesquisadores(as) interessados na História. Era preciso uma política de memória, que desse conta de pensar em metas, em desafios, em preservação de fontes, em espaços de guarda. Era preciso pensar institucionalmente uma política de guarda da memória do próprio Colégio e do próprio GTT. Possibilidade que precisava ser construída por dentro do Colégio, com o Colégio, por dentro do GTT, por meio do GTT.

O que essa obra vislumbra é isso. O que seus autores dizem, com as reflexões que trazem, é isso. Gosto de ressaltar, sempre, quando uma coletânea não é uma mera junção de textos, reunidos por algum interesse editorial. Essa obra é fruto de debates que aconteceram, em diferentes eventos e ocasiões, nos quais os autores puderam expor e debater essas ideias. Conversas coletivas, palestras, conferências, seguidas de debates, que alimentaram também a coordenação e os membros do comitê científico que estão à frente de nosso GTT. Por isso, quero registrar, é uma obra orgânica, cujos capítulos têm relações um com o outro, se completam, mas também com qualidade e inteireza individuais.

Escrevendo esse prefácio aqui das Minas Gerais, termino citando o marcante verso da canção de Milton Nascimento e Fernando Brant: “Se muito vale o já feito, mais vale o que virá.” É com emoção que testemunho o caminho que o nosso GTT traça. À espreita, como disse, percebo o salto qualitativo dos que se propuseram a continuar cuidando da memória do GTT, do CBCE, da pesquisa histórica. Com dedicação, competência e, sobretudo, com enorme compromisso político de quem sabe que, sem a escrita da história e sem uma política de memória, estamos fadados ao esquecimento, à repetição de equívocos e a ficar à deriva. Tenho convicção de que “o que virá” é ainda mais potente do que o que já foi feito. E, se isso é possível, é porque, de certa forma, valeu a pena “repetir, repetir, até ficar diferente”.

Belo Horizonte, junho de 2026.

Um posfácio, dentro de um prefácio...

O encerramento dos processos editoriais para a publicação dessa obra, não poderia deixar de dizê-lo, nos encontra num momento de perda. No dia 22 de maio, recebemos a triste e impactante notícia de que Carmen Lúcia Soares, professora, pesquisadora, uma das fundadoras do nosso GTT, nos deixou. Carminha, sua trajetória e suas obras, seu compromisso com a escrita da história da Educação Física e das práticas corporais deixaram marcas em todos nós do GTT, em todo o campo da Educação Física. Como sua primeira orientanda, que usufruiu de seus ensinamentos e amizade, deixo minha homenagem registrada nessa obra, a qual, tenho certeza, ela admiraria com o entusiasmo que a caracterizava. Carminha, presente!

APRESENTAÇÃO

Bruno Duarte Rei

André Dalben

Em 2025, o Grupo de Trabalho Temático (GTT) Memórias da Educação Física e Esporte, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), completou vinte anos de sua fundação. Comemorar, para um grupo dedicado a investigar, preservar e problematizar a memória, é sempre um gesto ambíguo e exigente. Não se trata apenas de marcar uma data ou celebrar uma trajetória, mas de revisitar escolhas, reconhecer silêncios, tornar visíveis disputas e interrogar os próprios modos de lembrar. No caso do GTT Memórias, celebrar duas décadas de existência implica compreender a comemoração não como fechamento, mas como abertura: um exercício coletivo de reflexão sobre o passado que se constrói no presente, orientado por questões que atravessam o tempo e convocam responsabilidades para o futuro.

É nesse horizonte que se inscreve a presente coletânea. Organizada por iniciativa da Coordenação do GTT Memórias no biênio 2023-2025, a obra foi concebida não apenas em razão do significado simbólico dos vinte anos do grupo, mas, sobretudo, pela compreensão de que esse marco histórico oferecia uma oportunidade privilegiada para refletir criticamente sobre o percurso trilhado e sobre os desafios que se colocam à sua continuidade. Mais do que registrar uma história já concluída, os textos aqui reunidos procuram evidenciar um processo em permanente construção, reafirmando que a memória não constitui um legado acabado, mas uma prática intelectual, científica e institucional continuamente produzida, disputada e reelaborada.

Essa perspectiva dialoga diretamente com um dos principais movimentos vivenciados pelo GTT nos últimos anos: a elaboração de sua Política Interna de Memória, ao longo de 2024, seguida de sua aprovação em dezembro daquele ano e de sua implementação a partir de 2025. Fruto de um amplo processo coletivo de debates, estudos e deliberações, essa iniciativa representou um importante passo no esforço de institucionalizar práticas permanentes de preservação documental, gestão de acervos e democratização do acesso às fontes produzidas pelo grupo. Mais do que estabelecer procedimentos técnicos, a política afirma um entendimento que, de uma forma ou outra, atravessa toda esta obra: a pre-

servação da memória constitui uma dimensão indissociável da produção científica, da organização institucional e da própria responsabilidade historiográfica do GTT Memórias e, em sentido mais amplo, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

Sob essa perspectiva, a presente coletânea ocupa um lugar singular. Ela não se limita a analisar experiências, registrar trajetórias ou apresentar reflexões sobre políticas de memória. De certo modo, ela própria passa a integrar o processo histórico que procura compreender. Ao sistematizar experiências acumuladas ao longo de duas décadas, registrar debates recentes, disponibilizar documentos institucionais e projetar agendas futuras, esta publicação converte-se também em fonte para investigações vindouras, contribuindo para a construção da memória institucional do GTT e do próprio CBCE. Nesse sentido, a obra assume simultaneamente um caráter historiográfico, documental e político-institucional, articulando reflexão acadêmica e intervenção concreta sobre as condições de preservação da memória do campo.

Os capítulos que compõem esta coletânea refletem esse movimento. Elaborados por pesquisadores(as) cujas trajetórias se entrelaçam, em diferentes momentos, com a história do GTT Memórias e com o desenvolvimento da História da Educação Física e do Esporte, os textos resultam de debates amadurecidos em reuniões do comitê científico, mesas-redondas, atividades formativas e sessões realizadas no âmbito do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE). Embora abordem objetos distintos, compartilham um mesmo horizonte de preocupações: compreender criticamente os processos de construção da memória institucional, problematizar seus limites, reconhecer seus desafios e contribuir para a formulação de políticas capazes de assegurar maior continuidade, organicidade e responsabilidade pública às ações desenvolvidas pelo grupo.

O primeiro capítulo, *20 anos de construções: o GTT Memórias da Educação Física e Esporte e a sua Política Interna de Memória (2005-2025)*, de Bruno Duarte Rei e André Dalben, examina o percurso histórico que culminou na elaboração da Política Interna de Memória do GTT, analisando seus fundamentos, seus desdobramentos iniciais e as perspectivas abertas para as próximas gestões. Na sequência, Christiane Garcia Macedo, em *Memórias do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: o que e como temos preservado?*, amplia a escala da análise ao discutir os esforços empreendidos pelo CBCE na construção de uma política institucional

de memória, especialmente por meio das Comissões de Memória constituídas pela entidade.

Os dois capítulos seguintes aprofundam dimensões complementares desse debate. Em *Construção do acervo do GTT Memórias da Educação Física e Esporte: delineamentos em curso*, Sergio Roberto Chaves Junior e Gustavo da Silva Freitas analisam os desafios envolvidos na constituição de um acervo documental do grupo, evidenciando tanto os limites decorrentes da dispersão das fontes quanto as possibilidades abertas pela organização sistemática de políticas de preservação. Já Edivaldo Góis Junior, em *Entre história e memória: o GTT Memórias da Educação Física e Esporte e os silêncios sobre sua perspectiva disciplinar*, propõe uma reflexão historiográfica sobre a trajetória do GTT, problematizando tensões, consensos e silêncios que marcaram sua constituição e discutindo os fundamentos de sua identidade acadêmica no interior do CBCE.

Encerrando o conjunto de capítulos, Paola Dogliotti Moro, em *Desafíos y potencialidades del GTT Memorias de la Educación Física y del Deporte: perspectivas futuras de internacionalización*, desloca o olhar para além das fronteiras nacionais, discutindo as possibilidades de fortalecimento das relações acadêmicas construídas pelo grupo com pesquisadores(as) e instituições latino-americanas. Ao defender uma perspectiva de internacionalização solidária, a autora amplia o horizonte de reflexão da coletânea, reafirmando que a memória também se constrói por meio do diálogo, da circulação de conhecimentos e da cooperação entre diferentes comunidades científicas – inclusive, em escala internacional.

Além desses estudos, a coletânea apresenta, em anexo, a versão integral da Política Interna de Memória do GTT Memórias, aprovada por unanimidade pelo comitê científico em dezembro de 2024. Sua publicação não possui caráter meramente documental ou normativo. Ao torná-la pública, o GTT reafirma seu compromisso com a transparência institucional, a gestão democrática de seu patrimônio documental e a responsabilidade coletiva pela preservação das fontes que testemunham sua própria trajetória. O documento explicita princípios, diretrizes, responsabilidades e procedimentos relativos à constituição, organização, preservação, acesso e difusão do futuro acervo do grupo, oferecendo parâmetros para que essas atividades deixem de depender exclusivamente de iniciativas individuais ou circunstanciais e passem a integrar, de forma permanente, a vida institucional do GTT.

Ao mesmo tempo, a experiência acumulada durante a elaboração dessa política ultrapassou os limites do próprio grupo. As reflexões produzidas nesse

processo dialogaram diretamente com a retomada das discussões em torno da construção de uma política institucional de memória para o CBCE, contribuindo para os trabalhos desenvolvidos pela II Comissão de Memória da entidade. Desse modo, a publicação da política representa não apenas o registro de uma experiência específica, mas também uma contribuição para um processo mais amplo de fortalecimento das práticas de preservação documental no interior do Colégio. Esperamos que os aprendizados acumulados ao longo desse percurso possam subsidiar futuras iniciativas voltadas à consolidação de uma política institucional de memória capaz de contemplar, de forma articulada, a Direção Nacional, os Grupos de Trabalho Temáticos, as Secretarias Estaduais e as demais instâncias que compõem o CBCE.

Em seu conjunto, esta coletânea reafirma o GTT Memórias da Educação Física e Esporte como um espaço privilegiado de produção historiográfica, formação acadêmica e, mais recentemente, elaboração de políticas institucionais. Ao articular leitura histórica, reflexão crítica e proposições voltadas ao futuro, os textos aqui reunidos convidam o(a) leitor(a) a compreender que preservar a memória não significa apenas guardar documentos ou registrar acontecimentos. Significa criar condições para que novas perguntas possam ser formuladas, novas interpretações possam emergir e novas gerações de pesquisadores(as) encontrem, nas fontes hoje preservadas, possibilidades renovadas de compreender a história da Educação Física e do esporte. Afinal, toda política de memória é, simultaneamente, uma política para o futuro.

Por fim, registramos nosso profundo agradecimento aos(às) autores(as) desta coletânea, que prontamente acolheram o convite para compartilhar reflexões construídas ao longo de suas trajetórias de pesquisa e de atuação no GTT Memórias. Estendemos nosso reconhecimento às gestões do CBCE nos biênios 2023-2025 e 2025-2027, em especial aos Diretores Científicos Rodrigo Lema Del Rio Martins e Giselle Helena Tavares, pelo apoio institucional e pela concessão da chancela da entidade à presente obra. Agradecemos igualmente à equipe da RFB Editora, pelo cuidado dedicado ao trabalho editorial, e aos(às) integrantes do comitê científico do GTT Memórias, cuja parceria, diálogo e compromisso coletivo tornaram possível não apenas esta publicação, mas também a construção da Política Interna de Memória. Registramos, em especial, nosso reconhecimento a Carolina Jubé, Christiane Macedo, Carmen Lilia Faro, Iara Marina Bonifácio, Marcela Bruschi e Pedro Milagres, companheiros(as) de trabalho na comi-

são responsável pela elaboração da política interna do GTT. A todos(as), nossa sincera gratidão, muito obrigado!

CAPÍTULO 1

20 ANOS DE CONSTRUÇÕES: O GTT MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE E A SUA POLÍTICA INTERNA DE MEMÓRIA (2005-2025)

Bruno Duarte Rei

André Dalben

Introdução

A organização dos Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs) no âmbito do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) teve início em 1997, durante o X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), realizado em Goiânia. O GTT Memórias da Educação Física e Esporte,¹ entretanto, foi instituído apenas em 2005, a partir do desmembramento do então GTT Memória, Cultura e Corpo, processo que deu origem a dois novos grupos: o GTT Memórias e o GTT Corpo e Cultura. Tal reconfiguração expressou o crescimento quantitativo e qualitativo dos estudos históricos sobre a Educação Física e o Esporte no Brasil, consolidando, no interior do CBCE, um movimento que reivindicava maior visibilidade institucional para esse campo de investigação. Esse pleito foi igualmente impulsionado pela atuação de intelectuais que buscavam articular a produção de conhecimento histórico a uma intervenção político-institucional no CBCE, ancorada, especialmente, em referenciais historiográficos (Daolio; Goellner; Melo, 1999).

A criação do GTT Memórias configurou-se, assim, como um processo marcado por intensos tensionamentos político-acadêmicos. Conforme analisa Baía (2020), de um lado, posicionava-se um grupo de pesquisadores(as) que defendia o desmembramento do GTT Memória, Cultura e Corpo, argumentando que sua excessiva amplitude temática, aliada à imprecisão conceitual e à coexistência de distintos agrupamentos internos, comprometia o aprofundamento das discussões. Entre os efeitos concretos dessa configuração destacavam-se as dificuldades na definição de critérios consistentes para a seleção de trabalhos, o

1. Denominado a partir de então como “GTT Memórias” neste texto.

esvaziamento teórico-metodológico dos debates e a instabilidade na consolidação de um coletivo permanente de pesquisadores(as). De outro lado, integrantes da Direção Nacional sustentavam a manutenção do estatuto vigente da entidade, cuja interpretação, segundo esses dirigentes, inviabilizaria a criação de GTTs de caráter considerado “disciplinar”.

Moreno, Rosa e Segantini (2007) argumentam que a criação do GTT Memórias resultou, portanto, de um movimento “de dentro para fora”, conduzido por pesquisadores(as) que vinham consolidando investigações no campo da História da Educação Física e do Esporte, em diálogo estreito com a História *stricto sensu* e, particularmente, com a História da Educação. A regularidade e a consistência dessas pesquisas, materializadas em publicações acadêmicas e na ocupação progressiva de espaços institucionais, conferiram densidade e legitimidade às reivindicações pelo desmembramento. Nesse processo, a atuação de Andrea Moreno, Carmen Lúcia Soares, Eustáquia Salvadora de Souza, Silvana Goellner, Victor Andrade de Melo, entre outros quadros históricos do CBCE, foi decisiva para a efetivação da cisão em relação ao GTT Memória, Cultura e Corpo.

Como desdobramento desse percurso, o GTT Memórias passou a adotar, desde sua criação, uma ementa de caráter deliberadamente conciliador, orientada pelo “estudo das diferentes manifestações dos campos da Educação Física e do Esporte voltadas para a preservação da memória, com base em suportes teórico-metodológicos de diferentes campos disciplinares e suas relações com a história como processo” (Colégio..., 2026a). Essa formulação atribui centralidade ao trato da memória a partir de uma perspectiva interdisciplinar, evitando sua circunscrição exclusiva ao campo disciplinar da História. Tal orientação expressa um esforço consciente de acomodação das tensões que marcaram o processo de criação do GTT, em consonância com a premissa da interdisciplinaridade que estrutura o projeto institucional do CBCE.²

Ao revisitar o processo de constituição do GTT Memórias e os debates que o atravessaram, evidencia-se que sua criação não apenas respondeu a de-

2. Cabe destacar que, embora o esforço de acomodação empreendido naquele momento tenha sido significativo, ele não solucionou plenamente as divergências existentes. Em diferentes gestões – inclusive na do biênio atual (2025-2027) – retomaram-se propostas de alteração do nome e da ementa do GTT Memórias. A gestão vigente, inclusive, assumiu em seu plano de trabalho o compromisso de avançar na formulação de uma nova denominação e de uma nova ementa para o grupo. Essa temática é analisada em maior profundidade no capítulo *Entre história e memória: o GTT Memórias da Educação Física e Esporte e os silêncios sobre sua perspectiva disciplinar*, de Edivaldo Góis Junior, presente nesta coletânea.

mandas internas da entidade, mas também expressou a consolidação de um campo de estudos que reivindicava maior densidade teórico-metodológica e reconhecimento institucional. Compreender esse percurso permite situar o GTT no interior de um projeto científico mais amplo, no qual memória, História e Educação Física se articulam como eixos indissociáveis de reflexão. É a partir dessa trajetória – marcada por disputas, negociações e afirmações identitárias – que este capítulo analisa o papel desempenhado pelo GTT Memórias em sua configuração atual e, sobretudo, as perspectivas que se abrem no contexto posterior à implementação de sua Política Interna de Memória.

Primeiro balanço da produção do GTT e os alertas político-institucionais sobre a memória

A produção de textos dedicados ao processo de formação e consolidação do GTT Memórias – incluindo aqueles elaborados por seus próprios integrantes – constituiu-se como uma constante ao longo de sua trajetória. Em conjunto, essas pesquisas contribuíram para a construção da história do grupo, seja por meio da reunião e divulgação de informações sobre seu processo de constituição, seja por meio de levantamentos sistemáticos da produção apresentada em diferentes edições do CONBRACE. Esses balanços permitiram mapear objetos de pesquisa, fontes mobilizadas, periodizações privilegiadas e referenciais teórico-metodológicos recorrentes, oferecendo um retrato da conformação do GTT e, de forma mais ampla, do próprio campo da História da Educação Física e do Esporte no Brasil.

Nesse conjunto de estudos, destaca-se o trabalho seminal de Moreno, Rosa e Segantini (2007), que analisou o processo de criação do GTT Memórias a partir de um levantamento sistemático dos anais do CONBRACE. As autoras chamaram atenção, desde então, para a necessidade de preservar a memória do grupo, observando que tal prática ainda não se configurava como recorrente entre os GTTs do CBCE. O texto – cuja autoria é atribuída a Andrea Moreno, então coordenadora do GTT Memórias – pode ser compreendido como um esforço simultâneo de legitimação do recém-criado grupo e de inserção desse debate em uma conjuntura mais ampla de autoavaliação dos GTTs da entidade. Para tanto, o estudo analisou a produção historiográfica veiculada nos CONBRACEs entre 1989 e 2005.

Além de evidenciar o crescimento quantitativo e qualitativo dessa produção, o levantamento revelou a fragilidade dos registros históricos do próprio CBCE. Muitos documentos encontravam-se dispersos em acervos pessoais ou apresentavam acesso restrito, o que dificultava a sistematização das informações e a reconstrução da trajetória institucional. Essa constatação levou as autoras a denunciar a precariedade das práticas de preservação documental e a apontar a necessidade de criação de mecanismos institucionais voltados à salvaguarda da memória dos GTTs. Como afirmam, a preservação da memória institucional não parecia “ser uma prática comum dos GTTs no âmbito do CBCE. Nosso trabalho na busca de fontes para compreender esse lugar denuncia isso” (Moreno; Rosa; Segantini, 2007, p. 275).

Desse modo, para além de justificar a pertinência da criação do GTT Memórias, a pesquisa explicitava a urgência de estabelecer procedimentos sistêmicos de organização e preservação da documentação produzida. Tratava-se, já naquele momento, de reconhecer que a memória, além de objeto de investigação, deveria ser assumida como prática institucional. Desde os primeiros anos de funcionamento do grupo, delineava-se, assim, a preocupação com a preservação de sua própria trajetória, anunciada pela primeira coordenação como um desafio permanente. Nesse sentido, o trabalho de Moreno, Rosa e Segantini (2007) cumpriu, portanto, um duplo papel: de um lado, apresentou um mapeamento da produção historiográfica que sustentava a emergência do GTT; de outro, formulou um alerta político-institucional ao problematizar a memória como dimensão constitutiva da prática científica e da vida organizativa do grupo no interior do CBCE.

Cumprir mencionar que esse alerta dialogava com iniciativas anteriores de preservação documental no âmbito da entidade. Um marco relevante foi a transferência, em 2003, do acervo documental do CBCE para o Centro de Memória do Esporte (CEME) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a mediação da professora Silvana Goellner – à época, coordenadora do centro de memória e vice-presidente do CBCE. Tal transferência – efetivada durante o XIII CONBRACE, realizado em Caxambu – resultou de tratativas iniciadas ainda durante a gestão do professor Elenor Kunz, presidente da entidade no biênio 1997-1999, e conduzidas pela professora Janice Mazo, então coordenadora do CEME (Colégio..., 2025a).

Como chama a atenção Macedo (2026), ao deslocar a guarda do acervo para uma instituição universitária especializada, inaugurou-se uma ação institucional voltada à preservação da documentação do CBCE, em um contexto marcado pela ausência de condições adequadas de salvaguarda, o que havia acarretado a perda de parte significativa dos documentos. Até então, o acervo acompanhava os deslocamentos da sede da Diretoria Nacional, frequentemente sem infraestrutura apropriada para sua guarda, o que agravava sua vulnerabilidade. O objetivo central da iniciativa foi, portanto, assegurar a preservação do acervo histórico, bem como ampliar as possibilidades de acesso e de difusão pública dessa documentação.

Nessa perspectiva, tanto a pesquisa de Moreno, Rosa e Segantini (2007) quanto a transferência do acervo do CBCE para o CEME convergem para uma questão central: a memória institucional não poderia depender exclusivamente de iniciativas individuais ou de registros dispersos, devendo ser assumida como tarefa política e responsabilidade coletiva. Se, no âmbito do GTT Memórias, esse chamado se expressava inicialmente como advertência crítica, no plano mais amplo do Colégio ele se materializava no gesto concreto de confiar sua história a um centro de memória universitário. A articulação entre crítica intelectual e práticas de arquivamento revela, assim, um processo marcado por tensões entre dispersão e institucionalização, mas também por esforços deliberados para evitar o apagamento e garantir a permanência dos registros históricos da entidade.

Outros balanços e a afirmação da memória como estratégia institucional

Se a criação do GTT Memórias esteve atravessada por disputas político-acadêmicas e por uma preocupação inaugural com a preservação de sua própria trajetória, não surpreende que a realização de balanços de sua produção tenha se consolidado como prática recorrente ao longo de sua história. Nesse sentido, o estudo de Moreno, Rosa e Segantini (2007) não constituiu um episódio isolado, mas inaugurou um movimento mais amplo de reflexão sistemática sobre a produção do grupo e sobre os mecanismos institucionais implicados na construção e na preservação de sua memória.

Ao longo de sua trajetória, o GTT Memórias promoveu diferentes investigações voltadas à análise de sua produção e à afirmação de uma memória insti-

tucional. Uma iniciativa particularmente relevante nesse processo foi o estudo publicado por Chaves *et al.* (2015), elaborado por ocasião do décimo aniversário do GTT e posteriormente ampliado em 2020, no contexto das comemorações dos 40 anos do CBCE (Chaves *et al.*, 2020). Esses trabalhos, somados ao de Cassani *et al.* (2020), ampliaram o recorte temporal inicialmente proposto por Moreno, Rosa e Segantini (2007) e reforçaram a urgência de sistematizar a documentação produzida pelo grupo ao longo de sua existência.

O estudo de Chaves *et al.* (2015) aprofundou, em particular, as investigações anteriores ao analisar os trabalhos submetidos ao GTT Memórias nos CONBRACEs realizados entre 2009 e 2013. Ao organizar e examinar um conjunto de 102 produções, seus autores – todos diretamente vinculados ao GTT, incluindo sua coordenadora no biênio 2013-2015, Elisângela Chaves – assumiram explicitamente a tarefa de registrar e interpretar a trajetória recente do grupo. Mais do que um exercício descritivo, o estudo configurou-se como um gesto político-institucional, ao reunir, organizar e conferir inteligibilidade a fontes até então dispersas. Ao evidenciar a inexistência de um acervo documental próprio, a pesquisa reforçou a compreensão de que a preservação da memória institucional constitui uma condição estratégica para a produção do conhecimento histórico, tanto no âmbito do CBCE quanto, de forma mais ampla, no campo da Educação Física.

No contexto das comemorações dos 40 anos do CBCE, em 2020, esse movimento foi retomado e ampliado. Chaves *et al.* (2020) atualizaram o levantamento anterior, estendendo o recorte temporal para o período compreendido entre 2009 e 2017, enquanto Cassani *et al.* (2020) examinaram a produção historiográfica publicada nos anais do CONBRACE entre 2005 e 2017. Embora distintos em seus recortes e objetivos, ambos os estudos compartilham a preocupação de mapear, sistematizar e conferir visibilidade à produção historiográfica vinculada ao GTT Memórias, contribuindo para o fortalecimento de sua legitimidade científica e institucional no interior do CBCE.

Em razão do exposto, pode-se afirmar, portanto, que a trajetória do GTT Memórias foi acompanhada pela constituição de uma tradição interna de balanços historiográficos. Esses exercícios, realizados em diferentes conjunturas, extrapolam o simples registro da produção acadêmica. Ao organizar fontes, narrar trajetórias e produzir sentidos históricos sobre o próprio grupo, contribuíram para afirmar a memória como dimensão constitutiva de sua prática científica e

política. Nesse processo, a memória deixa de ser apenas objeto de investigação e passa a operar como estratégia de consolidação institucional, de autorreflexão coletiva e de disputa por legitimidade no campo da Educação Física e das Ciências do Esporte.

Os centros de memória e a institucionalização da salvaguarda das fontes históricas

No âmbito da coletânea comemorativa dos 40 anos do CBCE, merece destaque o texto de Macedo, Goellner e Silva (2020), que analisa o processo de constituição dos centros de memória da Educação Física e do esporte em universidades federais brasileiras e suas interlocuções com o Colégio. Os autores demonstram que tais centros resultaram de um movimento característico da segunda metade da década de 1990, articulado em torno da crescente preocupação com a produção, a preservação e a difusão de registros históricos, sustentado pela compreensão de que uma eventual “perda da memória”³ comprometeria a continuidade das práticas profissionais e das pesquisas no campo.

O estudo identifica que, ao longo de aproximadamente duas décadas, foram instituídas ao menos dez iniciativas dessa natureza no Brasil, todas voltadas à guarda, à organização e à socialização de acervos. Destacam-se, em especial, as experiências pioneiras do CEME/UFRGS, criado em 1996; do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), instituído em 2001; e do Centro de Memória Inezil Penna Marinho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também criado em 2001. Segundo Macedo, Goellner e Silva (2020), esses centros consolidaram-se como espaços fundamentais para a preservação da memória da área, ao mesmo tempo em que contribuíram para a qualificação das pesquisas históricas e para a ampliação do acesso às fontes.

Nesse contexto, o CBCE emerge como instância privilegiada de encontro, articulação e circulação dessas experiências, reafirmando a preservação das fontes históricas como dimensão estratégica para o desenvolvimento do campo. É

3. Importa esclarecer que a expressão “perda da memória”, tal como empregada no referido texto, refere-se ao risco de dispersão, deterioração ou apagamento de registros documentais e institucionais que fundamentam a História da Educação Física e do Esporte no Brasil. O termo não alude à memória individual, mas à potencial descontinuidade de acervos, documentos, práticas e tradições que sustentam a produção de conhecimento e a identidade profissional do campo.

nesse cenário mais amplo de institucionalização da memória que se articulam, de forma simultânea, os alertas acerca da precariedade documental no interior da entidade e os esforços de constituição de um acervo próprio no âmbito do GTT Memórias, evidenciando tensões persistentes entre dispersão, salvaguarda e institucionalização.

Em relação aos centros de memória, Macedo, Goellner e Silva (2020) destacam ainda que, a partir dos anos 2000, docentes a eles vinculados passaram a reivindicar maior visibilidade e reconhecimento no interior do CBCE. Tal mobilização constituiu um dos fatores que contribuíram para a criação do GTT Memórias, evidenciando que os centros – especialmente o CEME/UFRGS e o CEMEF/UFMG – funcionaram não apenas como espaços de guarda documental, mas também como base material, intelectual e política para o avanço das pesquisas históricas na área. Ao valorizarem acervos, fontes e práticas sistemáticas de preservação, esses centros fortaleceram uma agenda simultaneamente científica e institucional, que encontrou no CBCE, por meio do GTT Memórias, um espaço de legitimação, intercâmbio acadêmico e consolidação de redes de pesquisa.

Não por acaso, em 2016, o GTT Memórias propôs ao CBCE a organização do Portal dos Centros de Memória sobre Educação Física, Esporte e Lazer, a ser hospedado no *site* institucional da entidade. A iniciativa decorreu de encaminhamento aprovado na reunião de pesquisadores(as) dos centros de memória, realizada em novembro daquele ano, em Campinas, durante o XIV Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física (CHELEF). Anteriormente, havia sido aventada a criação de uma Rede de Centros de Memória, proposta apresentada ao GTT por Tarcísio Mauro Vago – quadro histórico do grupo e do CBCE – durante o XIX CONBRACE, realizado em Vitória, em 2015 (Colégio, 2026b).

Instituído na página da entidade,⁴ o Portal tem por objetivo reunir, sistematizar e divulgar informações sobre centros de memória, memoriais, arquivos, acervos e outros espaços dedicados à preservação de fontes históricas da Educação Física, do Esporte e do Lazer, vinculados a instituições de ensino superior e institutos federais. Ao fazê-lo, reafirma a memória como dimensão estratégica

4. Mais precisamente, no link <<https://cbce.org.br/cms/>>. Acesso em: 10 set. 2026.

tanto da organização política do CBCE quanto da produção e da circulação do conhecimento no campo.

O papel dos grupos de pesquisa na consolidação do GTT Memórias

Assim como ocorreu com os centros de memória – cuja emergência evidenciou que a salvaguarda das fontes históricas extrapolava um problema meramente técnico e assumia contornos políticos e institucionais –, a atuação de grupos de pesquisa constituiu-se como fator relevante no processo de conformação e consolidação do GTT Memórias. Conforme discutido nas seções anteriores, a criação e o fortalecimento do grupo estiveram atravessados por disputas político-acadêmicas no interior do CBCE, nas quais a memória passou a ser mobilizada como estratégia de legitimação científica, de organização coletiva e de intervenção no campo.

Nesse mesmo movimento, consolidou-se a centralidade de coletivos de pesquisa capazes de sustentar, de modo mais ou menos contínuo e articulado, uma agenda historiográfica própria. O estudo de Cassani *et al.* (2020) é particularmente elucidativo nesse sentido, ao mapear a produção do GTT Memórias a partir das comunicações orais apresentadas nos CONBRACEs entre 2005 e 2017. A pesquisa evidencia como redes de colaboração acadêmica, objetos de investigação recorrentes e referenciais teórico-metodológicos compartilhados contribuíram para estruturar o campo da História da Educação Física e do Esporte no interior do GTT, ao mesmo tempo em que revelam tensões e disputas por legitimidade científica no âmbito do CBCE.

Os dados levantados indicam a presença recorrente de grupos de pesquisa sediados majoritariamente em universidades públicas, vinculados a unidades acadêmicas estratégicas e a programas de pós-graduação em Educação Física, Educação e História. Entre esses coletivos, destacam-se o Grupo de Estudos sobre Esporte, Cultura e História (GRECCO), vinculado à Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS e historicamente associado à liderança de Silvana Goellner; o Laboratório de Estudos Audiovisuais (OLHO), o Grupo de Pesquisa sobre Educação, Instituições e Desigualdade (FOCUS) e, mais recentemente, o Corpo e Educação, todos sediados na Faculdade de Educação da UNICAMP e associados à trajetória de Carmen Lúcia Soares; bem como o Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF/UFMG), que, em-

bora formalmente constituído como centro de memória, opera igualmente como espaço coletivo de pesquisa. Este último articula inúmeros pesquisadores(as) de referência no campo, como Andrea Moreno, Maria Cristina Rosa, Meily Linhales, Tarcísio Mauro Vago, Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, entre outros.

Esses espaços funcionaram, simultaneamente, como núcleos de formação de pesquisadores(as), de produção historiográfica e de articulação política no interior do CBCE. A recorrência desses grupos nas comunicações do GTT Memórias evidencia que sua consolidação esteve fortemente ancorada em espaços institucionais coletivos, responsáveis por assegurar densidade teórica, continuidade da produção e coesão intelectual ao campo. Enquanto os centros de memória desempenharam papel relevante no debate político-institucional acerca da salvaguarda documental, os grupos de pesquisa cumpriram função estratégica na formação intelectual e política de quadros acadêmicos, garantindo a sustentação de uma agenda historiográfica capaz de disputar espaço e legitimidade no interior da entidade.

À luz desse percurso, Góis Junior (2026) argumenta que a trajetória do GTT Memórias, desde a sua criação, foi protagonizada de forma articulada por dois eixos institucionais centrais: os centros de memória e os grupos de pesquisa. Ambos sustentaram a emergência e a consolidação de uma historiografia da Educação Física e do esporte marcada pela ampliação e problematização das fontes, pelo rigor metodológico e pela atenção crítica às relações entre passado, presente e futuro, em consonância com o que Taborda de Oliveira (2007) denominou de renovação historiográfica da Educação Física brasileira.

Convém esclarecer que essa expressão designa um movimento de inflexão teórica, metodológica e epistemológica na produção histórica do campo, intensificado a partir das décadas finais do século XX. Tal renovação implicou o deslocamento de narrativas descritivas, linearizantes e comemorativas em direção a abordagens analíticas e críticas, fortemente influenciadas pelas contribuições da chamada “Nova História”. Nesse processo, observa-se a ampliação e a problematização dos conjuntos documentais, a incorporação de fontes até então marginalizadas, a atenção às práticas, representações e discursos, bem como o esforço sistemático de compreensão das relações entre passado, presente e futuro. Articulando rigor metodológico e diálogo interdisciplinar – sobretudo com a História da Educação –, essa renovação redefiniu os modos de investigar e inter-

pretar os processos históricos da Educação Física, aproximando o campo das principais correntes renovadoras da historiografia contemporânea.

É nesse contexto intelectual e institucional que se inscrevem os processos de criação e consolidação do GTT Memórias, protagonizados por pesquisadores(as) cuja formação ocorreu, em parte significativa, em programas de pós-graduação nos quais circulavam intensamente os debates em torno da “Nova História”. Cumpre ressaltar que tais programas não se restringiam ao campo da Educação Física, estendendo-se, sobretudo, às áreas da Educação e da História, com destaque, nesse momento inicial, para o Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP.

Com efeito, o trânsito de pesquisadores(as) vinculados ao GTT Memórias por programas de pós-graduação de outras áreas constitui uma marca que acompanha o grupo até os dias atuais e se expressa na trajetória formativa plural de suas coordenações e comitês científicos. Esse movimento foi decisivo, por exemplo, para a difusão das problematizações da “Nova História”, em especial da “Nova História Cultural”, no campo da História da Educação Física e do Esporte e contribuiu, sobremaneira, para o amadurecimento da compreensão de que iniciativas pontuais de balanço da produção – geralmente associadas a efemérides –, embora relevantes, não seriam suficientes para enfrentar, de forma estrutural, os desafios da organização, da preservação e da institucionalização da memória no âmbito do GTT.

Iniciativas anteriores à formulação de uma política interna de memória

O amadurecimento da compreensão acerca da necessidade de institucionalizar práticas de preservação da memória traduziu-se, de forma progressiva, na incorporação de ações voltadas à salvaguarda da memória institucional do GTT Memórias nos planejamentos de distintas gestões. Conforme destacam Chaves Junior *et al.* (2023), tais iniciativas não emergiram de modo episódico ou circunstancial, mas passaram a ser reiteradas desde o Plano de Trabalho do biênio 2013-2015, conduzido por Elisângela Chaves e André Luiz dos Santos Silva, ainda sob a formulação mais geral de “organizar o acervo documental do GTT”.

Segundo os autores, a partir do Plano de Gestão 2015-2017, sob a coordenação de Evelise Amgarten Quitzau e Elisângela Chaves, essa preocupação ad-

quire maior densidade conceitual e política, sendo explicitada como “organização da memória do GTT”, já com vistas à formulação de uma política interna. Esse movimento é mantido no biênio subsequente, sob a coordenação de Anderson Baía e Evelise Quitzau, e se intensifica na gestão seguinte, no biênio 2019-2021, conduzida por Sergio Roberto Chaves Junior e Evelise Quitzau, quando se inicia um trabalho mais sistemático voltado à constituição de um acervo próprio do GTT. No Plano de Gestão 2021-2023, sob a coordenação de Sergio Roberto Chaves Junior e Gustavo da Silva Freitas, estabelece-se, de modo explícito, a criação de uma “política interna de organização de acervo (documentos e registros) do GTT”, prevendo-se o levantamento da documentação existente, sua sistematização e a posterior disponibilização em um repositório virtual vinculado ao *site* do CBCE.

Como observam Chaves Junior e Freitas (2026), a recorrência dessa diretriz ao longo de cinco gestões consecutivas revela, por um lado, o consenso estabelecido no coletivo do GTT quanto à centralidade da preservação documental para a compreensão de sua própria trajetória. Por outro, explicita os limites operacionais, políticos e estruturais que dificultaram a concretização de avanços mais consistentes nesse campo, produzindo um descompasso entre o reconhecimento da importância da memória e a efetiva institucionalização de práticas permanentes de gestão documental. Ainda assim, tais iniciativas não podem ser compreendidas como esforços inócuos. Ao contrário, constituíram um acúmulo político e institucional decisivo, ao manter viva, no interior do grupo, a compreensão de que a memória não se reduz a um objeto de investigação, mas integra, de forma indissociável, o próprio fazer historiográfico e a responsabilidade institucional do GTT Memórias.

A mesa *Memórias do GTT Memórias* e os limites da pessoalização dos arquivos

No conjunto de iniciativas voltadas à preservação da memória institucional do GTT Memórias, merece destaque a realização da mesa interna intitulada *Memórias do GTT Memórias*, ocorrida no âmbito do XXII CONBRACE, em 2021, realizado de forma remota em razão da pandemia da Covid-19. Naquela ocasião, a programação interna do GTT incluiu uma mesa temática com a participação dos professores Sergio Roberto Chaves Junior e Gustavo da Silva Freitas,

que viriam a ser responsáveis pela coordenação do grupo no biênio (2021-2023), dedicada a apresentar um primeiro levantamento sistemático da documentação relativa à trajetória do GTT.

A iniciativa vinculava-se diretamente à “Ação 10 – Eixo 4” do Plano de Trabalho da gestão 2019-2021, que previa o estímulo à formulação de uma política interna de organização do acervo do GTT, compreendendo documentos e registros diversos. Como meta inicial, propunha-se o levantamento da documentação existente e sua sistematização preliminar, com vistas à preservação da memória do grupo e à avaliação da possibilidade de disponibilização desse material em um espaço virtual vinculado ao *site* do CBCE.

Conforme analisam Chaves Junior *et al.* (2023), os dados apresentados na mesa temática somente puderam ser reunidos mediante consultas a múltiplos e dispersos repositórios documentais, tais como o *site* do CBCE, materiais sob a guarda da Direção Nacional, os anais do CONBRACE disponíveis na Plataforma SOAC, a Plataforma Lattes e, sobretudo, acervos pessoais. Apesar da diversidade das fontes mobilizadas, a maior parte da documentação encontrava-se sob a guarda de indivíduos. Atas, relatórios, notas técnicas, programações de eventos nacionais e regionais, planos de ação, cartazes de divulgação, nominatas de comitês científicos, entre outros registros, foram disponibilizados, em meados de 2021, por seis dos nove ex-coordenadores(as) e ex-coordenadoras do GTT, bem como por Christiane Garcia Macedo, então coordenadora dos GTTs na Direção Nacional do CBCE.⁵

Como sublinham os autores, o protagonismo dos arquivos pessoais nesse processo não constitui, em si, um problema. Ao contrário, confirma o papel central que esses acervos desempenham na preservação da memória de instituições, grupos, práticas e trajetórias individuais. Nessa perspectiva, eles recorrem a Linhares *et al.* (2017, p. 278), para afirmar que “para além das marcas pessoais, os arquivos pessoais constituem também significações reveladoras de laços e vínculos sociais, redes de pertencimento e formação das quais os indivíduos fizeram parte”. Assim, os documentos preservados por ex-coordenadores(as) e dirigentes expressam simultaneamente trajetórias individuais e dimensões coletivas da história do GTT Memórias e do próprio CBCE.

5. Uma análise detalhada do trabalho realizado é apresentada no capítulo *Construção do acervo do GTT Memórias da Educação Física e Esporte: delineamentos em curso*, de Sergio Roberto Chaves Junior e Gustavo da Silva Freitas, presente nesta coletânea.

Todavia, deve-se reconhecer, ainda de acordo com Chaves Junior *et al.* (2023), que o acesso prioritário a acervos particulares também evidencia os limites de uma memória institucional excessivamente dependente da pessoalização das práticas de guarda e preservação. Quando a responsabilidade pela conservação documental se apoia quase exclusivamente em iniciativas individuais, tende-se a produzir fragmentações, dispersões e lacunas significativas, além de tornar a memória institucional vulnerável a perdas decorrentes de mudanças geracionais, deslocamentos profissionais ou descontinuidades políticas. A experiência da mesa *Memórias do GTT Memórias*, ao mesmo tempo em que revelou a riqueza dos acervos pessoais mobilizados, explicitou, de forma clara, a necessidade de superar esse modelo, apontando para a urgência de políticas institucionais capazes de articular esforços individuais a estruturas coletivas permanentes de preservação, organização e acesso à documentação.

Tentativas de institucionalização da memória no CBCE (2021-2023)

Os esforços desenvolvidos no âmbito do GTT Memórias conheceramdobramentos em escala mais ampla ao longo do biênio 2021-2023, quando a temática da preservação da memória institucional passou a ocupar lugar mais explícito na agenda da Direção Nacional do CBCE. Sob a coordenação de Christiane Garcia Macedo, na função de Diretora Nacional de GTTs, e de Cláudio Mandarino, como Diretor Nacional de Secretarias, foi criada, nesse período, a Comissão de Memória do CBCE, iniciativa voltada à reflexão e à organização da memória dos GTTs e das Secretarias Estaduais/Distrital.

A comissão foi composta por representantes de diferentes instâncias da entidade, a saber: Gustavo da Silva Freitas (GTT Memórias), Hugo Leonardo Fonseca da Silva (Secretaria de Goiás e GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho), Daniel Teixeira Maldonado (Secretaria de São Paulo), Demilton Puzza (Secretaria do Amapá), Leandro Vargas (GTT Inclusão e Diferença), Lino Castellani Filho (GTT Políticas Públicas), Beleni Grando e Maria Cecília de Paula (ambas do GTT Corpo e Cultura). Sua constituição respondeu a demandas oriundas da Diretoria de GTTs, da Diretoria de Secretarias, de Secretarias Estaduais e de diferentes GTTs, entre eles o próprio GTT Memórias, revelando a crescente percepção, no interior da entidade, de que a memória institucional não poderia permanecer como questão marginal ou episódica.

Segundo Macedo (2026), no âmbito dessa primeira experiência coletiva foram concebidas duas ferramentas principais: um formulário eletrônico, elaborado na plataforma Google Forms, destinado à coleta de informações sobre as trajetórias dos GTTs e das Secretarias Estaduais, e um roteiro de entrevistas de História Oral. O questionário foi encaminhado a integrantes do quadro social do CBCE que ocuparam funções de gestão em distintos momentos da entidade, solicitando o envio de materiais documentais, fotográficos, audiovisuais ou de outra natureza produzidos ao longo de suas respectivas gestões. Contudo, assim como observado em iniciativas anteriores, os resultados obtidos foram modestos, em razão do baixo retorno dos sujeitos contatados e da progressiva redução do engajamento ativo de representantes das instâncias envolvidas ao longo do biênio.

O roteiro de entrevistas de História Oral, por sua vez, foi efetivamente operacionalizado pela Secretaria Estadual de São Paulo, que realizou dois encontros virtuais posteriormente disponibilizados no canal da CBCE-SP no YouTube. Nessas ocasiões, com a mediação de Daniel Maldonado e Bruno Meireles, foram entrevistados os(as) ex-secretários(as) estaduais Marcos Garcia Neira, Luciano Galvão Damasceno, Elaine Prodócimo e o próprio Daniel Maldonado, produzindo registros que materializam, ainda que de forma pontual, um esforço de documentação sistemática da trajetória institucional em âmbito estadual.⁶

Ao final da gestão, avaliou-se que os avanços alcançados pela Comissão de Memória foram limitados. A progressiva desmobilização de seus integrantes, somada ao acúmulo de demandas decorrentes da organização do CONBRACE de 2023, realizado em Fortaleza, dificultou a consolidação de ações continuadas. Ainda assim, a experiência representou um passo relevante no processo de institucionalização da memória no interior do Colégio, ao explicitar, no plano macroinstitucional, a necessidade de reconhecer a preservação documental como responsabilidade coletiva e permanente das instâncias que o compõem (Macedo, 2026).

Nesse contexto, passou a ser vislumbrada a incorporação de ações voltadas à guarda sistemática de documentos e à organização do acervo institucional nos Planos de Trabalho bianuais elaborados pelos GTTs, especialmente após a reestruturação de seus comitês científicos. Tal encaminhamento expressa uma

6. Para mais informações, acesse <<https://www.youtube.com/watch?v=oZ8vZ0NNgQE>> e <https://www.youtube.com/watch?v=neQiw4zX_fg>. Acesso em: 10 set. 2026.

inflexão conceitual importante, ao deslocar a memória do registro retrospectivo e celebratório para o campo das práticas ordinárias de gestão, reconhecendo-a como dimensão constitutiva da vida científica, política e associativa do CBCE (Macedo; Freitas; Chaves Junior, 2022; Chaves Junior *et al.*, 2023).

A criação da Comissão de Memória do CBCE deve, portanto, ser compreendida como uma iniciativa relevante, ainda que tensionada por limites estruturais e operacionais. Emergindo do acúmulo de reflexões produzidas no interior do GTT Memórias – especialmente a partir das experiências desenvolvidas na gestão 2019-2021 –, a Comissão explicitou, em escala institucional ampliada, a urgência de registrar, especialmente, as trajetórias dos GTTs e das Secretarias Estaduais como parte integrante da própria história do Colégio. Ao buscar compreender, por meio das memórias de sujeitos que ocuparam funções de gestão, as contribuições do CBCE para a democratização do acesso ao conhecimento científico no campo da Educação Física e das Ciências do Esporte, esse movimento reforçou a necessidade de a entidade reconhecer-se, criticamente, a partir de sua própria historicidade.

(Auto)críticas e contribuições do GTT Memórias nos 25 anos dos GTTs do CBCE

Em novembro de 2022, no contexto das comemorações dos 25 anos dos GTTs do CBCE, realizou-se o *Simpósio Nacional do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: 25 anos dos Grupos de Trabalho Temático*, sediado na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (EEFFTO) da UFMG. O evento reuniu mesas-redondas e sessões de comunicações orais dedicadas à análise das trajetórias dos GTTs, ao exame de suas produções acadêmicas e à discussão das possibilidades de articulação entre esses coletivos no interior da entidade.

Como desdobramento do simpósio, foi publicada, sob a chancela do CBCE, a coletânea *25 anos dos GTTs do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: trajetórias e perspectivas* (Macedo *et al.*, 2023). Nessa obra, Sergio Roberto Chaves Junior e Gustavo da Silva Freitas – então coordenadores do GTT Memórias –, juntamente com Eliana de Toledo e Bruno Duarte Rei – integrantes do comitê científico do grupo –, assinam o capítulo *Por uma política institucional de memória: (auto)críticas e contribuições do GTT Memórias da Educação Física e Esporte* (Chaves

Junior *et al.*, 2023), cujo título já sinaliza a natureza reflexiva e propositiva do texto.

Nesse capítulo, os autores sustentam que, à luz dos balanços da produção do GTT Memórias já realizados (Moreno; Rosa; Segantini, 2007; Chaves *et al.*, 2015; 2020; Cassani *et al.*, 2020, entre outros), é possível afirmar que o grupo se consolidou como um verdadeiro “lugar de produção”. Ou seja, como um espaço institucional que ultrapassa a função de mero receptáculo de comunicações científicas, atuando ativamente na conformação do campo da História da Educação Física e do Esporte no Brasil, ao produzir sentidos, práticas e referenciais teórico-metodológicos que influenciam de maneira substantiva a sua organização interna (Catani; Faria Filho, 2002).

Não obstante esse reconhecimento, o texto assume um tom deliberadamente (auto)crítico ao apontar que tal consolidação não foi acompanhada, de modo proporcional, por iniciativas sistemáticas voltadas à preservação da memória institucional do próprio GTT. Os autores argumentam que os esforços recorrentes de mapeamento e análise da produção acadêmica são estratégicos tanto para orientar o desenvolvimento interno do campo quanto para contextualizar seu acúmulo de pesquisas e projetar agendas futuras. Contudo, ao reconhecerem que a organização e a preservação documental constituem dimensões estruturantes da própria prática historiográfica, sustentam que balanços pontuais – frequentemente associados a marcos comemorativos – revelam-se insuficientes para enfrentar, de forma duradoura, os desafios da salvaguarda da memória institucional das diferentes instâncias do CBCE, incluindo o próprio GTT Memórias.

É a partir dessa constatação que os autores reiteram uma demanda que acompanha o GTT desde sua fundação: a necessidade de implementação de uma política institucional de memória em escala mais ampla, voltada à organização sistemática da documentação produzida no interior do Colégio. Tomando como referência a experiência de coleta de fontes realizada para a mesa interna *Memórias do GTT Memórias*, apresentada, como já mencionado, no XXII CONBRACE (2021), observam que, ainda em 2023, a documentação referente ao GTT – e, por extensão, à maior parte das instâncias do CBCE – permanecia majoritariamente dispersa em acervos pessoais de dirigentes, ex-coordenadores(as), integrantes de comitês científicos e demais quadros que exerceram funções institucionais na entidade.

Com base nesse diagnóstico, Chaves Junior *et al.* (2023) formulam duas proposições centrais. A primeira diz respeito à defesa da criação de um espaço institucional de guarda – ainda que, inicialmente, em formato virtual – destinado ao armazenamento, à sistematização e à publicização da documentação produzida pelo CBCE. Tal espaço, argumentam, não deveria se restringir ao GTT Memórias, mas contemplar, de forma equânime, todos os GTTs, as Secretarias Estaduais e a Direção Nacional, reconhecendo-se que essas instâncias, embora distintas em suas atribuições, integram uma mesma estrutura institucional e compartilham responsabilidades no que se refere à preservação de sua memória coletiva.

A segunda proposição refere-se à necessidade de vinculação formal da política de memória a uma das Diretorias Nacionais do CBCE, como estratégia para conferir maior estabilidade institucional às ações desenvolvidas nesse campo. Nesse sentido, os autores sugerem que a Comissão de Memória do CBCE – então em funcionamento – deixasse de operar exclusivamente como instância transitória, condição que tende a fragilizar a continuidade das iniciativas, e passasse a integrar, de forma permanente, a estrutura organizacional da entidade. Tal institucionalização poderia ocorrer tanto por meio de sua elevação ao *status* de diretoria quanto por sua incorporação formal às atribuições de uma diretoria já existente, assegurando suporte político-administrativo continuado à política de memória.

À luz dessas reflexões, os autores concluem que a problematização da urgência de uma política institucional de memória – inicialmente motivada pela conjuntura comemorativa dos 25 anos dos GTTs – converteu-se, no próprio processo de escrita, em um exercício (auto)crítico dirigido simultaneamente “ao” e “do” GTT Memórias. Cabe destacar que, se, por um lado, as proposições apresentadas no capítulo não produziram efeitos imediatos nos desdobramentos do trabalho da Comissão de Memória do CBCE no biênio 2021-2023, em razão dos limites já analisados, por outro, contribuíram de forma decisiva para orientar as ações empreendidas pelo GTT Memórias no biênio 2023-2025.

A construção da Política Interna de Memória do GTT Memórias (2023-2024)

Conduzida por Bruno Duarte Rei e André Dalben, a gestão do GTT Memórias no biênio 2023–2025 elegeu como eixo central de seu Plano de Trabalho a elaboração de uma Política Interna de Memória que previsse, entre seus desdobramentos, a constituição de um acervo próprio do grupo. À luz das dificuldades de articulação enfrentadas pela Comissão de Memória do CBCE no biênio 2021-2023, bem como das (auto)críticas formuladas no capítulo *Por uma política institucional de memória* (Chaves Junior *et al.*, 2023) – que evidenciaram de modo contundente a fragilidade de ações de memória desprovidas de normatização, continuidade e respaldo institucional –, a gestão optou por uma estratégia deliberadamente mais restrita e gradual.

Nesse sentido, antes de formular proposições de maior alcance no interior do CBCE ou de avançar em iniciativas pontuais de coleta de fontes, priorizou-se a construção de uma política interna de memória específica do GTT Memórias. Essa política foi concebida para ser uma experiência factível, capaz de produzir efeitos concretos e sustentáveis no curto, médio e longo prazos no âmbito do próprio grupo, evitando, assim, a reprodução de práticas fragmentadas e dependentes de esforços individuais.

Convém sublinhar que tal opção não implicou o abandono da perspectiva de construção de uma política institucional mais ampla para o CBCE. Ao contrário, tratou-se de um movimento ancorado na necessidade de consolidar uma experiência concreta, ainda que situada em escala microinstitucional, capaz de formar quadros no âmbito do GTT, especialmente por meio da produção de um acúmulo consistente de reflexões, aprendizados e práticas. Esse acúmulo, por sua vez, poderia subsidiar, em momento oportuno, proposições de maior alcance no plano macroinstitucional da entidade. Nesse sentido, as ações adotadas configuram-se como uma estratégia deliberada de atuação “de dentro para fora”, que parte da experiência localizada do GTT para potencialmente incidir, de forma qualificada, sobre o conjunto do CBCE.

O primeiro passo desse processo consistiu no encaminhamento, para apreciação e aprovação no âmbito do comitê científico do GTT Memórias, de um Plano de Trabalho que previa, ao longo de 2024, a construção coletiva da Po-

lítica Interna de Memória e reservava para 2025 – último ano da gestão – o início da constituição do acervo próprio do grupo. Desde o princípio, esse percurso foi concebido de maneira articulada, uma vez que a organização do acervo deveria ser orientada pelos princípios, diretrizes e critérios definidos pela própria política. Essa definição temporal expressa uma compreensão fundamental: a constituição de um acervo não poderia anteceder a formulação de uma política interna de memória que explicitasse responsabilidades, critérios de incorporação e diretrizes de preservação, sob pena de reiterar práticas descontinuadas e estruturalmente vulneráveis à perda documental.

Após a aprovação unânime do Plano de Trabalho pelo pleno do comitê científico, a etapa seguinte consistiu na constituição de uma comissão interna responsável pela elaboração da minuta da Política Interna de Memória. Mediante chamada ampla aos integrantes do comitê, a comissão foi composta por Bruno Duarte Rei – professor do Colégio Pedro II, pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo e coordenador do GTT –; André Dalben – professor da Universidade Federal de São Paulo –; e Carolina Nascimento Jubé – professora do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás (CEPAE/UFG) e coordenadora do Centro de Memória e História da Faculdade de Educação Física e Dança (CEMEHIS/UFG) –, à época coordenadores adjuntos do grupo;⁷ além de Carmen Lilia da Cunha Faro (professora da Universidade do Estado do Pará), Christiane Garcia Macedo (professora da UFMG e integrante do CEMEF), Iara Marina dos Anjos Bonifácio (professora da Universidade do Estado de Minas Gerais), Marcela Bruschi (pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP) e Pedro de Oliveira Milagres (doutorando no mesmo programa), todos membros do comitê científico do GTT.

A diversidade de trajetórias acadêmicas e institucionais dos integrantes configurou-se como um elemento enriquecedor do processo, ao possibilitar a articulação de contribuições provenientes dos campos da História, da História da Educação, da História da Educação Física e das Ciências do Esporte, ampliando o repertório teórico-metodológico mobilizado na elaboração da política. Nesse

7. Cabe esclarecer que Carolina Jubé, que inicialmente atuou como Coordenadora Adjunta do GTT ao lado de André Dalben, solicitou seu afastamento do grupo de coordenação em dezembro de 2024, em razão de questões de saúde que a acompanharam desde o início da gestão. A partir de então, permaneceu vinculada ao grupo apenas como integrante do comitê científico do GTT. Registramos, aqui, nosso agradecimento pela parceria estabelecida ao longo do biênio 2023-2025.

horizonte, o ponto de partida dos trabalhos foi a realização, em março de 2024, da mesa-redonda *on-line Políticas institucionais de memória no âmbito da Educação Física/Ciências do Esporte: experiências, reflexões, desafios e possibilidades*, concebida pelo grupo que esteve à frente de sua organização como um dispositivo de escuta qualificada e aprofundamento do debate a partir de experiências institucionais já consolidadas. Participaram como convidados o Prof. Dr. André Paulilo, coordenador do Centro de Memória da UNICAMP (CMU), e a Profa. Dra. Meily Assbú Linhales, coordenadora do CEMEF/UFGM, que compartilharam desafios, escolhas estratégicas e práticas reconhecidas como bem-sucedidas na gestão da memória institucional em seus respectivos contextos.⁸

Mais do que um evento pontual, essa atividade desempenhou função estruturante ao adensar as reflexões do grupo e explicitar tanto a complexidade inerente à organização e à salvaguarda de acervos quanto o caráter eminentemente político das decisões que sustentam toda política de memória. A partir dessa ação inaugural, a comissão passou a se reunir mensalmente até dezembro de 2024. Os encontros iniciais foram dedicados à análise crítica dos debates da mesa-redonda e à leitura de documentos de referência, com destaque para as políticas de acervo do CEME/UFRGS, do CEMEF/UFGM e do CMU/UNICAMP. Esses referenciais subsidiaram diretamente a definição da estrutura da Política Interna de Memória do GTT Memórias, orientando o delineamento de seus objetivos, princípios e linha de acervo; das atribuições da gestão do GTT; das diretrizes de salvaguarda documental; dos protocolos de incorporação, desincorporação e tratamento das fontes; bem como das condições de acesso e das estratégias de difusão do acervo.

Com a estrutura definida, iniciou-se o processo coletivo de redação da política, organizado a partir da constituição de subgrupos responsáveis por seções específicas do documento. As versões preliminares foram sistematicamente debatidas e retrabalhadas em reuniões coletivas, dinâmica que reforçou o caráter participativo da construção da política e favoreceu a formulação de consensos em torno de temas sensíveis, como os protocolos de transparência na gestão documental, as condições mínimas de preservação a longo prazo e o acesso democrático às fontes produzidas pelo GTT. A versão final da minuta foi concluída em 21 de novembro de 2024, durante reunião híbrida realizada nas depen-

8. A referida mesa-redonda está disponível, na íntegra, no canal do CBCE no YouTube e pode ser acessada pelo link <<https://www.youtube.com/watch?v=z0fjq3FSEb4>>. Acesso em: 10 set. 2026.

dências do CEMEF/UFMG, por ocasião do *XIII Seminário do CEMEF* e do *III Encontro Nacional do GTT Memórias da Educação Física e Esporte do CBCE*.

Cabe registrar que, em sua XIII edição, realizada sob o tema “Políticas de Memória: ordenamento institucional e práticas cotidianas”, o *Seminário do CEMEF* articulou-se ao CBCE, viabilizando a realização conjunta do *III Encontro Nacional do GTT Memórias* — parceria que se desdobrou diretamente das interlocuções iniciadas com a Profa. Dra. Meily Linhares na mesa-redonda *on-line Políticas institucionais de memória no âmbito da Educação Física/Ciências do Esporte*, citada anteriormente. O evento reuniu 43 comunicações orais de docentes e estudantes vinculados a instituições brasileiras e estrangeiras, além da conferência de abertura, intitulada *Políticas de Memória: ordenamentos institucionais e práticas cotidianas*, proferida por Rosa Fátima de Souza Chaloba (Faculdade de Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), e de duas mesas temáticas: *Práticas cotidianas de preservação e acervos da Educação Física*, com Carolina Torres Alves de Almeida Ramos (Centro de Memória Inezil Penna Marinho/UFRJ) e Yaci-ara Froner (Escola de Belas Artes/UFMG); e *Visibilidade e circulação dos acervos universitários*, com André Paulilo (CMU/UNICAMP) e Vero-
na Segantini (Escola de Belas Artes/UFMG).⁹

Ainda em novembro de 2024, a versão final da minuta da Política Interna de Memória foi encaminhada ao pleno do comitê científico do GTT, com a abertura de prazo para apresentação de destaques e sugestões. A reunião destinada à apreciação e aprovação da versão final ocorreu em 18 de dezembro, organizada em dois turnos, de modo a assegurar ampla participação de seus integrantes. Na ocasião, a Política Interna de Memória do GTT Memórias – cuja versão final integra o anexo deste livro – foi aprovada por unanimidade em ambos os turnos.

Esse resultado constituiu um marco importante na trajetória do grupo, não apenas por estabelecer diretrizes formais para o gerenciamento de sua documentação, mas, sobretudo, por afirmar a memória como dimensão constitutiva de sua prática científica e política. Ao definir critérios claros de incorporação, preservação, acesso e difusão documental, a política institui as condições necessárias para a constituição de um acervo próprio, orientado por princípios republicanos, pela transparência da gestão e pela ampliação do acesso público às

9. Para informações mais detalhadas, recomenda-se o acesso ao *site* do evento, disponível no link <<https://www.cbce.org.br/evento/cemef/apresentacao>>. Acesso em: 10 set. 2026.

fontes. Nesse sentido, mais do que um instrumento normativo, a Política Interna de Memória do GTT Memórias expressa uma tomada de posição institucional: a de que a produção, a guarda e a publicização da memória do grupo são indissociáveis de sua responsabilidade histórica no interior do CBCE e, de modo mais amplo, no campo da Educação Física e das Ciências do Esporte.

A criação da II Comissão de Memória do CBCE (2024–2025)¹⁰

A par do avanço dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do GTT Memórias – em especial a elaboração de sua Política Interna de Memória e os preparativos do grupo para a constituição de um acervo próprio –, a Direção Nacional do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte anunciou, em julho de 2024, por meio do Comunicado nº 06, a retomada do processo de formulação de uma política institucional de memória da entidade. O documento informava a reativação dos trabalhos iniciados em 2021 pela Comissão de Memória dos GTTs e das Secretarias Estaduais/Distrital, agora recomposta, com o objetivo de “apresentar uma proposta para a formalização de procedimentos que incentivem e instrumentalizem as instâncias do CBCE para a produção e preservação de registros de suas memórias” (Colégio..., 2024a, p. 1).

A recomposição da comissão foi formalizada pela Portaria nº 18/2024, publicada em setembro daquele ano, que previu uma composição plural, reunindo representantes das coordenações de GTTs, das Secretarias Estaduais/Distrital e da Direção Nacional. A II Comissão de Memória do CBCE passou a ser integrada por Christiane Garcia Macedo (Secretaria Estadual de Minas Gerais), que assumiu a presidência; Marina Ferreira de Souza Antunes (Direção Nacional – Diretora Financeira); Cláudio Marques Mandarinó (Direção Nacional – Diretor Administrativo); Angela Rodrigues Luiz (Direção Nacional – Diretora de Secretarias); Bruno Duarte Rei (GTT Memórias); Jennifer Aline Zanela (GTT Epistemologia); Paulo Roberto Veloso Ventura (GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho); Marlon Messias Santana Cruz (Secretaria Estadual da Bahia); e Demilton Yamaguchi da Pureza (Secretaria Estadual do Amapá).

A Portaria nº 18/2024 detalhou, ainda, o escopo anunciado no Comunicado nº 06, estabelecendo como incumbência da comissão a elaboração de uma

10. Análise detalhada do processo de criação, funcionamento e avaliação da II Comissão de Memória do CBCE é apresentada no capítulo *Memórias do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: o que e como temos preservado?*, de Christiane Garcia Macedo, presente nesta coletânea.

“proposta para uma política de memória, visando à institucionalização de procedimentos adequados para recuperação, registro e preservação da história da entidade e de suas instâncias organizativas, a partir de diferentes ferramentas” (Colégio..., 2024c, p. 1). Fixou-se, também, o prazo de 12 meses, a contar de 18 de setembro de 2024, para a apresentação da proposta à comunidade associada.

Na prática, contudo, os trabalhos da comissão tiveram início apenas no final de fevereiro de 2025, estendendo-se até agosto do mesmo ano, em reuniões realizadas integralmente de forma remota. As atividades concentraram-se na elaboração de dois produtos centrais: um relatório diagnóstico sobre a situação da salvaguarda da memória institucional do CBCE e a minuta de uma Política de Memória da entidade. Ambos os documentos foram concebidos para apreciação da Assembleia Geral prevista para setembro de 2025, durante o XXIV CONBRACE, em São Paulo.

Os levantamentos realizados – disponibilizados na íntegra no relatório final produzido pela comissão (Colégio..., 2025a) – evidenciaram a existência de um volume expressivo de documentos relacionados à trajetória do CBCE e de suas múltiplas instâncias, especialmente da Direção Nacional, das Secretarias Estaduais/Distrital e dos GTTs. Esses materiais encontram-se, ainda que de forma dispersa e com distintos graus de organização, em diferentes espaços, como o acervo do CEME/UFRGS;¹¹ os sítios eletrônicos do CBCE, da *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* e dos *Cadernos de Formação RBCE*; o canal institucional da entidade no YouTube; livros e *e-books* publicados sob sua chancela – sobretudo os de caráter comemorativo; além dos anais do CONBRACE e de outros eventos organizados pelo Colégio.

Paralelamente, identificaram-se lacunas significativas, sobretudo no que se refere a registros básicos, como nominatas, relatórios de gestão e documentação sistemática, especialmente das Secretarias Estaduais/Distrital. Constatou-se, ainda, que, com exceção do acervo depositado no CEME/UFRGS – que deixou

11. Segundo Macedo (2026), o acervo do CEME/UFRGS referente ao CBCE reúne materiais tridimensionais (como pastas, canetas, camisetas, crachás e *banners*), iconográficos, audiovisuais (VHS e DVDs) e documentação institucional (atas, correspondências, pareceres, projetos, balancetes, materiais eleitorais, fichas de inscrição e relatórios). O conjunto inclui, ainda, itens da Diretoria Nacional, da editoria da *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, dos GTTs e das Secretarias Estaduais/Distrital, destacando-se 63 encadernações e ao menos 18 caixas adicionais. Parte desse acervo está disponível *on-line* na subcomunidade do CEME no repositório Lume/UFRGS, que reúne 449 itens (audiovisuais, depoimentos, documentos textuais, iconográficos, periódicos e materiais tridimensionais).

de receber documentação do CBCE a partir de 2017 –, grande parte da produção documental da entidade encontra-se dispersa e pouco organizada em plataformas digitais – condição que torna os documentos particularmente vulneráveis a riscos deletérios.

Diante desse quadro, o relatório produzido pela comissão chama atenção, mais especificamente, para o fato de que, há pelo menos uma década, a produção documental do CBCE ocorre majoritariamente em formato digital. Embora esse suporte dispense determinadas exigências típicas da preservação dos acervos em suportes físicos convencionais, ele impõe desafios específicos relacionados à gestão, à preservação e à garantia da autenticidade documental. Afinal, assim como os documentos físicos, os digitais demandam políticas ativas e contínuas de preservação, sob pena de perdas irreversíveis, inclusive dos elementos necessários à presunção de autenticidade em suas dimensões legal, diplomática e histórica.

À luz desse diagnóstico, o relatório indicou de forma inequívoca a necessidade premente de formulação de uma política institucional de memória para o CBCE. Tal necessidade adquire relevo particular quando considerada a trajetória histórica da entidade, marcada por sua atuação crítica no campo da Educação Física e das Ciências do Esporte e por seu engajamento em processos mais amplos de defesa da ciência e da universidade pública no Brasil. A preservação da memória do CBCE, nesse sentido, não se restringe a uma dimensão celebrativa ou comemorativa, mas constitui condição fundamental para a compreensão crítica da própria área e de seus processos históricos. Ao longo de seus 47 anos de existência, o CBCE produziu um conjunto expressivo de registros que permitem narrar não apenas a história da instituição, mas também aspectos centrais da constituição da Educação Física brasileira, especialmente em seu âmbito acadêmico (Macedo, 2026).

No processo de elaboração da minuta da Política de Memória do CBCE, a comissão tomou como referência direta a Política Interna de Memória do GTT Memórias, apropriando-se de sua estrutura geral e de seus princípios, com as adaptações necessárias às especificidades organizacionais da entidade em escala macroinstitucional. A política proposta passou, assim, a contemplar de forma integrada as diferentes instâncias do CBCE – Direção Nacional, Secretarias Estaduais/Distrital, GTTs, eventos científicos realizados e periódicos editados –, evi-

denciando o papel estruturante da experiência acumulada no âmbito do GTT Memórias (Colégio..., 2025a).

Esse movimento confirma, de maneira concreta, certo êxito da estratégia adotada pela gestão do GTT Memórias no biênio 2023-2025. Ao priorizar a construção de uma política interna, em detrimento de iniciativas de alcance imediato, foi possível formar quadros, acumular experiências e produzir um referencial normativo efetivo, capaz de incidir sobre processos institucionais mais amplos. Trata-se, novamente, de um movimento “de dentro para fora”, no qual a experiência microinstitucional se projeta como base qualificada para a formulação de políticas em escala macroinstitucional.

Em agosto de 2025, a Comissão de Memória apresentou à comunidade associada o relatório diagnóstico e a minuta da Política de Memória do CBCE, documentos submetidos à apreciação da Assembleia Geral durante o CONBRACE 2025. O relatório foi aprovado, enquanto a minuta da política não obteve aprovação, sobretudo em razão de questionamentos relacionados à previsão de uma comissão permanente de memória, interpretada por parte dos(as) associados(as) como uma instância que exigiria alteração estatutária.¹² Argumentou-se, ainda, que o documento não teria circulado de forma suficientemente ampla antes da Assembleia, embora estivesse disponível no *site* do CBCE com devida antecedência e tivesse sido igualmente divulgado nos canais oficiais da entidade – inclusive em sua lista de e-mails e redes sociais.

Como desdobramento, deliberou-se que a continuidade do trabalho ficaria a cargo da Direção Nacional eleita para o biênio 2025-2027. Ainda que a não aprovação da política configure um impasse institucional, o processo revela avanços significativos, como a produção de um diagnóstico detalhado, a explicitação das fragilidades existentes e a inscrição definitiva da pauta da memória no debate político do CBCE. Ao mesmo tempo, evidencia a persistência de tensões em torno da institucionalização da responsabilidade pela memória, frequente-

12. Conforme detalha Macedo (2026), a argumentação contrária à criação de uma comissão permanente de memória sustentava que tal iniciativa implicaria a instituição de uma nova instância que, necessariamente, deveria constar no Estatuto da entidade. Argumentava-se, ainda, que essa atribuição caberia à presidência do CBCE e não à Assembleia Geral, conforme o Art. 10º, item c, que estabelece como competência presidencial “constituir, nomear e dissolver comissões de trabalho”. Todavia, o Estatuto também prevê, no Art. 8º, parágrafo quinto, item d, que compete à Assembleia Geral “constituir, nomear e dissolver comissões”, além de atribuir à Diretoria Nacional, nos termos do Art. 9º, parágrafo segundo, item a, a responsabilidade de “executar as deliberações da Assembleia Geral”. Esse debate é aprofundado neste livro no capítulo *Memórias do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: o que e como temos preservado?*, de autoria de Christiane Garcia Macedo.

mente relegada à iniciativa individual ou a esforços pontuais, em detrimento de um compromisso orgânico e permanente da entidade.

Nesse sentido, a experiência da II Comissão de Memória do CBCE reforça um dos argumentos centrais deste capítulo: a consolidação de políticas de memória não depende apenas do reconhecimento simbólico de sua importância, mas da criação de estruturas institucionais estáveis, capazes de garantir continuidade, responsabilidade coletiva e renovação dos sujeitos envolvidos. A memória institucional, longe de constituir um elemento acessório ou meramente comemorativo, afirma-se como dimensão estratégica da própria sustentabilidade histórica e política do CBCE.

Os avanços na constituição do acervo do GTT Memórias em 2025

Se, por um lado, a experiência da II Comissão de Memória do CBCE evidenciou avanços relevantes no plano do diagnóstico e da problematização da salvaguarda da memória institucional, por outro explicitou limites e tensões associados à consolidação de estruturas permanentes de responsabilidade no interior da entidade. Em contraste com esse cenário, o GTT Memórias, amparado por sua Política Interna de Memória, aprovada em 2024, avançou, em 2025, na implementação de ações concretas voltadas à constituição de seu acervo próprio. Esse movimento não apenas materializa diretrizes previamente normatizadas, como permite observar, em escala microinstitucional, os efeitos práticos da existência de uma política de memória formalizada, estruturada, no caso do GTT, a partir de dois conjuntos documentais: *Acervos pessoais e institucionais* e *Histórias orais*.

O conjunto *Acervos pessoais e institucionais* foi concebido para reunir documentos relativos à trajetória do GTT Memórias, provenientes tanto do próprio grupo quanto de doações da Direção Nacional do CBCE, das Secretarias Estaduais/Distrital, de outros GTTs e de membros em atividade, aposentados ou de familiares de integrantes falecidos. Não se estabeleceram restrições quanto ao gênero documental – textual, iconográfico, sonoro, audiovisual ou bibliográfico – nem quanto ao suporte, abrangendo documentos em papel, eletrônicos, digitais ou magnéticos. Tal opção reflete o reconhecimento da heterogeneidade constitutiva da produção documental no campo da Educação Física e das Ciências do Esporte e responde, de modo pragmático, às condições diagnosticadas

no âmbito do CBCE, marcadas pela dispersão dos registros e pela ausência de fundos orgânicos contínuos. O recorte temporal definido contempla produções desde 1998, ano de criação do GTT Memória, Cultura e Corpo, precursor do GTT Memórias, até o tempo presente.

O conjunto *Histórias orais*, por sua vez, foi projetado para abrigar depoimentos de membros que atuaram no GTT Memórias, seja na coordenação, seja no comitê científico, podendo incluir, ainda, sujeitos que exerceram outras funções no CBCE, desde que tenham contribuído de forma significativa para o grupo. Assim como no conjunto anterior, o recorte temporal inicia-se em 1998, abrangendo distintas gestões e momentos da trajetória do GTT, incluindo o período de vigência do GTT Memória, Cultura e Corpo. Ao incorporar a oralidade como dimensão constitutiva da memória institucional, esse conjunto busca enfrentar lacunas documentais e recuperar processos, experiências e decisões que frequentemente não se cristalizam em registros escritos sistemáticos.

À semelhança do processo de elaboração da Política Interna de Memória, o primeiro passo para a constituição do acervo foi a criação de uma comissão interna específica, reafirmando a centralidade da dimensão coletiva e institucional no trato com a memória. A partir de uma chamada ampla aos integrantes do comitê científico, manteve-se a composição da comissão responsável pela política, acrescida de dois novos membros: Eliana de Toledo, professora da UNICAMP, e Gustavo da Silva Freitas, professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Com a comissão formada, o marco inicial dos trabalhos foi a realização, em abril de 2025, da mesa-redonda *on-line Construção e gestão de acervos: limites e potencialidades do GTT Memórias da Educação Física e Esporte (CBCE) face à sua Política Interna de Memória*. O evento teve como objetivo aprofundar as reflexões sobre a implementação da política e sobre o processo de constituição do acervo próprio do GTT, articulando essa agenda às iniciativas em curso no âmbito do CBCE – especialmente à atuação da II Comissão de Memória – e aos levantamentos documentais realizados em gestões anteriores do grupo. Participaram como convidados Christiane Garcia Macedo, então presidente da II Comissão de Memória do CBCE; Sergio Roberto Chaves Junior, professor da Universidade Federal do Paraná e coordenador do GTT nos biênios 2019–2021 e 2021–2023; e

Gustavo da Silva Freitas, como já vimos, professor da FURG, mas que também exerceu a função de coordenador adjunto do grupo no biênio 2021–2023.¹³

Após a realização da mesa-redonda, a comissão interna optou por priorizar, no curto prazo, ações voltadas à organização do conjunto *Acervos pessoais e institucionais*. Considerando o tempo reduzido para o encerramento da gestão 2023-2025 e o grande volume de demandas relacionadas à organização do XXIV CONBRACE, decidiu-se postergar para o biênio 2025-2027 o desenvolvimento de um projeto específico para o conjunto *Histórias orais*. Essa decisão expressa uma estratégia incremental, coerente, inclusive, com a lógica da cumulatividade prevista na Política Interna de Memória, que estabelece como dever das coordenações do GTT a inclusão, em seus planos de gestão, de ações bienais voltadas à alimentação e à manutenção dos seus conjuntos documentais (Colégio..., 2024b).¹⁴ Assim, os esforços concentraram-se em dois movimentos centrais: a organização, em um *drive* criado especificamente para essa finalidade, da documentação coletada por Sergio Roberto Chaves Junior e Gustavo da Silva Freitas durante a preparação da mesa *Memórias do GTT Memórias*, realizada, como já mencionado, no XXII CONBRACE (2021); e a sistematização de toda a documentação produzida no âmbito da gestão 2023-2025.

Vale lembrar que a documentação reunida em 2021, a partir de repositórios dispersos – como o *site* institucional do CBCE, materiais sob a guarda da Direção Nacional, os anais do CONBRACE disponíveis na Plataforma SOAC, a Plataforma Lattes e, sobretudo, acervos pessoais –, totaliza aproximadamente cinquenta documentos, produzidos em distintas gestões do GTT entre 2004 e 2021. O conjunto é composto por atas, relatórios, notas técnicas, programações de eventos nacionais e regionais, planos de ação, cartazes de divulgação, nominatas de comitês científicos, entre outros registros. Esses materiais foram disponibilizados por seis dos nove ex-coordenadores(as) que exerceram a função nesse período, além de contribuições da então coordenadora dos GTTs na Direção Nacional do CBCE.

Segundo Chaves Junior e Freitas (2026), apesar de todos os notáveis avanços que a coleta de documentos realizada em 2021 representa, seus prota-

13. A mesa-redonda citada também está disponível, na íntegra, no canal do CBCE no YouTube e pode ser acessada pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=Py7I2z_6xys>. Acesso em: 10 set. 2026.

14. Para informações mais pormenorizadas, consulte a versão integral da Política Interna de Memória do GTT Memórias, disponível nos anexos desta coletânea.

gonistas também identificaram lacunas significativas, tanto no que se refere ao quantitativo reduzido de documentos angariados por gestão quanto à ausência quase total de registros referentes ao período compreendido entre 1998 e 2009. Esse intervalo abrange as gestões de Victor Andrade de Melo (1998-2000), Ricardo de Figueiredo Lucena (2000-2001 e 2001-2003), ainda no âmbito do GTT Memória, Cultura e Corpo, e de Kleber do Sacramento Adão (2004-2005), primeira gestão *stricto sensu* do GTT Memórias. A escassez documental - inclusive imagética - evidencia os limites naturais do importante levantamento realizado e reforça a necessidade de ampliação do *corpus* do acervo, tarefa explicitamente atribuída às gestões futuras pela Política Interna de Memória, que, reitera-se aqui, estabelece como atribuição das coordenações do GTT a previsão de ações relativas à alimentação e à manutenção do acervo do grupo em seus planos de gestão.

Paralelamente à organização da documentação coletada em 2021, foi sistematizada, no mesmo repositório digital, toda a documentação produzida no âmbito da gestão 2023-2025. Esse conjunto inclui registros fotográficos diversos; atas de reuniões; listas de membros e contatos do comitê científico; correspondências institucionais; registros das comissões responsáveis pela Política Interna de Memória e pela constituição do acervo do GTT; documentação relativa à atuação do grupo no XXIV CONBRACE e no XIII Seminário do CEMEF/III Encontro Nacional do GTT Memórias; materiais das mesas-redondas *on-line* Políticas institucionais de memória no âmbito da Educação Física/Ciências do Esporte e Construção e gestão de acervos; planos e relatórios finais de gestão; além de documentos referentes à participação do GTT na II Comissão de Memória do CBCE e a outras iniciativas institucionais, como a indicação ao Prêmio Carolina Bori (SBPC), a campanha de associação ao CBCE, entre outras.

Cabe destacar que todo o conjunto documental atualmente constitutivo do acervo próprio do GTT Memórias encontra-se preservado em um *drive* criado especificamente para essa finalidade. Trata-se de uma solução provisória, em consonância com a Política Interna de Memória do GTT, que prevê a futura definição de um centro de memória de referência na área da Educação Física/Ciências do Esporte para a salvaguarda definitiva do acervo. Até que essa definição seja formalizada – mediante tratativas entre a coordenação do GTT, a Direção Nacional do CBCE e a instituição interessada, considerando inclusive os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Memória da entidade –, a responsabili-

de pela preservação temporária do acervo permanece sob a guarda da coordenação do GTT, assegurando sua integridade e continuidade (Colégio..., 2024b).¹⁵

A experiência desenvolvida em 2025 demonstra que a existência de uma política interna de memória não apenas orienta a ação, mas cria condições institucionais para a cumulatividade, a continuidade e a responsabilização coletiva no trato com os documentos. Ao transformar diretrizes normativas em práticas concretas, o GTT Memórias avançou na constituição de um acervo próprio ainda em estágio inicial, mas já dotado de intencionalidade arquivística e densidade histórica. Esse movimento inaugura um novo patamar de atuação do grupo, no qual a memória deixa de ser apenas objeto de reflexão e se afirma como campo sistemático de intervenção institucional – inspirando, assim, o desenvolvimento de ações correlatas no âmbito do CBCE, de forma mais ampliada.

Considerações finais

O percurso analítico desenvolvido ao longo deste capítulo buscou compreender a memória institucional do CBCE não apenas como objeto de preservação retrospectiva, mas como um campo atravessado por disputas, decisões e responsabilidades que se colocam no tempo presente. Ao tomar como eixos de análise tanto as iniciativas empreendidas pelo GTT Memórias – em especial aquelas decorrentes da formulação e da implementação de sua Política Interna de Memória – quanto ações correlatas desenvolvidas no âmbito mais amplo do CBCE, o texto evidenciou distintos modos de tratamento institucional da memória e seus efeitos concretos no interior da entidade.

A experiência da II Comissão de Memória do CBCE representou um avanço significativo no diagnóstico das condições de produção, guarda e acesso à documentação institucional. Ao explicitar lacunas, fragilidades e tensões historicamente naturalizadas, a Comissão contribuiu para deslocar a memória do plano da evocação episódica para uma posição de maior destaque no debate político-institucional do CBCE. Ao mesmo tempo, os limites enfrentados – particularmente aqueles relacionados seja à manutenção do caráter temporário da Comissão, seja, no limite, à ausência de estruturas permanentes de responsabilidade – evidenciaram as dificuldades de converter diagnósticos consistentes em

15. Para a obtenção de informações mais detalhadas, sugere-se, também para este caso, a leitura da versão integral da Política Interna de Memória do GTT Memórias, disponível nos anexos desta coletânea.

práticas continuadas e institucionalmente estabilizadas, reatualizando impasses que acompanham a trajetória histórica da entidade.

É nesse ponto que a experiência do GTT Memórias adquire especial relevância analítica. Amparado por uma Política Interna de Memória formalmente aprovada, o GTT avançou, em 2025, na constituição de seu acervo próprio, articulando critérios de incorporação, preservação, acesso e difusão documental. Mais do que uma iniciativa pontual, esse movimento permitiu observar, em escala microinstitucional, os efeitos de uma política previamente normatizada, capaz de conferir continuidade às ações, reduzir a dependência de iniciativas individuais e incorporar a memória às rotinas ordinárias de gestão do grupo. Tal experiência retoma, sob novas bases, o movimento “de dentro para fora” que marcou a própria criação do GTT Memórias, agora deslocado do plano da afirmação identitária para o da institucionalização de práticas de memória.

Nessa perspectiva, o GTT Memórias não se apresenta como um modelo idealizado, mas como um laboratório institucional no qual se materializam respostas possíveis a problemas amplamente diagnosticados no âmbito do CBCE. A articulação entre a agenda da Comissão de Memória da entidade e os esforços desenvolvidos no interior do GTT revela-se, assim, estratégica. A experiência de constituição de um acervo próprio, ancorada em uma política interna, oferece subsídios concretos para reflexões mais amplas sobre critérios, responsabilidades e formas de organização da documentação institucional do CBCE, ao mesmo tempo em que reafirma o caráter necessariamente coletivo e institucional das políticas de memória.

As perspectivas abertas para os próximos biênios, contudo, não autorizam leituras otimistas desprovidas de cautela. Os avanços no campo da memória institucional do CBCE permanecem condicionados à criação de estruturas estáveis, à continuidade entre gestões e ao reconhecimento da memória como dimensão constitutiva da própria vida institucional da entidade. A experiência analisada neste capítulo sugere que comissões episódicas, embora fundamentais para o diagnóstico e a mobilização política, não são suficientes, por si sós, para assegurar a preservação, a organização e a difusão do patrimônio documental acumulado ao longo da trajetória do CBCE.

Ao evidenciar limites e potencialidades das experiências recentes, este capítulo procurou demonstrar que a memória institucional é inseparável da responsabilidade histórica do CBCE consigo mesmo e com o campo da Educação

Física e das Ciências do Esporte. A consolidação de políticas de memória, ancoradas em práticas efetivas e em compromissos institucionais duradouros, constitui não apenas um desafio administrativo, mas uma tomada de posição política acerca do valor do passado na construção dos projetos coletivos do presente e do futuro – retomando, sob novas formas, as disputas, negociações e afirmações que marcaram a própria constituição do GTT Memórias no interior da entidade.

Referências

BAÍIA, Anderson da Cunha. Apresentação. In: BAÍIA, Anderson da Cunha; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; LARA, Larissa Michelle (Orgs.). *Ciências do Esporte, Educação Física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE*. v. 2. Memórias da Educação Física e esporte. Natal: EDUFRN, 2020.

CASSANI, Juliana Martins; SANTOS, Wagner dos; CARVALHO, Lucas Oliveira Rodrigues de; CARNEIRO, Felipe Ferreira Barros; FERREIRA NETO, Amarílio. História e historiografia da Educação Física: práticas científicas em circulação nos CONBRACEs (2005-2017). In: BAÍIA, Anderson da Cunha; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; LARA, Larissa Michelle (Orgs.). *Ciências do Esporte, Educação Física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE*. v. 2. Memórias da Educação Física e esporte. Natal: EDUFRN, 2020.

CATANI, Denice Barbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 113-128, abr. 2002.

CHAVES, Elisângela; FREITAS, Gustavo da Silva; PINTO, Joelcio Fernandes; FIGUEIREDO, Priscilla Kelly; CHAVES JUNIOR, Sergio Roberto. Índícios e análises da produção em circulação no GTT Memórias da Educação Física e Esporte nos CONBRACEs/CONICEs de 2009 a 2013. In: RECHIA, Simone; SILVA, Paula Cristina da Costa; ALMEIDA, Felipe Quintão de; CHAVES-GAMBOA, Márcia Ferreira; GÓIS JUNIOR, Edivaldo; ORTIGARA, Vidalcir; TARTARUGA, Marcus Peikriszwili; PACHECO NETO, Manuel (Orgs.). *Dilemas e desafios da pós-graduação em Educação Física*. v. 1. Ijuí: Unijuí, 2015.

CHAVES, Elisângela; FREITAS, Gustavo da Silva; PINTO, Joelcio Fernandes; PEREIRA, Mateus Camargo; FIGUEIREDO, Priscilla Kelly; CHAVES JUNIOR, Sergio Roberto. A produção do conhecimento em circulação no GTT Memórias da Educação Física e Esporte: análises a partir dos CONBRACEs/CONICEs (2009 a 2017). In: BAÍIA, Anderson da Cunha; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; LARA, Larissa Michelle (Orgs.). *Ciências do Esporte, Educação Física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE*. v. 2. Memórias da Educação Física e esporte. Natal: EDUFRN, 2020.

CHAVES JUNIOR, Sergio Roberto; FREITAS, Gustavo da Silva. Construção do acervo do GTT Memórias da Educação Física e Esporte: delineamentos em curso. In: REI, Bruno Duarte; DALBEN, André (Orgs.). *20 anos do GTT Memórias*

da Educação Física e Esporte no CBCE: balanços e perspectivas. Belém: RFB Editora, 2026.

CHAVES JUNIOR, Sergio Roberto; FREITAS, Gustavo da Silva; TOLEDO, Eliana de; REI, Bruno Duarte. Por uma política institucional de memória: (auto)críticas e contribuições do GTT Memórias da Educação Física e Esporte. In: MACEDO, Christiane Garcia; COSTA, Maria da Conceição dos Santos; ANTUNES, Marina Ferreira de Souza; AMARAL, Gislene Alves do (Orgs.). *25 anos dos GTTs do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: trajetórias e perspectivas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Comunicado 06 – Comissão de Memória. 2024a. Disponível em: <<https://www.cbce.org.br/noticias/>>. Acesso em: 27 jul. 2024.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Grupo de Trabalho Temático. 2026a. Disponível em: <<https://cbce.org.br/gtt/gtt10-memoriasdaeducacaofisicaeesporte>>. Acesso em: 23 set. 2025.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *Portal dos Centros de Memória sobre Educação Física, Esporte e Lazer*. 2026b. Disponível em: <<https://cbce.org.br/cms/>>. Acesso em: 10 set. 2026.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Portaria 18/2024. 2024c. Disponível em: <<https://www.cbce.org.br/portarias/>>. Acesso em: 24 set. 2024.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *Política Interna de Memória do GTT 10 – Memórias da Educação Física e Esporte*. 2024b. Disponível em: <<https://public.cbce.org.br/uploads/...Relatório GTT 10 – Memórias da EF e Esporte.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2026.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Relatório da Comissão de Memória do CBCE. 2025a. Disponível em: <<https://www.cbce.org.br/noticias/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

DAOLIO, Jocimar; GOELLNER, Silvana Vilodre; MELO, Victor Andrade de. Memória, cultura e corpo: intervenção e conhecimento. In: GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Educação Física/Ciências do Esporte: intervenção e conhecimento*. Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1999.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Entre história e memória: o GTT Memórias da Educação Física e Esporte e os silêncios sobre sua perspectiva disciplinar. In: REI, Bruno Duarte; DALBEN, André (Orgs.). *20 anos do GTT Memórias da Educação Física e Esporte no CBCE: balanços e perspectivas*. Belém: RFB Editora, 2026.

LINHALES, Meily Assbú; OLIVEIRA, Thaís Nodare de; SANTOS, Fernanda Cristina dos; CAMARGO, Nájela Paula Tavares. Arquivos pessoais de professores de educação física: organização arquivística e pesquisa histórica. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Brasília, v. 39, n. 3, p. 276-283, 2017.

MACEDO, Christiane Garcia. Memórias do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: o que e como temos preservado? In: REI, Bruno Duarte; DALBEN,

André (Orgs.). *20 anos do GTT Memórias da Educação Física e Esporte no CBCE: balanços e perspectivas*. Belém: RFB Editora, 2026.

MACEDO, Christiane Garcia; COSTA, Maria da Conceição dos Santos; ANTUNES, Marina Ferreira de Souza; AMARAL, Gislene Alves do (Orgs.). *25 anos dos GTTs do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: trajetórias e perspectivas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

MACEDO, Christiane Garcia; FREITAS, Gustavo da Silva; CHAVES JUNIOR, Sergio Roberto. GTT Memórias da Educação Física e Esporte: estamos ajudando a olhar? In: Congresso Sudeste de Ciências do Esporte. *Anais...* São Paulo: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2022.

MACEDO, Christiane Garcia; GOELLNER, Silvana Vilodre; SILVA, André Luiz dos Santos. O movimento de constituição dos centros de memória da Educação Física das universidades federais brasileiras e sua interlocução com o CBCE. In: BAÍA, Anderson da Cunha; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; LARA, Larissa Michelle (Orgs.). *Ciências do Esporte, Educação Física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE*. v. 2. Memórias da Educação Física e esporte. Natal: EDUFRN, 2020.

MORENO, Andrea; ROSA, Maria Cristina; SEGANTINI, Verona Campos. O GTT Memórias da Educação Física e Esporte do CBCE: uma análise a partir das práticas e da produção. In: CARVALHO, Yara Maria de; LINHALES, Meily Assbú (Orgs.). *Política científica e produção do conhecimento em Educação Física*. Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Renovação historiográfica na Educação Física brasileira. In: SOARES, Carmen Lúcia (Org.). *Pesquisas sobre o corpo*. Campinas: Autores Associados, 2007.

CAPÍTULO 2

MEMÓRIAS DO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE: O QUE E COMO TEMOS PRESERVADO?

Christiane Garcia Macedo

Introdução

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) faz parte da minha história. Uma instituição onde encontro meus pares e posso esperar em uma ciência séria, democrática e humanizada. Há mais de 20 anos acompanho de perto a instituição e me envolvo com as discussões de memórias. Por isso, é uma alegria compor esse livro sobre os 20 anos do Grupo de Trabalho Temático Memórias da Educação Física e Esporte¹ (GTT Memórias).

Para esse texto apresento elementos da minha fala na mesa *Construção e gestão de acervos: limites e potencialidades do GTT Memórias da Educação Física e Esporte do CBCE face à sua Política Interna de Memória*², que ocorreu no dia 8 de abril de 2025. Essa atividade integrou um momento importante do GTT Memórias e do CBCE. No GTT estávamos implantando a sua Política Interna de Memória e no CBCE construindo na Comissão de Memória uma Política Institucional de Memória para a entidade, que foi discutida na Assembleia de Associados(as) do CBCE durante o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e Congresso Internacional de Ciências do Esporte em São Paulo, em setembro de 2025. Embora não tenha sido aprovada na Assembleia, penso que alguns avanços ocorreram.

Considerando esse contexto, tenho aqui a intenção de registrar o que já foi feito, onde estão os registros de memória do CBCE e as discussões sobre a sua Política Institucional de Memória. Muitos dos dados e informações que apresento estão registrados no Relatório da Comissão de Memória, que foi aprovado pela Assembleia de Associados(as) dia 04 de setembro de 2025.³

1. Agradeço a Bruno Duarte Rei e André Dalben pelo convite e pelas parcerias no GTT.

2. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Py7I2z_6xys&t=6726s>. Acesso em: 5 abr. 2026.

3. Disponível em: <<https://cbce.org.br/noticia/comissao-de-memoria-do-cbce-apresenta-relatorio-e-minuta-de-politica-de-memoria-para-apreciacao-na-assembleia>>. Acesso em: 5 abr. 2026.

A preservação das memórias do CBCE: o que já foi feito?

Pensar nos registros da trajetória do CBCE é pensar em uma memória institucional e também em patrimônio cultural da ciência e da tecnologia no Brasil. O CBCE, fundado em 1978, segundo o Artigo 1º de seu Estatuto (2024, p. 1) é:

Uma associação científica de duração indeterminada, sem fins lucrativos, autônoma e congregadora de profissionais e estudantes que possuem em comum o interesse pelo desenvolvimento de estudos e pesquisas vinculadas à área acadêmica convencionalmente denominada Educação Física, que abrange o campo das Ciências do Esporte e suas subáreas Sociocultural, Pedagógica e BIODINÂMICA.

Essa instituição se organiza em algumas instâncias, a saber: Assembleia Geral (composta por todos/as os/as associados/as); Diretoria Nacional (DN) (com oito cargos eleitos e mandatos de dois anos); Secretarias Estaduais/Distrital (eleitas por associados/as de cada unidade federativa para gestões de dois anos); e Grupos de Trabalho Temático (GTT) (com coordenações e comitês científicos eleitos durante o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e Congresso Internacional de Ciências do Esporte para uma gestão de dois anos). Além disso, também temos a Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) e os Cadernos de Formação da RBCE que são publicações periódicas vinculadas ao CBCE, que possuem editorias escolhidas pela DN.

Outra característica dessa instituição é sua itinerância: a depender da diretoria eleita a sede muda de cidade, geralmente sendo instalada em alguma universidade que apoie o CBCE, em que algum membro da DN seja lotado. Essa característica se aprofunda, pois cada Secretaria, GTT e periódico produzem seus próprios registros e realizam atividades mais ou menos autônomas por todo o território nacional.

Em momentos de desvalorização das lutas coletivas, por um reforço da competição acadêmica e da individualidade, a preservação das memórias do CBCE é uma missão complexa, mas urgente, pois como destaca Costa (1997, p. 145):

A memória é um elemento primordial no funcionamento das instituições. É através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento. Há um processo seletivo que se desenvolve

segundo regras instituídas e que variam de instituição para instituição. [...] A memória institucional está em permanente elaboração, pois é função do tempo.

São memórias também da ciência em nosso país. O CBCE tem reunido pessoas que realizam pesquisas e discussões sobre as formas de se produzir conhecimento científico e os seus impactos na sociedade. Segundo a Carta do Rio de Janeiro, publicada em 2017, o Patrimônio Cultural da Ciência e da Tecnologia é um:

Legado tangível e intangível relacionado ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade, em todas as áreas do conhecimento, que faz referência às dinâmicas científicas, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, e à memória e ação dos indivíduos em espaços de produção de conhecimento científico. Estes bens, em sua historicidade, podem se transformar e, de forma seletiva, são atribuídos valores, significados e sentidos, possibilitando sua emergência como bens de valor cultural (2017, p. 3).

Nesses 47 anos o CBCE produziu muitos registros que nos ajudam a contar não apenas a história da instituição, mas da própria Educação Física, especialmente em seu âmbito acadêmico. Por isso, a preocupação sobre a preservação desse patrimônio recai não apenas no conteúdo desses registros, mas na sua localização, organização, acesso e circulação.

Desde a década de 1990, pelo menos, podemos notar ações relacionadas à preservação da memória acadêmica internamente ao campo da Educação Física. Iniciativas de localizar e reunir acervos específicos da área. Podemos citar como exemplos a iniciativa de Ricardo Lucena e Fernanda Paiva (1995) por um Arquivo Histórico de Educação Física e Esporte⁴ na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e de Janice Mazo no Centro de Memória do Esporte (CEME) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Anterior a isso, vale destacar que clubes esportivos e alguns colecionadores particulares já se ocupavam com essa reunião (Goellner, 2005) e a pesquisa histórica já estava consolidada no campo (Macedo, 2017).

No CBCE, uma ação nessa direção foi feita em 2003, durante a realização do XIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), realizado em Caxambu (MG). Um conjunto de documentos foi transferido para o CEME –

4. Esse arquivo não chegou a ser concretizado.

UFRGS⁵ pelo intermédio da professora Silvana Vilodre Goellner, então coordenadora do CEME e também vice-presidente do CBCE.⁶ Até esse momento, o conjunto de documentos se deslocava junto com a sede da Diretoria Nacional. Algo preocupante é que nem sempre havia espaço e condições adequadas para essa guarda e muitos documentos foram perdidos. O objetivo dessa transferência era preservar o acervo histórico, facilitando o acesso a ele e a sua divulgação. Em 2012, o CEME criou uma subcomunidade no Lume – Repositório Digital da UFRGS e iniciou a disponibilização de vários materiais.

Na gestão 2017-2019, o CBCE celebrou seus 40 anos. Uma das ações de comemoração foi a publicação da *Coleção Ciências do Esporte, Educação Física e Produção do Conhecimento em 40 anos de CBCE*,⁷ organizada por Larissa Michelle Lara e Pedro Fernando Avalone Athayde e que contou com 13 volumes e 207 autores/as. Cada volume registra memórias especialmente da Diretoria Nacional e dos GTTs. Destaco aqui a importância de relatos e de análises da produção do conhecimento nos anais do CONBRACE/CONICE.

O GTT Memórias da Educação Física e Esporte na coordenação de Sergio Roberto Chaves Junior (gestão 2019-2021) realizou iniciativas para reunir registros de memória do próprio GTT, especialmente em conjunto com Gustavo Freitas e o comitê científico.⁸ Assim, o GTT se tornou um importante motivador para que o CBCE como um todo pudesse organizar ações para a preservação de suas memórias.

Esse trabalho do GTT Memórias teve continuidade na gestão 2021-2023. Nessa mesma gestão, sob minha coordenação como Diretora Nacional de GTTs e de Cláudio Mandarino como Diretor Nacional de Secretarias, foi criada pela Diretoria Nacional a Comissão de Memória do CBCE, especialmente para se pensar a memória de GTTs e Secretarias, contando com as seguintes representações: Gustavo da Silva Freitas (GTT Memórias), Hugo Leonardo Fonseca da Silva (Secretaria de Goiás e GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho),

5. Ver síntese da Coleção CBCE em <<https://www.ufrgs.br/ceme/colegio-brasileiro-de-ciencias-do-esporte/>>. Acesso em: 5 abr. 2026.

6. Segundo relato de Silvana Goellner em 2015, as tratativas para transferência do acervo iniciaram anteriormente, na gestão do Professor Elenor Kunz (1997-1999) pela professora Janice Mazo (coordenadora do CEME no período). (Entrevista disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147908>>). Acesso em: 5 abr. 2026.

7. Disponível em: <<https://cbce.org.br/repositorio/colecao-40-anos>>. Acesso em: 5 abr. 2026.

8. Os achados desse trabalho foram apresentados em uma live do GTT no dia 08 de abril de 2025: <https://www.youtube.com/watch?v=Py7I2z_6xys&t=6273s>. Acesso em: 5 abr. 2026.

Daniel Teixeira Maldonado (Secretaria de São Paulo), Demilton Pureza (Secretaria do Amapá), Leandro Vargas (GTT Inclusão e Diferença), Lino Castellani Filho (GTT Políticas Públicas), Beleni Grando (GTT Corpo e Cultura), Maria Cecília de Paula (GTT Corpo e Cultura). A Comissão de Memória foi mobilizada por demandas e incentivos especialmente da Diretoria de GTTs, da Diretoria de Secretarias, do GTT Memórias, do GTT de Inclusão e da Secretaria de São Paulo.

Nessa primeira comissão, construímos duas ferramentas: um formulário do Google para coleta de informações sobre as secretarias e os GTTs e um roteiro de entrevistas de História Oral. Enviamos o questionário a diversas pessoas, porém o retorno foi bem pequeno. O roteiro de entrevistas foi utilizado pela Secretaria Estadual de São Paulo em dois encontros virtuais disponíveis no YouTube da Secretaria CBCE-SP.⁹ Com o empenho dos membros da secretaria Daniel Maldonado e Bruno Meireles, foram entrevistados os secretários estaduais Marcos Garcia Neira, Luciano Galvão Damasceno, Elaine Prodócimo e Daniel Maldonado. Além disso, em 2022 realizamos um simpósio nacional de comemoração dos 25 anos dos GTTs, que foi realizado em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).¹⁰

Ao final da gestão, avaliamos que pouco se avançou. Houve uma desmobilização das pessoas participantes, além disso, outras demandas apareceram com a organização do CONBRACE/CONICE de 2023, em Fortaleza. Em anos de realização do CONBRACE/CONICE esse esvaziamento de diversas comissões é comum, pois os membros da DN, de GTTs e de Secretarias se envolvem com tarefas vinculadas ao evento.

O coordenador do GTT Memórias nessa gestão, o professor Sergio Roberto Chaves Junior, e colaboradores, Gustavo da Silva Freitas, Eliana de Toledo e Bruno Duarte Rei, realizaram uma importante reflexão no texto *Por uma política institucional de memória: (auto)críticas e contribuições do GTT Memórias da Educação Física e Esporte* (Chaves Junior et al., 2023), publicado na obra *25 anos dos GTTs do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: trajetórias e perspectivas*, indicando, inclusive, duas questões a serem resolvidas para que a comissão continue seu tra-

9. Ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=oZ8vZ0NNgQE>> e <https://www.youtube.com/watch?v=neQiw4zX_fg>. Acesso em: 5 abr. 2026.

10. Desse evento foi publicado o e-book *25 anos dos GTTs do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: trajetórias e perspectivas* (Macedo et al., 2023). Disponível em: <<https://cbce.org.br/item/25-anos-dos-gtts-do-colegio-brasileiro-de-ciencias-do-esporte-trajetorias-e-perspectivas>>. Acesso em: 5 abr. 2026.

balho e, de fato, o trabalho com as memórias do CBCE ganhe mais estabilidade: a definição de um local de guarda e a vinculação a uma das Diretorias Nacionais para que a comissão de alguma forma se institucionalize.

Como um dos frutos dessa análise, no plano de ação de 2023-2025 do GTT Memórias foi proposta a construção de uma Política Interna de Memória para o GTT. Ao longo de toda a gestão, coordenada por Bruno Duarte Rei, o comitê científico realizou reuniões sobre o tema e decidimos pela realização de duas mesas de discussão¹¹ para nos ajudar a embasar e desenvolver a política. Também estudamos outras políticas como a do CEMEF/UFMG, do CEME/UFRGS e do CMU/UNICAMP, para decidir sobre a estrutura do nosso documento. A partir desse processo, construímos coletivamente o documento, sob a direção da coordenação do GTT.¹² No *XIII Seminário do CEMEF e no III Encontro do GTT Memórias*, evento conjunto ocorrido em novembro de 2024 na UFMG, a Política Interna de Memória do GTT foi apresentada e discutida com os participantes presentes. Essas ações foram fundamentais para mobilizar ações em outras instâncias do CBCE.

A gestão da DN de 2023-2025 nomeou uma Comissão de Memória em 18 de setembro de 2024: Christiane Garcia Macedo (Secretaria de Minas Gerais – presidente da comissão); Marina Ferreira de Souza Antunes (DN – Diretora Financeira); Cláudio Marques Mandarino (DN – Diretor Administrativo); Angela Rodrigues Luiz (DN – Diretora de Secretarias); Bruno Duarte Rei (GTT Memórias); Jennifer Aline Zanela (GTT Epistemologia); Paulo Roberto Veloso Ventura (GTT Formação); Marlon Messias Santana Cruz (Secretaria da Bahia); Demilton Yamaguchi da Pureza (Secretaria do Amapá). Mobilizada especialmente pela indicação da comissão anterior, pelo GTT Memórias e pela Secretaria da Bahia, a comissão iniciou de fato seus trabalhos em 26 de fevereiro de 2025, em reunião com participação de Christiane Macedo, Marina Antunes, Cláudio Mandarino, Jennifer Zanela, Angela Luiz e Bruno Rei (Imagem 1). Definimos como tarefas fundamentais para essa comissão: produzir um relatório sobre a situação dos registros de memórias e uma proposta de Política Institucional de Memória do

11. A primeira, *Políticas institucionais de memória no âmbito da Educação Física/Ciências do Esporte*, com a participação da professora Meily Linhares (UFMG) e do professor André Paulilo (UNICAMP), está disponível no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=z0fjq3FSEb4&t=312s>>. Acesso em: 5 abr. 2026. A segunda já foi citada na introdução: *Construção e gestão de acervos: limites e potencialidades do GTT Memórias da Educação Física e Esporte*.

12. Além da coordenação de Bruno Duarte Rei, eram coordenadores adjuntos do GTT André Dalben e Carolina Jubé. Participei enquanto membro do comitê científico do GTT.

CBCE. Nesse momento de início dos trabalhos, o GTT Memórias já havia concluído a elaboração de sua Política Interna de Memória, e essa comissão pôde aproveitar as discussões realizadas e a experiência com a composição da política.

Imagem 1 – Reunião da Comissão de Memória em 12/05/2025.



Fonte: Registros da comissão (2025)

Dessa forma, na comissão nacional, seguimos os passos já trilhados pelo GTT.¹³ Iniciamos com estudos sobre o que é uma política de memória e sua importância, e optamos por seguir o formato e princípios da Política Interna do GTT Memórias, dividindo tarefas para que a elaboração do documento nacional fosse possível. Nos seis meses de trabalho, produzimos os materiais que foram apreciados na Assembleia de Associados(as), que ocorreu em setembro de 2025, em São Paulo.

Registramos no relatório lugares onde as memórias do CBCE têm permanecido e circulado, que apresento no próximo item. Ao reunirmos essas informações, pode parecer que muito tem sido preservado, pois temos um volume substancial. Porém, o próprio trabalho de reunir dados aponta que o acesso nem sempre é simples e existem muitas lacunas e riscos de se perderem materiais.

Na assembleia, o relatório foi aprovado. Contudo, a Política Institucional de Memória não foi aprovada, sobretudo por propor a criação de uma comissão

13. Esse trabalho coletivo e de muita dedicação aos debates e estudos está desenvolvido com mais detalhes e profundidade no capítulo 1, *20 anos de construções: o GTT Memórias da Educação Física e Esporte e a sua Política Interna de Memória (2005-2025)*, escrito por Bruno Rei e André Dalben, neste livro.

permanente. Segundo a argumentação apresentada, isso poderia implicar a constituição de uma nova instância, que deveria constar no Estatuto da entidade e cuja atribuição caberia à presidência, conforme o art. 10º, item c, que prevê “constituir, nomear e dissolver comissões de trabalho”. Ressalta-se, entretanto, que o art. 8º, § 5º, item d, estabelece como competência da Assembleia Geral “constituir, nomear e dissolver comissões”, e que a Diretoria Nacional, nos termos do art. 9º, § 2º, item a, tem como atribuição “executar as deliberações da Assembleia Geral”.

Outra argumentação foi que o documento não teve uma circulação abrangente, e, por isso, não seria adequado votá-lo, mesmo que ele tenha sido disponibilizado na página da instituição, na semana anterior ao CONBRACE/CONICE e uma nota tenha circulado nas redes sociais. Dessa forma, decidiu-se que ficaria a cargo da DN eleita para a gestão 2025-2027 dar continuidade ao trabalho, renovando os trabalhos da Comissão de Memória.

Partindo do meu olhar pessoal, de alguém que participou de duas comissões, que viu a dificuldade de sua mobilização, que há alguns anos tem reunido alguns materiais sobre sua trajetória, avalio que pautar a questão na assembleia foi um avanço e a produção do relatório com os registros foi importante. Contudo, a opção da assembleia mantém esse trabalho de memória num lugar de desejo quase pessoal, como algo que não deve ser uma responsabilidade permanente da instituição, mas depende de demandas de alguns indivíduos.

Desse meu lugar, entendo a importância de que pessoas se envolvam nisso. Esse trabalho depende de indivíduos que compreendam o valor da memória e doem tempo, esforço e estudo para reunir, organizar e manter esses registros. A instituição assumir essa responsabilidade é manter o compromisso, agregando essas pessoas e renovando quem executa esse trabalho. Os grupos envolvidos com a entidade mudam, seja por questões de trabalho, estudo ou até questões de saúde. Esperamos que o CBCE permaneça para além das nossas questões pessoais de envolvimento com a instituição.

Ninguém foi explicitamente contra a ideia da preservação da memória institucional, mas discutir estrutura e responsáveis parece um problema. Será que a memória do CBCE só serve para algo celebrativo e nostálgico em momentos de números redondos do seu aniversário? Prefiro pensar que o CBCE apenas prorrogou essa responsabilidade institucional e que, com sua tradição da discussão crítica e humanizada da Educação Física, vai tratar a questão em breve.

Registro que após cinco meses da Assembleia a comissão ainda não foi nomeada.¹⁴

Os registros de memória do CBCE: Onde estão? O que tem sido preservado?

As ações apresentadas apontam conjuntos documentais importantes para quem deseja conhecer mais sobre as histórias do CBCE. Neste item, ao mostrar a localização e conteúdo desses registros, pretendo também mostrar o que temos a perder. Esses levantamentos também nos ajudam a entender como o CBCE é uma instituição descentralizada em suas ações e presenças, portanto a preservação das informações tem nuances e demandas específicas e complexas.

O primeiro lugar de destaque é o CEME/UFRGS¹⁵. Como já relatei, o arquivo histórico do CBCE foi transferido em 2003, para assegurar sua preservação. O centro se localiza na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no bairro Jardim Botânico, em Porto Alegre (RS). Os Centros de Memória têm sido espaços fundamentais para a preservação e conservação de documentação histórica da área da Educação Física; além da guarda, organizam, dão acesso e divulgam esses materiais (Macedo e Goellner, 2018).

O conjunto sob a guarda do CEME possui objetos tridimensionais (pastas, canetas, camisetas, crachás, garrafa de água, carimbo, *necessaire*, calendários), iconográficos (fotografias, imagens dos eventos, banners), audiovisual (gravações em vídeo – VHS e DVD) e acervo documental (atas e documentos institucionais). Além de materiais da Diretoria Nacional, o acervo também contempla itens relacionados à editoria da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, dos Grupos de Trabalho Temático e das Secretarias Estaduais.

Nessa coleção se destaca o conjunto de 63 encadernações, que têm atas, correspondências recebidas e expedidas, pareceres, projetos, balancetes, recibos, materiais de eleições, fichas de inscrições, informações sobre associados/as, ma-

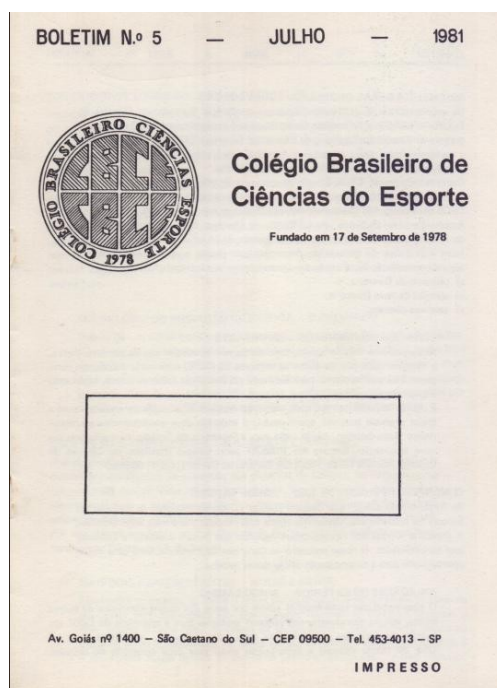
14. Texto finalizado em 11/02/2026. Em dezembro de 2025 algumas pessoas foram convidadas para uma nova comissão, mas ainda não nomeadas e o trabalho não foi iniciado. Essa é uma das dificuldades decorrentes da não permanência desta comissão, pois já se vai praticamente um quarto da gestão.

15. Página do CEME: <<https://www.ufrgs.br/ceme/colégio-brasileiro-de-ciencias-do-esporte/>>. Acesso em: 5 abr. 2026.

teriais sobre os CONBRACEs, relatório de secretarias, boletins. Além disso, pelo menos mais 18 caixas de arquivo estão no CEME.¹⁶

Os periódicos são parte fundamental desse conjunto. Além da RBCE que registra discussões acadêmicas e pesquisa na área, temos no acervo do CEME outras produções, como os Boletins Informativos da Direção Nacional e de Secretarias. Os boletins revelam o cotidiano da entidade (funcionamento, associações, valores, endereços) e registram ações como a divulgação de eventos, premiações, eleições e promoções. O mais antigo é o de 1981 (Imagem 2), e mostra uma lacuna no acervo, pois esse é o número 5.

Imagem 2 – Capa do Boletim do CBCE n. 5 (1981)



Fonte: Acervo CEME. Lume – Repositório Digital UFRGS. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/119518>>. Acesso em: 5 abr. 2026.

Uma parte do material físico está disponível *on-line*, na subcomunidade do CEME no Lume – Repositório Digital da UFRGS.¹⁷ No Acervo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, até o momento temos disponíveis 449 itens (56 au-

16. Informação a partir da visita ao CEME realizada pelo professor Cláudio Mandarino no dia 19/05/2025.

17. Lume, subcomunidade CEME: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/40501>>. Acesso em: 5 abr. 2026.

diovisuais, 4 depoimentos,¹⁸ 170 documentos textuais, 39 iconográficos, 149 periódicos e 31 tridimensionais). Após 2017, a coleção não incorporou outros materiais.

Nem todos os materiais presentes no CEME podem ser disponibilizados *on-line*. Devido à presença de dados pessoais, alguns materiais apenas podem ser consultados no local, e não podem ter suas imagens disponibilizadas. Por isso, a importância de um espaço que faça a guarda, a organização e permita o acesso aos materiais de forma controlada.

A disponibilização dos materiais do acervo do CBCE pelo CEME foi fundamental para sua visibilidade. Além disso, desde 2003 o CEME promoveu divulgações do acervo tanto através de suas redes sociais quanto por exposições, como, por exemplo, a Exposição dos 15 anos dos GTTs do CBCE (Imagem 3).

Imagem 3 – Fotografias da Exposição dos 15 anos dos GTTs realizada pelo CEME/UFRGS (2011)



Fonte: Lume – Repositório Digital UFRGS. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/123456789/524>>. Acesso em: 5 abr. 2026.

Um segundo espaço que destaco aqui é a página do CBCE na internet (<<https://cbce.org.br>>). Geralmente, um primeiro lugar onde pesquisadores(as) procuram por informações. Apresento no Quadro 1 os números que nos ajudam a visualizar temáticas e lacunas. Aqui também o cotidiano da entidade se revela: ações, divulgação de cartas, moções, formas de associação, eventos, obras, anais, nominatas, relatórios.

18. Entrevistas realizadas pelo Projeto Garimpando Memórias, sob coordenação da Professora Silvana Gollner, entre os anos 2012 e 2017. Duas entrevistas são com os ex-presidentes Valter Bracht e Lino Castellani Filho, e outras duas são com as professoras Eustáquia Salvadora de Sousa e Ludmila Mourão, sobre o tema gênero no CBCE.

Quadro 1 - Conteúdo do *site* do CBCE

Conteúdo	Quantidades
Nominatas de Diretorias Nacionais	23 (todas)
Notícias	50 (01/02/2023-22/08/2025)
Eventos	30
Registros dos Regionais:	Norte: III (2010), IV (2012), V (2014), VI (2017), VII (2018), VIII (2022). Nordeste: III (2010), IV (2012), V (2014), VI (2016), VII (2018), VIII (2022) Centro-Oeste: IV (2010), V (2012), VI (2014), VII (2018), VIII (2022). Sudeste*: III (2010), IV (2012), V (2014), VI (2018), VII (2022) Sul**: IV (2008), V (2010), VI (2012), VII (2014), VIII (2016), IX (2018).
Anais divulgados	53
Fotos	4 conjuntos
Prestação de contas	2021 2022
Eleições (2015-2025)	64
Histórico de GTTs nas páginas de GTTs	Comunicação e Mídia; Escola; Gênero; Políticas Públicas
Documentos disponibilizados nas páginas dos GTTs	Saúde – 3; Comunicação e Mídia – 1; Corpo e Cultura – 2; Epistemologia – 2; Escola – 7; Formação Profissional e Mundo do Trabalho – 10; Gênero e Sexualidade – 5; Inclusão e Diferença – 3; Lazer – 3; Memórias – 12; Movimentos Sociais – 2; Políticas Públicas – 3; Relações Étnico-Raciais – 4; Treinamento – 1 TOTAL: 58
Documentos disponibilizados nas páginas das Secretarias	BA – 5; DF – 2; GO – 2; MA – 5; MT – 1; MS – 1; MG – 4; PR – 1; PE – 1; RN – 1; TO - 1 TOTAL: 24
Livros Completos	27 + 13 (Coleção 40 anos)
Boletins (2015-2025)	97
Atas de Reuniões	186
Filmes	1
CBCE OnRádio	39
Sala de imagens 2021	13 (Fotografias) + 14 (Vídeos)
Outros Documentos	2

Fonte: Adaptado do Relatório da Comissão de Memória (2025)

* O primeiro Sudeste foi em Muzambinho em 1984 e o VIII foi no Rio de Janeiro (2024).

** O III Sulbrasileiro foi em Santa Maria (2006). O X foi em Maringá (2020).

Esses números nos preocupam, visto que a maioria das secretarias, por exemplo, não possui nenhum documento anexado. Os GTTs, mesmo os mais recentes, já têm alguns registros que também se garantem nos livros, como veremos à frente. O número de registros audiovisuais também parece muito baixo.

Antes do sistema atual da página, já existia um banco de dados informatizado para associação. Durante a gestão 2005-2007 a página ganhou uma maior dinâmica e um aprimoramento desse banco de dados. Nas gestões 2011-2013 e 2013-2015, iniciou-se o planejamento e novas adaptações foram realizadas tornando o sistema de associações totalmente *on-line* (abandonamos enfim a “planilha Excel”), assim como as eleições (a partir de 2015 todas as eleições ficam registradas na página, com edital, cartas e atos de posse).

Um registro precisa ser feito: o trabalho eficiente e dedicado realizado pelo programador Rafael Bach que desenvolveu o sistema interno atual da página do CBCE. Na gestão de 2019-2021 foi fechada uma grande reformulação com Rafael que possibilitou realizar pelo sistema: acesso a informações pelas Secretarias estaduais/distrital; autonomia de alimentação da página por secretarias e GTTs; submissão de relatórios; publicação de obras, fotos, podcasts; realização de eventos com emissão de certificados *on-line*, avaliação de trabalhos e publicação de anais. Em 2023, o CONBRACE/CONICE de Fortaleza finaliza esse pacote de funcionalidades.¹⁹ Assim, no atual sistema existe a possibilidade de uma organização documental mais otimizada.

Todas essas mudanças trouxeram uma grande facilidade ao trabalho cotidiano do CBCE e garantem um fluxo da documentação, contudo é importante destacar que, assim como a existência do documento físico, o virtual não garante a preservação das informações. As demandas se alteram, mas ainda se faz necessário avaliar possibilidade de armazenamento do servidor, obsolescência de formatos de arquivos digitais, mudanças de sistemas e garantia de cópia das informações, acesso e organização dessa documentação. Alguns exemplos desses riscos:

- Só temos notícias de 2023 a 2025, embora essa seção da página exista pelo menos desde 2007.

19. Antes do CONBRACE/CONICE de 2023, foi realizado o VII Colóquio de Epistemologia utilizando esse sistema como um teste que nos ajudou a afinar e resolver algumas questões.

- Antes dos eventos serem realizados pela própria página do CBCE, utilizávamos o Sistema *On-line* de Apoio a Congressos (SOAC) iniciado na gestão 2007-2009 e utilizado até 2022. O sistema foi customizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) a partir do *Open Conference System* (OCS).²⁰ Porém, o IBICT parou de realizar atualizações, o que tornou o sistema inviável. O que acontece com os arquivos dos eventos realizados por lá? Alguns já apresentam erros, mas a princípio estão preservados, pois seu formato é o PDF. Mas pode ser que no futuro precisem ser resgatados.
- Em 2023, tivemos uma suspensão do armazenamento pelo servidor, pois ultrapassou os limites.
- A cada mudança de página percebemos que algumas notícias e informações desconfiguram ou se perdem. Na última mudança, alguns nomes de diretores/as sumiram e tivemos que refazer manualmente.
- A RBCE atualmente possui dois espaços de guarda. Um pelo sistema SEER (<<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE>>) e um na SciELO (<<https://www.scielo.br/j/rbce/>>). A primeira tem funcionado como um arquivo da revista, já que na SciELO entraram apenas os números a partir de 2010 quando a revista é indexada.²¹
- Os relatórios ainda não estão públicos.
- As nominatas de secretarias e GTTs muitas vezes somem quando uma gestão acaba e outra se inicia.

Talvez com a ampliação da utilização do sistema, o direcionamento da produção e do armazenamento, a página possa se tornar um lugar possível em que essa preservação se consolide. Especialmente, porque a tecnologia necessária para essa organização já existe e é de simples utilização.

Outro lugar interessante, que possui registros da memória do CBCE desde 2011 é o canal do YouTube da instituição.²² Atualmente estão disponíveis 318 vídeos, com *lives*, palestras, posse de secretarias, trabalhos, relatos, divulgação,

20. Mais informações em: <<http://sitehistorico.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/sistema-eletronico-de-administracao-de-conferencias%28soac%29>>. Acesso em: 5 abr. 2026.

21. No sistema SEER da RBCE, temos a maior parte dos volumes da revista na íntegra, de 1979 a 2018. Nesse sistema, também temos o registro dos Cadernos de Formação da RBCE: <<http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos>>, com números de 2009 a 2023. Acesso em: 5 abr. 2026.

22. Disponível em: <<https://www.youtube.com/@Cbcedn>>. Acesso em: 5 abr. 2026.

informes sobre audiências públicas. Após a pandemia de Covid-19 que afetou o Brasil especialmente entre 2020 e 2021, vimos o número de atividades com transmissão *on-line* aumentarem.

No CBCE tivemos muitas transmissões pelo YouTube que ficaram armazenadas no canal e também as atividades do CONBRACE/CONICE 2021. Destacamos o Documentário dos 30 anos,²³ com direção e roteiro de Augusto César Leiro, que traz relatos interessantes sobre a trajetória do CBCE. Os livros e *e-books* têm sido também uma forma de registro da história da entidade. Levantamos 24 obras organizadas pela entidade e uma edição especial da RBCE sobre os 20 anos do CBCE. Desses, 13 se referem à coleção 40 anos, com um volume que traz textos especialmente de ex-presidentes e os outros que foram organizados pelos GTTs.

Imagem 4 - Livros publicados pelo CBCE



Fonte: montagem da autora (2025)

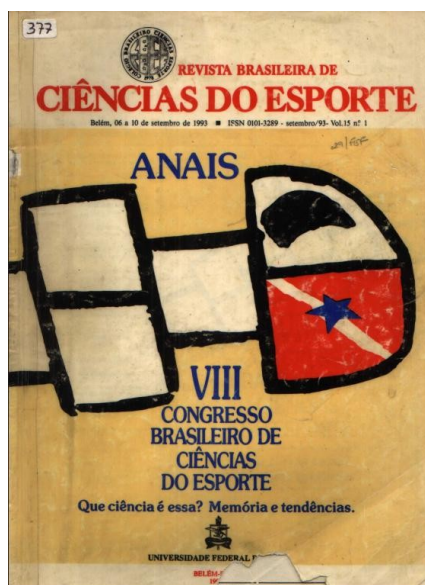
O foco da maioria dos 24 livros não é a pesquisa histórica. Muitos se organizam a partir das mesas do CONBRACE/CONICE e textos produzidos pelos GTTs. Contudo, registros da situação atual da entidade – daquilo que ela optou por debater –, textos dos GTTs avaliando suas produções e alterações ao longo do tempo, entrevistas com participantes em diferentes funções e alguns trabalhos de memória e história da entidade e suas instâncias nos ajudam a contar essa trajetória.

23. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y03v7DAc1-vU&list=PLeQz7x5j1iOVKtFzSivo0IXzi17K_d9FmQ>. Acesso em: 5 abr. 2026.

Também identificamos no trabalho da Comissão de Memória cinco dissertações, um trabalho de conclusão de curso, onze artigos em periódicos científicos e dois trabalhos em eventos que tratam da trajetória do CBCE. Os trabalhos de Paiva (1994) e Damasceno (2011) que também se encontram em formato de livro são fundamentais como visão geral do CBCE e seus direcionamentos político-acadêmicos. Provavelmente, existem outros trabalhos que não conseguimos mapear, visto o prazo que tivemos e as buscas não terem sido aprofundadas.

Nessa mesma linha, temos os editoriais da RBCE e dos Cadernos de Formação e os anais do CONBRACE/CONICE e dos eventos regionais. Essas publicações registram as mudanças de editorias e de opções editoriais dos periódicos, as definições de dossiês e temáticas, a organização dos eventos. Na imagem 5, a seguir, podemos ver que os anais eram publicados na RBCE. Isso ocorreu até 1999.

Imagem 5 – Capa dos anais do VIII CONBRACE (1993)



Fonte: Site do CBCE (2025)

Ademais, sabemos que muitos materiais de registro das memórias do CBCE estão com as pessoas que circularam por ele, tanto por aquilo que podem narrar quanto pela guarda de documentos em seus acervos pessoais. Na primeira comissão de 2021-2023, embora o retorno tenha sido pequeno, vimos que existem muitos materiais que poderiam ser acessados. As quatro entrevistas existentes no Lume e as outras duas realizadas pela Secretaria de São Paulo

também dão indícios da riqueza da oralidade para essa história e do enorme trabalho que ainda se faz necessário.

Podemos notar que boa parte dos documentos do CBCE está em ambiente digital e de forma um tanto dispersa. Valentim (2023) alerta para as demandas de arquivos digitais. Segundo a autora: “assim como a digitalização de documentos, a produção de nato-digitais²⁴ pode tornar-se um grave problema se não for acompanhado de medidas que controlem sua produção e manutenção, bem como se não garantirem os requisitos necessários para assegurar o valor probatório”²⁵ (p. 56). A autora recomenda a consideração da produção de arquivos em formatos mais duráveis e que permitam sua disponibilização, a decisão sobre o que será mantido no arquivo permanente e a utilização de repositórios arquivísticos digitais confiáveis.

Em sua dissertação, Abreu (2017, p. 124) alerta:

Os arquivos produzidos em ambiente digital trazem novos elementos que ultrapassam a especificidade do suporte e recaem sobre a dependência de *hardware* e *software* para que os documentos sejam visíveis aos olhos humanos e, portanto, possam impulsionar algumas abordagens para a manutenção de documentos pessoais digitais. Se por um lado a tecnologia facilitou a produção, acesso e diminuição dos espaços de armazenamento, por outro complexificou questões como a presunção de autenticidade e preservação.

Reconhecer onde e o que são esses registros já mapeados nos ajuda a pensar sobre uma política de memória para o CBCE. Não é que vamos guardar tudo, não temos essa ilusão. Contudo, a falta de políticas e ações direcionadas pode acarretar em perder o que seria importante, enfraquecer a legitimidade dos documentos e acumular conjuntos mais aleatórios e descontextualizados.

A Política de Memória do CBCE: Por quê? O que? Como?

“A História conta quando há desejo de futuro” (Vago, 2022, p. 413). Essa frase do professor Tarcísio Mauro Vago nos questiona: no CBCE há desejo de futuro? Tanto reclamamos da individualização da nossa sociedade, da busca desenfreada por números e *Qualis*, do desengajamento em movimentos, instituições e profissões. Vamos naturalizando que esse é o sistema, e não há muito a

24. Documentos que já são produzidos diretamente no formato digital.

25. Valor probatório se refere a alguns padrões e seguranças na disponibilização desses arquivos. Como exemplos, podemos citar as assinaturas digitais e os códigos de verificação de documentos.

fazer. Será? O estudo da História nos ajuda a desconstruir essas certezas e ver a potência do coletivo. Mas seria o CBCE um lugar possível para a memória da Educação Física? Outra importante professora atuante na entidade, Carmen Lúcia Soares, nos ajuda a responder:

Talvez o CBCE seja mesmo, numa época de esquecimento deliberado, um lugar possível da memória; um lugar que permite pensar, neste curto recorte de tempo de sua existência - 25 anos -, a emergência e a visibilidade das muitas histórias da Educação Física/Ciências do Esporte (EF/CE) a partir da configuração de novos problemas, abordagens e objetos. [...] Talvez seja o CBCE, já num contexto de emergência da pós-graduação e da pesquisa em EF no Brasil, particularmente a partir dos anos 80, o lugar mais visível (democratizado?) de debates que se propõem a desnaturalizar a EF/CE, numa clara tentativa, inicialmente tímida, de afirmar a existência das múltiplas camadas de memória que as constituem; de como um mesmo objeto se vai transformando e se mostrando múltiplo; de como novos objetos, problemas, abordagens e interpretações se vão afirmando como legítimos ao lado do que estava consagrado como único e de como este movimento, permeado por crises e tensões, redesenha a própria existência do CBCE... de como a redemocratização do país redesenha as forças em jogo e os próprios objetos a serem estudados (Soares, 2003, p. 125-127).

As memórias do CBCE merecem ser preservadas, especialmente porque essa instituição tem uma trajetória destacada de luta e resistência pela ciência e através dela. Sua história nos ajuda a pensar não apenas na entidade, mas na área acadêmica da Educação Física brasileira e áreas afins. Ao nos debruçarmos sobre esses registros, destacamos ações e pessoas vinculadas à instituição que nos mostram sua força e sua identidade.

Assim, preservar e pensar sobre a história do CBCE, a partir de suas memórias, pode nos ajudar a fortalecer a ideia do coletivo, entender o porquê de sua configuração atual, analisar o que temos esquecido, e mirar no futuro da instituição. Pois, se não sabemos quais foram as ações que a constituem, como valorizá-la, como decidir por continuar ou não, como mudar os rumos? Como afirma Ferreira (1997), precisamos reconhecer para valorizar.

Ao nos aproximarmos das discussões das Ciências da Informação, especialmente da Arquivologia, podemos levantar vários problemas da preservação das memórias no CBCE. Talvez a maior questão esteja relacionada à dispersão e à incerteza se permanecerão onde se encontram. Em relação à parcela da entidade que possui mais lacunas em seus registros, me parece explícita a falta de no-

minatas, relatórios e outros registros das secretarias. Avaliando as ações já realizadas, as comissões concluíram que existe a necessidade de definir uma política.

Chaves Junior *et al.* (2023, p. 18) destacam: “se partirmos do pressuposto de que os exercícios de organização e preservação documental são parte fundamental para a produção de nossa história, é certo que as iniciativas pontuais não costumam ser suficientes”. Os estudos realizados internamente nas comissões e no GTT Memórias apontam que ações pontuais são significativas, mas precisamos ter no horizonte um planejamento e explicitar nossas justificativas, objetivos e formas de fazer. Na teoria muito já se discute sobre isso, mas poucas associações científicas e acadêmicas têm de fato uma política e ações para a preservação de seus registros de memória.²⁶

Esse trabalho de memória institucional demanda muito esforço e geralmente pouco reconhecimento. Escovar documentos, pensar em seu arranjo, organizar suas pastas, inserir em repositórios, montar uma exposição, não tem gerado valorização similar, ou mesmo horas contadas e pontos em currículo como um artigo com *Qualis*. Então, muitas vezes não é considerado urgente ou prioritário, a menos que ocorra uma perda em massa, como em desastres naturais e incêndios.

Os documentos que se perdem em um computador que quebrou, as pessoas que não podem mais ser consultadas, o documento que ficou numa gaveta da sede, a falta de registro de pessoas homenageadas, parecem não ser ameaças à estabilidade da instituição. E esse não é o caso apenas do CBCE; outras instituições, incluindo as universidades, por vezes enfrentam dificuldades em manter espaços de guarda, centros de documentação, centros de memória (Macedo e Goellner, 2018). Então, mesmo que pareça algo em atraso, caso o CBCE aprove a Política de Memória, se tornará uma das poucas instituições com esse direcionamento explícito. Isso em si mostra a força de seu coletivo e o “desejo de futuro”.

Não é apenas reconhecimento; também se trata de estrutura e tempo de trabalho. É preciso espaços para a guarda, equipamentos, procedimentos e, es-

26. Para se ter uma ideia, a comissão enviou e-mail a todas as associações científicas vinculadas à SBPC, com um formulário que perguntava sobre definições e ações para a preservação de memórias. Apenas duas responderam ao questionário: a própria Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência por meio do seu Centro de Memória Amélia Império Hamburger (CMAIH/SBPC) e a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). As duas instituições possuem sede fixa em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente. Para além dessas, encontramos também no *site* da Associação Nacional de História o Projeto Memória ANPUH. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/memoria-anpuh>>. Acesso em: 5 abr. 2026.

pecialmente, pessoas que trabalhem na conservação, organização intelectual e física e divulgação desses registros. Assim, é necessário constituir um “lugar de memória”²⁷ que, para além da segurança, cuide de realizar ações de disponibilização e divulgação desses materiais. Esse “lugar” talvez não seja apenas um e talvez não seja apenas material, mas a instituição precisa refletir sobre suas características e necessidades.

A Comissão de Memória do CBCE e o GTT Memórias chegaram a um consenso sobre a importância da permanência das discussões e do trabalho, além de se definir uma Política de Memória para o CBCE. Conforme Padilha (2014), o objetivo desse documento é operacionalizar os processos do fazer cotidiano do acervo, e assim, descrever os processos de composição do arquivo, processos de incorporação e descarte, organização, preservação/conservação e divulgação desse acervo. O CBCE poderá, a partir desse documento, de forma explícita e institucional, orientar decisões para o seu arquivo histórico, dar transparência e respaldo aos processos decisórios, otimizar o trabalho, tornando-o mais consciente e direcionado, e viabilizar o descarte de documentos não pertinentes ou que possam causar danos ao conjunto.

Para Pinheiro (2009), o documento detalha o comprometimento institucional, a singularidade do acervo, sua importância científica e cultural e o valor permanente das coleções. Durce e Sousa (2013) definem a política arquivística institucional como:

O conjunto de premissas, decisões e ações que abarquem questões relativas à gestão de documentos e demais aspectos relacionados aos arquivos institucionais, objetivando a manutenção da informação arquivística, primeiramente para apoiar suas funções e atividades e, secundariamente, para atender às necessidades informacionais da sociedade, de uma maneira geral (p. 39).

Valentim (2023) destaca a importância de se preocupar com a preservação das informações desde a produção do documento até sua disponibilização para acesso. Para a autora, a existência de diretrizes de políticas arquivísticas é

27. Estamos aqui pensando a partir das definições de Nora (1993), “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (p. 21), e de Simson (2000), para quem seriam locais onde se expressa a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade.

fundamental na preservação de documentos físicos e digitais.

Outra questão que se coloca a partir dos estudos e levantamentos da realidade do CBCE é a importância de buscar soluções para os registros nato-digitais. Atualmente no CBCE, e já há pelo menos uma década, a produção de relatórios, certificados, nominatas, imagens, publicações e demais documentos tem se dado preferencialmente de forma digital. Isso não demanda uma reserva técnica climatizada e com controle de umidade, estantes deslizantes e papel de acondicionamento mais neutro, mas outras ações são necessárias.

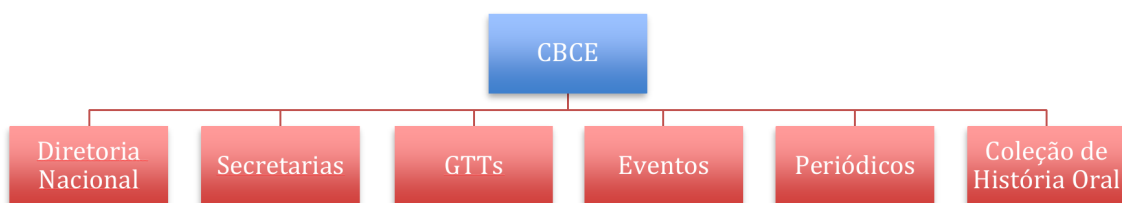
A preservação, também, tem desafiado as abordagens tradicionais. Se um documento em suporte analógico poderia repousar em uma caixa à espera de tratamento arquivístico por um longo período, isso não pode se dar no âmbito dos arquivos digitais sob pena de perdas irreversíveis dos documentos ou dos elementos capazes de permitir a presunção de autenticidade, entendida em suas três dimensões: legal, diplomática e histórica. Nesse aspecto, reside a importância da autenticidade para além de um preciosismo arquivístico, especialmente no âmbito dos arquivos pessoais, produzidos em ambientes não regulados (Abreu, 2017, p. 125). Hoje já se apresenta a dificuldade de encontrar computadores que façam a leitura de CDs; se for um disquete, talvez essa informação já tenha se perdido. Os *pen drives* e HDs no fundo do armário, será que seus formatos serão lidos futuramente? Nesse ponto, as políticas acabam direcionando a organização, as formas de armazenamento e o tratamento periódico dessas preocupações.

Também se abordou na Comissão de Memória, baseada na experiência do GTT Memórias, a possibilidade de reunir materiais presentes em acervos pessoais. Nos trabalhos de busca realizados pelo GTT em gestões anteriores (2019-2021 e 2021-2023), percebemos que os acervos pessoais são importantes, tanto pelas lacunas no acervo institucional quanto pela riqueza presente nos acervos pessoais. Isso foi levado em consideração ao compor a linha de acervo na Política Interna do GTT, que se dividiu em dois conjuntos: *Acervos pessoais e institucionais* e *Histórias orais*. Conforme Chaves Junior *et al.* (2023, p. 27), “o fato de os arquivos particulares se sobressaírem nesse processo não se constitui em um problema em si. Aliás, apenas confirma que esses arquivos são elementos fundamentais para a memória de instituições, grupos, práticas e personagens”. A política pode, por exemplo, direcionar que acervos serão abordados primeiramente. No caso da Política de Memória do CBCE, suas linhas foram organizadas

baseadas em suas instâncias (considerando os acervos institucionais e pessoais, assim como no GTT), contemplando também uma coleção de História Oral.

O documento apresentado para o CBCE inclui um planejamento a ser repensado a cada gestão. Aborda as formas de incorporação ao arquivo (reunião e produção de registros), sua organização (linhas de acervo e conjuntos documentais, considerando a própria estrutura da entidade – ver Imagem 6), algumas diretrizes para definições do seu armazenamento (guarda e conservação), formas de acesso e divulgação.

Imagem 6 – Estrutura organizacional atual do CBCE



Fonte: Adaptado pela autora da proposta do documento de Políticas apresentado na Assembleia (2025).

Ainda cabe ressaltar que a ideia da preservação de forma mais ampla não se encerra em apenas guardar, deixar em um lugar fechado e seguro. Para cumprir suas motivações e justificativas, os registros de memória precisam servir para rememorar. Então, eles precisam ser acessíveis e circular. Segantini (2019) aponta dois elementos fundamentais para a preservação do patrimônio cultural da ciência e da tecnologia: a historicidade das coleções e sua divulgação, especialmente através de exposições. A historicidade, no caso do CBCE, depende de se debruçar sobre a sua trajetória, entender mudanças estruturais e políticas e, também, registrar como e de onde vêm os registros reunidos.

A divulgação ou extroversão dos acervos visa provocar a reflexão, reconhecimento, aprofundamentos e novas buscas. As redes sociais têm sido espaços potentes dessa extroversão, pois atingem um grande número de pessoas. As exposições em eventos também ajudam na circulação e sensibilização.

Nesse texto, assim como na *live*, trago mais questões e dúvidas do que respostas. Se quisermos, enquanto coletivo, preservar as memórias do CBCE, teremos que buscar por informações e soluções. Onde reunir e guardar? Centralizar ou capilarizar? Quem se responsabiliza? Será vinculado a uma das diretorias? Qual o papel das instâncias? Que rotinas e políticas iremos adotar? Vamos

buscar auxílio das novas tecnologias? Que outras demandas e possibilidades isso traz?

No trabalho com acervos, nem sempre temos soluções perfeitas e finais, mas decisões tomadas que são as possíveis. Pensar na nossa finitude ajuda a entender a importância de se planejar e registrar esse trabalho. Talvez amanhã não estejamos aqui para dizer por que foi recolhido isso ou organizado de tal forma. O exercício do relatório da comissão foi importante para registrar nossa preocupação, dizer o que fizemos e alertar sobre o que ainda precisa ser feito.

Castro (2008, p. 8, grifo do autor) nos adverte: “não se pode preservar *‘tudo’* porque toda preservação é seletiva”. Esse documento apenas tenta nos direcionar sobre acontecimentos, presenças, sentimentos, incoerências e lutas que não queremos, enquanto coletivo, esquecer. Não vamos, por exemplo, guardar todas as bolsas que sobraram de uma edição do CONBRACE ou cópias de manifestos distribuídos.

O trabalho com a memória também não se encerra no laudatório. O CBCE tem suas contradições, que não podem ser esquecidas. Isso mostra a presença de diferentes grupos, olhares e ideologias na entidade e também mudanças ao longo do tempo. Vejamos um texto que circulou no primeiro número da RBCE (Imagem 7) de autoria de um dos diretores da primeira gestão.

Hoje esse texto parece não combinar com a entidade que temos. Fomos entendendo que a construção do CBCE tem muitas cores e caras. Os contragostos da família são outros. Os sentimentos também importam, choramos sim, juntos, de alegrias e tristezas. Mas não podemos achar que tudo isso passou. Os últimos dois GTTs criados (Gênero²⁸ e Relações Étnico-Raciais²⁹) sofreram questionamentos. Mas reconheço que no CBCE foi possível enfrentar esses questionamentos democraticamente; em outros tempos e lugares, talvez a onda conservadora, mascarada de neutralidade da ciência, teria barrado qualquer avanço nesse sentido.

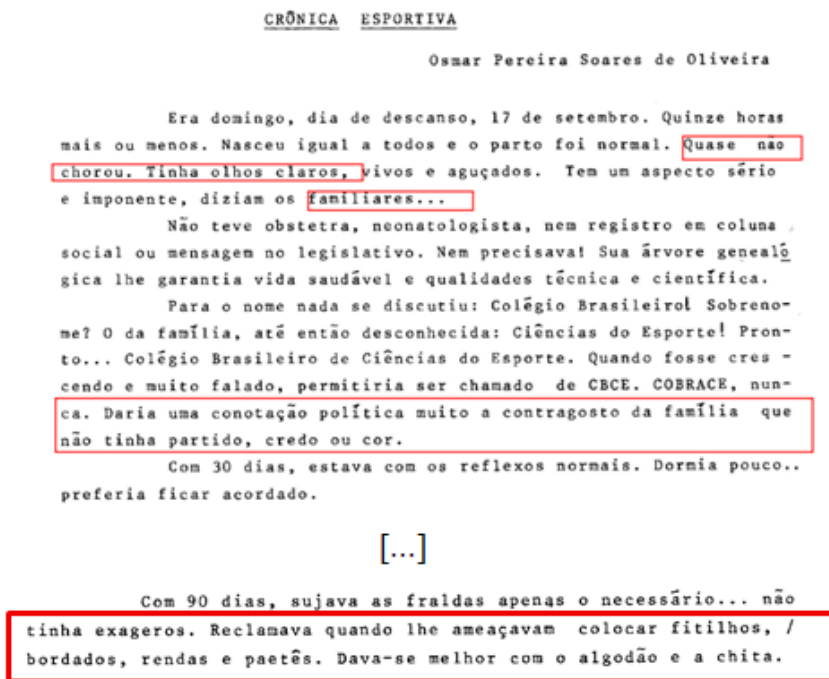
Então, ainda com esperança e vontade de trabalhar, espero ter feito registros que facilitem o futuro. O meu encantamento aqui e a decepção pelo resultado da assembleia de 2025 são críticos e preocupantes. Entendo as dinâmicas da

28. Criado em 2013 (Primeiro CONBRACE/CONICE que se reuniu foi em 2015). Atualmente Gênero e Sexualidade. Ver mais em Costa e Neves (2022).

29. Criado em 2021 (Primeiro CONBRACE/CONICE que se reuniu foi em 2023). Ver mais em Pereira *et al.* (2023).

entidade e o contexto pelo qual estamos passando. Olhar para a história do CBCE é afirmar que não quero qualquer futuro para essa entidade, porque sei que ela já pôde e pode fazer muito pela Educação Física e Ciências do Esporte. Vida longa ao CBCE de luta e resistência!

Imagem 7 – Crônica no n. 1 da RBCE



Fonte: Oliveira, RBCE, 1979, n. 1, p. 72 (grifos meus).

Referências

ABREU, Jorge Phelipe Lira de. *Existir em bits: gênese e processamento do arquivo nato digital de Rodrigo de Souza Leão e seus desafios à teoria arquivística*. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CARTA DO RIO DE JANEIRO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. 2017. Disponível em: <<https://www.unirio.br/cultura/unirio/arquivos/noticias/CARTAPCCT.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2025.

CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CHAVES JUNIOR, Sergio Roberto; FREITAS, Gustavo da Silva; TOLEDO, Eliana de; REI, Bruno Duarte. Por uma política institucional de memória: (auto)críticas e contribuições do GTT Memórias da Educação Física e Esporte. In: MACEDO, Christiane Garcia; COSTA, Maria da Conceição dos Santos; ANTUNES, Marina Ferreira de Souza; AMARAL, Gislene Alves do (Orgs.). *25 anos dos GTTs do*

Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: trajetórias e perspectivas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *Estatuto*. 2024. Disponível em: <<https://public.cbce.org.br/uploads/67857f2a4b1cd4-%20Estatuto%20CBCE%2030.10.2024.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2025.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *Relatório da Comissão de Memória do CBCE*. 2025. Disponível em: <<https://cbce.org.br/noticia/comissao-de-memoria-do-cbce-apresenta-relatorio-e-minuta-de-politica-de-memoria-para-apreciacao-na-assembly>>. Acesso em: 5 abr. 2026.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. *Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

COSTA, Brenda Rodrigues da; NEVES, Ricardo Lira de Rezende. Lutas e disputas no campo científico da Educação Física: o grupo de trabalho temático gênero no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. *Movimento*, v. 28, p. 1-20, 2022.

DAMASCENO, Luciano Galvão. *30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: educação física e a construção de uma hegemonia*. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

DURCE, Caroline Lopes; SOUSA, Renato Tarcísio Barbosa de. Políticas arquivísticas institucionais. *Arquivo & Administração*, v. 12, n. 1, p. 29-42, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral, comemorações e ética. *Projeto História*, n. 15, p. 157-164, 1997.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Locais de Memória: histórias do esporte moderno. *Arquivos em Movimento*, v. 1, n. 2, p. 79-86, 2005.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo; PAIVA, Fernanda Simone. Acerca da criação de um Arquivo em Educação Física e Esporte. In: Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física. *Anais...* Curitiba: 1995.

MACEDO, Christiane Garcia. *O movimento de constituição dos centros de memória da Educação Física das universidades federais brasileiras (1996-2014)*. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MACEDO, Christiane Garcia; GOELLNER, Silvana Vilodre. Guardar para não perder: a constituição dos acervos dos centros de memória da Educação Física nas universidades federais brasileiras. *Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo*, v. 4, n. 1, p. 20-37, 2018.

MACEDO, Christiane Garcia; COSTA, Maria da Conceição dos Santos; ANTUNES, Marina Ferreira de Souza; AMARAL, Gislene Alves do (Orgs.). *25 anos dos GTTs do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: trajetórias e perspectivas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Osmar Pereira. Crônica esportiva. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 1, n. 1, p. 72-73, 1979.

PADILHA, Renata Cardozo. *Documentação museológica e gestão de acervo*. Florianópolis: FCC Edições, 2014.

PAIVA, Fernanda. *Ciência e Poder simbólico no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1994.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes; PINHO, Vilma Aparecida; BINS, Gabriela Nobre; ROSA, Cristiano Neves da; GOMES, Joe; SOARES, Carlos Alex Martins. Da reivindicação à implementação: o processo de criação do GTT 13 – Relações Étnico-Raciais Do CBCE. In: MACEDO, Christiane Garcia; COSTA, Maria da Conceição dos Santos; ANTUNES, Marina Ferreira de Souza; AMARAL, Gislene Alves do (Orgs.). *25 anos dos GTTs do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: trajetórias e perspectivas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

PINHEIRO, Ana Virginia. Livro Raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena (Orgs.). *Ciência da Informação: múltiplos diálogos*. Marília: Oficina Universitária – UNESP, 2009.

SEGANTINI, Verona. Desafios para a extroversão do patrimônio cultural universitário: fazer expositivo como projetos de investigação. In: LINHALES, Meily Assbú; PUCHTA, Diogo Rodrigues; ROSA, Maria Cristina (Orgs.). *Diálogos transnacionais na história da Educação Física*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

SOARES, Carmen Lúcia. Do corpo, da Educação Física e das muitas histórias. *Movimento*, v. 9, n. 3, p. 125-147, 2003.

VAGO, Tarcísio Mauro. Por que história da Educação Física? Comentários para pensar o trabalho de professores/as em escolas. In: MORENO, Andrea; QUITZAU, Evelise Amgarten; SILVA, Marcelo Moraes e; BAÍA, Anderson da Cunha (Orgs.). *Corpo e Ginástica na História: métodos, sujeitos, instituições e manuais*. Campinas: Mercado de Letras, 2022.

VALENTIM, Raquel Torráo. Novos lugares, velhos problemas: massas documentais acumuladas em ambiente digital. *Officina – Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo*, v. 2, n. 2, p. 49-65, 2023.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do centro de memória da UNICAMP. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a História da Educação*. Campinas: Autores Associados, 2000.

CAPÍTULO 3

CONSTRUÇÃO DO ACERVO DO GTT MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE: DELINEAMENTOS EM CURSO

Gustavo da Silva Freitas
Sergio Roberto Chaves Junior

Introdução

A preservação da memória institucional constitui um dos pilares fundamentais para a consolidação de campos científicos, especialmente aqueles que se estruturam a partir de coletivos acadêmicos, redes de pesquisadores(as) e entidades científicas. No campo da Educação Física e do Esporte, essa problemática assume relevância particular diante da historicidade relativamente recente da área, da diversidade de experiências que a constituem e da multiplicidade de práticas, eventos e produções que marcaram seu desenvolvimento ao longo do tempo.

Nesse contexto, o Grupo de Trabalho Temático (GTT) Memórias da Educação Física e Esporte do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) ocupa lugar estratégico na reflexão sobre os processos históricos da área e sobre os modos de produção, preservação e circulação do conhecimento. Desde sua criação, em 2005, o GTT tem se configurado como espaço privilegiado de debate acadêmico, congregando pesquisadores(as) interessados em analisar criticamente a constituição da Educação Física e das Ciências do Esporte.

Este capítulo¹ tem como objetivo analisar o processo de construção, organização e gestão do acervo histórico do GTT Memórias da Educação Física e Esporte, evidenciando os limites, desafios e potencialidades identificados ao longo de sua trajetória. A partir de um panorama histórico-organizativo, busca descre-

1. As reflexões presentes nesse texto constituem parte do conteúdo apresentado pelos autores na mesa-redonda intitulada *Construção e gestão de acervos: limites e potencialidades do GTT Memórias da Educação Física e Esporte*, transmitida em 08 de abril de 2025. A gravação do evento está disponível no Canal do CBCE no YouTube. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=Py7I2z_6xys>. Acesso em: 25 fev. 2026. Dado o interstício entre a realização da mesa-redonda e a publicação desta coletânea, buscamos atualizar as análises e reflexões em virtude das ações concretizadas durante o período decorrido.

ver o processo de construção de um arquivo documental interno do GTT Memórias e discutir como que esse movimento repercutiu na implementação de uma política interna de memória, compreendida não apenas como procedimento técnico, mas como estratégia política de fortalecimento do GTT e do próprio CBCE.

Trajetória histórica e organizativa do GTT

O GTT Memórias da Educação Física e Esporte foi constituído no interior do CBCE como um espaço dedicado à problematização histórica da área, articulando pesquisas, debates teóricos e intervenções institucionais. Ao longo de sua trajetória, o grupo passou por diferentes gestões, expressas na alternância de coordenações, na composição dos comitês científicos e na diversidade de instituições e pesquisadores(as) envolvidos em suas atividades.

Em mais de 20 anos de existência – a partir da divisão com o GTT Corpo e Cultura² –, grande parte da história do GTT Memórias tem sido contada por meio de um conjunto significativo de produções. São balanços, reflexões, críticas, projeções e proposições do futuro deste coletivo³ dispersos em análises epistemológicas, temáticas, metodológicas, em um movimento de olhar para si e compreender no que esse espaço tem se tornando.

Mais recentemente, destacamos um exercício investigativo em curso preocupado em adensar a busca de documentos e informações que ajudem a mapear aspectos históricos internos ao GTT, ou seja, produzir a Memória do GTT Memórias. Para disparar tal exercício, nos inspiramos no plano de trabalho da gestão 2019-2021 do GTT, que estabeleceu um conjunto de 10 ações em torno de quatro eixos. Do Eixo 4 – Organização interna do GT –, destacamos a ação de “Organização da memória do GTT”, a qual intencionava “criar política interna de organização de acervo (documentos e registros) da memória do GTT”. O objetivo principal dessa ação era levantar material dos(as) ex-coordenadores(as)

2. Entre 1998 e 2003, o GTT chamava-se Memória, Cultura e Corpo. Para mais informações, ver Ferreira Neto (2005).

3. Acerca da constituição dos GTTs e, em especial, da trajetória do GTT Memórias em diferentes temporalidades e os desdobramentos epistemológicos do coletivo, indicamos os trabalhos de Moreno, Rosa e Segantini (2007), Chaves *et al.* (2015), Moreno (2016), Cassani *et al.* (2020), Moreno, Quitza e Soares (2019), Chaves *et al.* (2020), Chaves Junior *et al.* (2023), e Macedo, Freitas e Chaves Junior (2022).

do GTT, almejando a preservação da sua memória institucional.

O acesso às fontes, em grande parte das pesquisas históricas e memorísticas, é um desafio configurado por buscas aos acervos institucionais, mas também às pessoas que lideraram processos e/ou que se importaram com essa preservação e guarda de documentos, geralmente por motivos particulares. Por essa razão, o movimento inicial realizado no primeiro semestre de 2021 consistiu em elaborar a nominata dos coordenadores(as) do GTT desde sua criação, ou seja, a partir de 2005.

De posse desse levantamento, foram enviados e-mails para os 9 (nove) nomes de coordenadores(as) que assumiram o GTT a partir da gestão 2004-2005, solicitando o compartilhamento de documentos de suas gestões. São eles: Kleber do Sacramento Adão (2004-2005); Andrea Moreno (2005-2007); Maria Cristina Rosa (2007-2009); Meily Assbú Linhares (2009-2011); Edivaldo Góis Junior (2011-2013); Elisângela Chaves (2013-2015); Evelise Quitau (2015-2017); Anderson da Cunha Baía (2017-2019); Sergio Roberto Chaves Junior (2019-2021).⁴ Da maioria, obteve-se o pronto retorno com acesso aos arquivos pessoais; e, de alguns, a informação de que não possuíam nenhuma documentação do GTT Memórias.

Em virtude da comemoração dos 25 anos dos GTTs do CBCE no ano de 2022, essa busca se intensificou, e os coordenadores do GTT naquele momento (Sergio Roberto Chaves Junior e Gustavo Freitas) alargaram os contatos com uma rede de colaboradores(as) em busca de fontes. Docentes e pesquisadores(as) que foram mais frequentes nas publicações e/ou assíduos na composição dos comitês científicos ao longo dessa trajetória foram consultados(as) e puderam conceder alguns fragmentos e registros, especialmente relacionados aos períodos nos quais mais atuaram. É preciso salientar que todos os arquivos disponibilizados eram fontes escritas, sem nenhum registro imagético ou sonoro.

Outras estratégias de busca foram utilizadas simultaneamente durante o processo no sentido de pluralizar as fontes coligidas. Nisso, foram acessados o repositório digital Sistema *On-line* de Apoio a Congressos (SOAC) – plataforma institucional para os eventos da entidade naquele período –, o *site* do CBCE, sí-

4. Por conta da elaboração do presente capítulo, os autores avançaram no levantamento documental, acessando as informações das gestões 2021-2023 e 2023-2025. Destas, os materiais foram acessados sincronicamente aos respectivos exercícios das gestões, uma vez que o processo já estava em curso. As nominatas das últimas gestões constam ao final do Quadro 1.

tios específicos dos eventos regionais, Plataforma Lattes e perfil de secretarias estaduais do CBCE no Instagram. Todos os documentos foram reunidos em arquivos bienais referentes às gestões. Assim, operamos a categorização dos registros, organizando-os em quatro grupos: “Gestão”; “Eventos”; “Planos e Relatórios”; e “Outros Registros”.

O primeiro, denominado “Gestão”, apresenta a listagem de coordenadores(as) e membros do comitê científico (Quadro 1), o que permitiu identificar titulações, instituições, regiões e rotatividade dos(as) pesquisadores(as).

Quadro 1 – Perfil gestor do GTT Memórias (2004-2025)

Gestão	Nome do GTT	Coordenador(a) / Coordenador(a) Adjunto(a)	Comitê científico (em ordem alfabética)
2004-2005	Memórias da Educação Física e Esporte (inicia no CONBRACE/ CONICE 2005)	Dr. Kleber do Sacramento Adão (UFSJ)	Dra. Andrea Moreno (UFV) Dra. Carmen Lúcia Soares (UNICAMP) Dr. Ricardo de Figueiredo Lucena (UFPE-UFPB) Dra. Silvana Vilodre Goellner (UFRGS)
2005-2007	Memórias da Educação Física e Esporte	Dra. Andrea Moreno (UFV-UFMG)	Dr. Carlos Fernando Ferreira da Cunha Jr. (UFJF) Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (UFPR) Dra. Maria Cristina Rosa (UFOP) Dr. Ricardo de Figueiredo Lucena (UFPB)
2007-2009	Memórias da Educação Física e Esporte	Dra. Maria Cristina Rosa (UFOP)	Dra. Andrea Moreno (UFMG) Dr. Edivaldo Góis Junior (UFRJ) Dra. Kátia Danailof (FAM) Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (UFPR)
2009-2011	Memórias da Educação Física e Esporte	Dra. Meily Assbú Linhales (UFMG) Dra. Maria Cristina Rosa (UFOP)	Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes (UFMG) Dra. Andrea Moreno (UFMG) Dndo. André Luiz dos Santos Silva (FEEVALE) Ms. Priscilla Kelly Figueiredo (UFS)

Gestão	Nome do GTT	Coordenador(a) / Coordenador(a) Adjunto(a)	Comitê científico (em ordem alfabética)
2011-2013	Memórias da Educação Física e Esporte	Dr. Edivaldo Góis Junior (UFRJ) Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes (UFMG)	Dndo. André Luiz dos Santos Silva (FEEVALE) Dra. Elisângela Chaves (UNIMONTES) Dndo. Gustavo da Silva Freitas (FURG) Ms. Sergio Roberto Chaves Junior (UFPR) Dr. Vinícius Demarchi Silva Terra (UNIFESP)
2013-2015	Memórias da Educação Física e Esporte	Dra. Elisângela Chaves (UFMG) Dr. André Luiz dos Santos Silva (FEEVALE/UFRRGS)	Dndo. Gustavo da Silva Freitas (FURG) Dr. Joelcio Fernandes Pinto (PUC-MG) Dnda. Priscilla Kelly Figueiredo (UFS) Dndo. Sergio Roberto Chaves Junior (UFPR) Dr. Vinícius Demarchi Silva Terra (UNIFESP)
2015-2017	Memórias da Educação Física e Esporte	Dra. Evelise Amgarten Quitzau (UdelaR) Dra. Elisângela Chaves (UFMG)	Dr. Anderson da Cunha Baía (UFV) Dndo. Bruno Duarte Rei (UFRJ) Dnda. Christiane Garcia Macedo (UFRRGS) Dra. Elisângela Chaves (UFMG) Dr. Gustavo da Silva Freitas (FURG) Dr. Joelcio Fernandes Pinto (PUC-MG) Dndo. Mateus Camargo Pereira (IFSULDEMINAS)
2017-2019	Memórias da Educação Física e Esporte	Dr. Anderson da Cunha Baía (UFV) Dra. Evelise Amgarten Quitzau (UdelaR)	Dndo. Bruno Duarte Rei (Colégio Pedro II-RJ) Dra. Christiane Garcia Macedo (UFRRGS-UNIVASF) Dra. Elisângela Chaves (UFMG) Dndo. Felipe Lameu dos Santos (UFRRJ) Dr. Gustavo Freitas (FURG) Dr. Joelcio Fernandes Pinto (PUC-MG) Dr. Marcelo Moraes e Silva (UFPR) Dndo. Mateus Camargo Pereira (IFSULDEMINAS) Dnda. Paola Dogliotti Moro (UdelaR) Dr. Sergio Roberto Chaves Junior (UFPR)

Gestão	Nome do GTT	Coordenador(a) / Coordenador(a) Adjunto(a)	Comitê científico (em ordem alfabética)
2019-2021	Memórias da Educação Física e Esporte	Dr. Sergio Roberto Chaves Junior (UFPR) Dra. Evelise Amgarten Quitau (UdelaR)	Dr. Anderson da Cunha Baía (UFV) Dr. André Luiz dos Santos Silva (UFRGS) Dr. Bruno Duarte Rei (Colégio Pedro II- RJ) Dra. Christiane Garcia Macedo (UNIVASF) Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta (UESB) Dr. Felipe Lameu dos Santos (UCB; UNESA; Colégio Pedro II- RJ) Dr. Gustavo da Silva Freitas (FURG) Dr. Jean Carlo Ribeiro (UFT) Dr. Mateus Camargo Pereira (IFSULDEMINAS) Dra. Paola Dogliotti Moro (UdelaR) Dra. Rachel Ramos de Souza (Pref. Mun. de Itupeva-SP; UNICAMP)
2021-2023	Memórias da Educação Física e Esporte	Dr. Sergio Roberto Chaves Junior (UFPR) Dr. Gustavo da Silva Freitas (FURG)	Dr. Anderson da Cunha Baía (UFV) Dr. André Luiz dos Santos Silva (UFRGS) Dr. Bruno Duarte Rei (Colégio Pedro II - RJ) Dra. Carolina Nascimento Jubé (CEPAE/UFV) Dra. Christiane Garcia Macedo (UNIVASF) Dra. Eliana de Toledo (UNICAMP) Dra. Evelise Amgarten Quitau (UFV) Dra. Iara Marina dos Anjos Bonifácio (UFRJ/UFMG) Dr. Jean Carlo Ribeiro (UFT) Dra. Paola Dogliotti Moro (UdelaR) Dra. Rachel Ramos de Souza (Pref. Mun. de Itupeva-SP; UNICAMP)

Gestão	Nome do GTT	Coordenador(a) / Coordenador(a) Adjunto(a)	Comitê científico (em ordem alfabética)
2023-2025	Memórias da Educação Física e Esporte	Dr. Bruno Duarte Rei (Colégio Pedro II - RJ) Dr. André Dalben (UNIFESP)	Carmen Lilia da Cunha Faro (UEPA); Carolina Nascimento Jubé (CEPAE/UFG); Christiane Garcia Macedo (UFMG); Eliana de Toledo (UNICAMP); Gustavo da Silva Freitas (FURG); Iara Marina dos Anjos Bonifácio (UEMG); Leonardo Mattos da Motta Silva (UFF); Marcela Bruschi (SME – Vila Velha/ES); Nara Romero Montenegro (UNICAMP); Pedro de Oliveira Milagres (UNICAMP); Rachel Ramos de Souza (SME – Itupeva/SP); Sergio Roberto Chaves Junior (UFPR).

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores (2026)

Uma primeira evidência relacionada ao panorama institucional do GTT é a capilaridade do grupo, uma vez que a linha do tempo mostra o envolvimento crescente de docentes de diferentes regiões do país, majoritariamente do ensino superior, da rede pública e de nível federal. Isso se constitui como um aspecto fundamental para o funcionamento de um colégio de dimensão nacional, ainda que se reconheça maior ênfase das regiões Sudeste e Sul no corpo científico do GTT. Não obstante, estas são duas regiões que também protagonizaram a organização de encontros regionais e nacionais com essa temática, a exemplo das inúmeras edições do Congresso de História do Esporte, do Lazer e da Educação Física (CHELEF). Nessas regiões se encontram Centros de Memória da Educação Física e do Esporte de grande relevância, por seus acervos e trajetória, grande parte deles com sede nas universidades federais (Macedo; Goellner, 2019) e com importante função pedagógica (Goellner, 2003). Nestas duas regiões encontramos também centros de memória mais abrangentes, e que possuem acervos relacionados ao Esporte, como alguns museus e bibliotecas de universidades estaduais; bem como grupos de pesquisa que estudam a memória e a história do esporte, vinculados ou não a estes centros de memória (Macedo, 2017).

Vinculados a essas instituições e grupos, identificamos docentes que permaneceram por maior ou por menor tempo no GTT Memórias, por vezes alterando cargos de coordenação ou composição do comitê científico. Como característica do processo de formação, consolidação e ampliação identitária do GTT merecem destaque tanto a presença, desde as primeiras composições, de autores(as) consolidados(as) na área, quanto, mais recentemente, a presença de jovens pesquisadores(as) que tiveram suas trajetórias, em alguma medida, conectadas aos(as) pesquisadores(as) do primeiro grupo. Tanto que, até 2009, havia a presença de muitos(as) doutores(as), o que foi sucedido nos anos seguintes por uma oxigenação com o ingresso de mestrandos(as), mestres(as) e doutorandos(as), refletindo um ciclo formativo contínuo. Por outro lado, isso significou uma oscilação e afastamento gradual daqueles(as) primeiros(as) pesquisadores(as), se não das atividades deste coletivo, mas da composição de seu comitê científico.

Outro fator percebido foi o ingresso, ainda tímido, de pesquisadores(as) estrangeiros(as) no grupo a partir de 2015, sobretudo aqueles(as) vinculados(as) à *Universidad de la República* (UDELAR), ampliando o escopo de debate da Educação Física, esporte e lazer para a América do Sul. Um marco no movimento de internacionalização da entidade ocorreu em 2003, em que o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) passou a ser acompanhado pelas edições do Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE), reforçando laços institucionais, além da expansão ou renovação da produção do conhecimento atinente à área.

O segundo grupo categorizado, intitulado “Eventos”, possibilitou um balanço dos trabalhos apresentados nos CONBRACES/CONICES (Quadro 2) e nos eventos regionais do CBCE. Se dos primeiros já temos produções de fôlego, dos regionais é que destacamos ausências e lacunas que merecem maiores atenções, no sentido de mapear sua periodicidade e as formas de organização das produções (anais) dos eventos.

Quadro 2 – Panorama de trabalhos do GTT Memórias nos CONBRACES/CONICES

Ano	Evento	Local	Nº de trabalhos	CO	Pôster
2005	XIV CONBRACE E I CONICE	Porto Alegre/RS	31	20	11
2007	XV CONBRACE E II CONICE	Recife/PE	28	22	06
2009	XVI CONBRACE E III CONICE	Salvador/BA	34	23	11

Ano	Evento	Local	Nº de trabalhos	CO	Pôster
2011	XVII CONBRACE E IV CONICE	Porto Alegre/RS	35	22	13
2013	XVIII CONBRACE E V CONICE	Brasília/DF	38	25	13
2015	XIX CONBRACE E VI CONICE	Vitória/ES	40	22	18
2017	XX CONBRACE E VII CONICE	Goiânia/GO	46	30	16
2019	XXI CONBRACE E VIII CONICE	Natal/RN	49	29	20
2021	XXII CONBRACE E IX CONICE	Belo Horizonte/MG	33	23	10
2023	XXIII CONBRACE E X CONICE	Fortaleza/CE	48	27	21
2025	XXIV CONBRACE E XI CONICE	São Paulo/SP	66	48	18

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores (2026)

Em relação ao número de trabalhos aprovados no GTT Memórias, percebemos de forma geral um quadro regular, com um significativo montante que fez com que fosse ocupada na totalidade a programação do GTT nos eventos, tanto nos espaços destinados às comunicações orais quanto na participação nos espaços dos pôsteres. Nota-se, de 2007 a 2023, uma linha crescente e estável no quantitativo de trabalhos que só foi interrompida em 2021, muito provavelmente pelo momento de pandemia da Covid-19; mas que foi retomada em profusão nos dois últimos eventos. Ou seja, depois da separação do GTT Corpo e Cultura, o GTT Memórias se manteve como um espaço de circulação de pesquisadoras(as) com produção sistemática e que sustenta, renova e amplia o grupo a cada gestão.

A distribuição entre pôsteres e comunicações orais ao longo dos anos sugere uma maturação acadêmica, com a renovação constante do campo, com jovens pesquisadores(as) ingressando nas discussões e garantindo a sucessão geracional indispensável para a preservação institucional. Da mesma forma, os números são efeitos de uma maior projeção dos estudos historiográficos na pós-graduação (novos docentes e novas linhas de pesquisa) tanto na Educação Física quanto em áreas coirmãs (Educação e História); e do crescimento dos grupos de pesquisa.

Por outro lado, tal diagnóstico não ecoa com a mesma força quando se olha para os eventos regionais. A cargo das respectivas secretarias estaduais do CBCE das cinco regiões do país, os eventos regionais acontecem no intervalo dos CONBRACES/CONICES e são considerados por muitos associados(as)

como uma porta de entrada para estudantes e docentes conhecerem a entidade, bem como eventos preparatórios para o encontro nacional.

A primeira situação visível é um assincronismo no início dos regionais ou no registro histórico que reporta a 1ª edição e as edições subsequentes de cada um. Os registros mostram que o evento da Região Sul, por exemplo, teve sua primeira edição em 2002, em Pato Branco/PR. Já sobre os demais, não foi possível encontrar informações das duas primeiras edições, passando a ter alguma notificação a partir de 2010 com a 3ª edição (Regiões Norte, Sudeste e Nordeste) ou 4ª edição (Região Centro-Oeste). A ausência de informações pode ser creditada em parte à inexistência de uma plataforma ou repositório institucional que estivesse a serviço dos eventos, concentrando todas as informações; bem como à habitualidade da primeira década deste século em publicar os anais com todos os trabalhos de forma impressa, o que dificulta o acesso em um universo cada vez mais *on-line*.

Além disso, a partir daquilo que se conseguiu avançar em termos da quantidade de trabalhos aprovados em cada regional, há oscilações consideráveis entre as regiões e internamente a elas. Na Região Sul, os números vão de 1 (2016) a 8 trabalhos (2012); na Região Sudeste, o intervalo é de 2 (2014) a 9 trabalhos (2018); na Região Nordeste não há trabalhos em 2018 e o máximo é de 3 (2016); na Região Centro-Oeste, o intervalo é menor, de nenhum (2010) a 2 trabalhos (2012); e a Região Norte não tem nenhum trabalho (2017) e, na outra ponta, 8 trabalhos em 2010 e 2018.

Reforçamos que esses números não refletem a totalidade dos regionais existentes, porque alguns anais não foram encontrados ou não estavam disponíveis de forma *on-line*. Mesmo assim, o levantamento permitiu verificar a ocorrência de saltos na periodicidade das edições em alguns regionais, sobretudo nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste. Ao invés de acontecerem regularmente a cada 2 anos, há momentos em que os eventos foram cancelados. Assim como em determinadas edições o GTT conseguiu se inserir apenas através de mesa temática, sem quaisquer trabalhos apresentados.

No terceiro grupo categorizado para análise do material, “Planos e Relatórios”, constam as maiores lacunas com poucos documentos localizados. Até 2009, tivemos acesso a 1 ou nenhum documento relativo a essa categoria. De 2009 a 2025, os dois documentos foram acessados. Das informações possíveis de serem tratadas, destacamos a mobilização do GTT em torno dos eventos, sejam

aqueles vinculados ao CBCE, sejam os que envolvem outras iniciativas institucionais.

No começo do biênio de uma gestão do GTT é preciso elaborar e entregar um Plano de Ação para a Direção Nacional do CBCE. Nele, são apontados os eixos estratégicos de ação, a descrição das ações pretendidas contendo metas, objetivos, prazos e, em alguns casos, os responsáveis por executar tal ação. Ao final do biênio, é feito um relatório geral contendo uma avaliação das ações realizadas naquele biênio, avanços e fragilidades diagnosticados pelo comitê científico. Para além de uma prestação de contas da gestão do GTT à Direção Nacional, esses documentos funcionam como balizadores das permanências e dos progressos do coletivo.

Cabe destacar que, segundo os relatórios encontrados, entre as ações efetivadas encontram-se: a) a organização do CONBRACE/CONICE e Regionais do CBCE; b) o fomento à realização de encontros, reuniões, eventos relacionados ao GTT; c) a proposição de um Portal dos Centros de Memória sobre Educação Física, esporte e lazer, unificando o acesso à informação (2011 a 2019); d) e os exercícios de mapeamento da produção da pesquisa histórica no GTT (2011 a 2015).

Em contrapartida, há uma série de atividades parcialmente realizadas ou não efetivadas, e que, por isso, permanecem regularmente registradas nos planos de ação. Entre elas residem a criação e alimentação da página do GTT no sítio do CBCE com informações, artigos, documentos, sonografia dos encontros etc. (ação indicada desde 2009); o levantamento de grupos de pesquisa e pesquisadores da História da Educação Física no Brasil, bem como a pesquisa histórica na pós-graduação na Educação Física, Educação e História (ações indicadas desde 2011); a organização do acervo documental do GTT⁵ (ação registrada desde 2013); e o fomento a encontros do comitê científico e de centros de memória para expandir parcerias e formar pesquisadores(as) (ação destacada desde 2015).

Depreende-se destas incompletudes que, em grande parte, as execuções das atividades contidas no Plano de Ação ficaram restritas à coordenação e co-

5. Em que pese o já anunciado interstício entre a realização da mesa-redonda que deu origem ao texto e as necessárias atualizações no período que se seguiram para a sua publicação, sobre a organização do acervo documental do GTT cabe uma observação: desde 2025, com base na Política Interna de Memória do GTT, esse acervo vem sendo construído, contando, inclusive, com os documentos coletados no exercício empírico aqui narrado.

ordenação adjunta com o auxílio do comitê científico. Durante as duas décadas de existência do GTT, poucas vezes atribuíram-se ações às mãos de um comitê ampliado para avanço das pautas. Outra condição indispensável para reverter ações incompletas ou não efetivadas é tornar o plano ainda mais referencial aos integrantes do GTT. Parece-nos que um processo de entendimento das ações do GTT para além da mobilização de pareceristas e apresentação de trabalho nos eventos está em curso, mas ainda precisa ser consolidado. A responsabilização nominal assumida em alguns planos mais recentes indicando membros do comitê científico para conduzirem certas ações foi uma das formas organizativas encontradas pelas coordenações para não desviar os focos principais registrados no respectivo plano de ação. Nessa linha, destaca-se também a implementação de reuniões mensais do comitê científico realizadas ao longo do biênio 2023-2025, mantidas pela gestão seguinte, com o objetivo de fortalecer uma condução conjunta entre coordenação-comitê das demandas relativas à execução do plano de gestão do GTT.

Por fim, o grupo categorizado como “Outros Registros” destaca a intensificação da participação política dos membros do GTT, em conjunto com os demais pesquisadores(as) do CBCE, na elaboração de cartas, moções, manifestos, notas e demais ações que demandaram, nos seus momentos históricos, posicionamento da entidade.

Entre os registros acessados, destacam-se a entrega para o Ministério do Esporte, na gestão 2007-2009, do documento *Considerações iniciais para fundamentar uma proposta de uma política pública nacional de preservação da memória da Educação Física, do esporte e do lazer*; a contribuição do GTT para a elaboração do *Editais Mais Museus*, na gestão 2009-2011; a proposta de criação da Rede dos Centros de Memória sobre Educação Física, Esporte e Lazer, na gestão 2015-2017; nota sobre o incêndio do Museu Nacional na gestão 2017-2019; a publicação de uma nota técnica do GTT Memórias em tempos de coronavírus intitulada *Práticas Corporais em tempos de distanciamento social e coronavírus*, na gestão 2019-2021; publicação do texto *Por uma política institucional de memória: (auto)críticas e contribuições do GTT Memórias da Educação Física e Esporte*, de autoria de Sergio Roberto Chaves Junior, Gustavo da Silva Freitas, Eliana de Toledo e Bruno Duarte Rei, na gestão 2021-2023, como parte do movimento que provocou o GTT a elaborar

sua Política Interna de Memória⁶ que, por sua vez, levou a entidade a constituir a II Comissão de Memória do CBCE, incumbida de formular a Política Institucional de Memória do CBCE.⁷

Vimos que muitas ações registradas na dimensão política do GTT extrapolam o âmbito acadêmico e atingem a esfera pública. Os documentos citados, entre outros que puderam ser acessados (notas, cartas e propostas), funcionam como testemunhos de um engajamento intelectual que entende a memória como um direito social e uma ferramenta de cidadania no campo da Educação Física, do Esporte e do Lazer.

Essa abertura documental para novas vozes compreende a política de memória como um projeto coletivo e que reflete a diversidade de olhares sobre o passado da Educação Física brasileira. O exercício de documentar suas gestões, eventos, números e ações políticas assegura que uma história do GTT possa ser visibilizada, transformando o registro não em fonte incontestável, mas em elemento de interrogação. Afinal, como dizia Alain Corbin, “o problema, para o historiador, é de detectar, e não de decretar” (Corbin, 2005, p. 25). A seguir, expomos alguns ângulos reflexivos que puderam ser detectados sobre o arquivo de fontes acessado até então. Como o processo está em andamento, eles trazem

6. A Política Interna de Memória do GTT foi elaborada ao longo da gestão 2023-2025 e teve como membros do processo de discussão e redação os seguintes integrantes: André Dalben, Bruno Duarte Rei, Carmen Lília da Cunha Faro, Carolina Nascimento Jubé, Christiane Garcia Macedo, Iara Marina dos Anjos Bonifácio, Marcela Bruschi e Pedro de Oliveira Milagres. O documento, que consta nos anexos desta coletânea, também está disponível em: <<https://public.cbce.org.br/uploads/68d6f84b0d520Relat%C3%B3rio%20GTT%2010%20-%20Mem%C3%B3rias%20da%20EF%20e%20Esporte.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2026.

7. Sobre as Comissões de Memória do CBCE, uma contextualização importante. Em maio de 2022, foi constituída a I Comissão de Memória do CBCE, especialmente para se pensar a memória de GTTs e Secretarias. A comissão foi composta pelos seguintes membros: na coordenação, Christiane Garcia Macedo (Diretora de GTTs), Cláudio Marques Mandarin (Diretor de Secretarias), Gustavo da Silva Freitas (GTT Memórias), Hugo Leonardo Fonseca da Silva (Secretaria Estadual de Goiás e GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho), Daniel Teixeira Maldonado (Secretaria Estadual de São Paulo), Demilton Pureza (Secretaria Estadual do Amapá), Leandro Vargas (GTT Inclusão e Diferença), Lino Castellani Filho (GTT Políticas Públicas), Beleni Grando (GTT Corpo e Cultura), Maria Cecília de Paula (GTT Corpo e Cultura). Tendo em vista a necessidade de fortalecimento das ações planejadas pela primeira comissão, na gestão 2023-2025 da DN do CBCE, tivemos a nomeação da II Comissão de Memória do CBCE constituída por Christiane Garcia Macedo (Presidente da Comissão e representante da Secretaria Estadual de Minas Gerais), Marina Ferreira de Souza Antunes (representante da DN), Cláudio Marques Mandarin (representante da DN), Angela Rodrigues Luiz (representante da DN), Bruno Duarte Rei (GTT Memórias), Jennifer Aline Zanela (GTT Epistemologia), Paulo Roberto Veloso Ventura (GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho) e Marlon Messias Santana Cruz (Secretaria Estadual da Bahia) e Demilton Yamaguchi da Pureza. Mais informações podem ser acessadas no Relatório da II Comissão de Memórias, disponível em: <<https://public.cbce.org.br/uploads/68b2127f28b70Relat%C3%B3rio%20da%20comiss%C3%A3o%20de%20m%C3%A9m%C3%A9rias%20.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2026.

uma fotografia inacabada, mas nem por isso deixam de constituir parte da memória do GTT Memórias.

Da garimpagem dos documentos do GTT Memórias às considerações sobre a memória (institucional): algumas reflexões

A memória institucional, longe de significar somente a acumulação de documentos, constitui uma operação social e política de seleção, hierarquização e estabilização de sentidos sobre o passado. Nesse registro, a memória não é um depósito neutro de fatos; ela é, antes, um trabalho coletivo que produz fronteiras simbólicas, fabrica pertencimentos e sustenta identidades. Em sua formulação clássica, Pollak (1989) compreende a memória como operação coletiva dos acontecimentos e interpretações do passado que se pretende salvaguardar, integrada às tentativas de reforçar sentimentos de pertencimento e delimitar fronteiras sociais.

Nesse sentido, as políticas de memória de coletivos acadêmicos podem ser lidas como dispositivos de institucionalização: elas procuram transformar práticas dispersas (arquivos pessoais, rotinas informais, registros episódicos) em estruturas relativamente estáveis de guarda, sistematização e acesso. O problema não é apenas “ter” ou “encontrar” documentos, mas definir quais documentos importam, como serão classificados, quem responde por sua guarda e de que modo serão organizados e publicizados. É justamente nesse ponto que se insere o debate do GTT Memórias da Educação Física e Esporte do CBCE: um coletivo cuja vocação intelectual se volta à historicidade da área, mas que tem se confrontado com o desafio de institucionalizar a própria memória do grupo.

Apresentada a iniciativa do GTT Memórias de organizar um acervo documental e demais registros da memória deste coletivo, nas próximas laudas propomos reflexões sobre memória e institucionalização aplicadas a esse caso, buscando articular: os fundamentos conceituais de memória, esquecimento e “lugares de memória”; a tensão entre arquivo pessoal e lugar institucional; e as implicações de uma política interna de memória para a continuidade, a governança e a inteligibilidade do trabalho coletivo do GTT.

Memória, esquecimento e silêncio: a política do que se guarda (e do que não se guarda)

Nas contribuições de Pollak (1989), a memória coletiva aparece como componente decisivo da coesão social: ela organiza narrativas compartilhadas que sustentam pertencimentos e, simultaneamente, demarcam diferenças. Contudo, o autor enfatiza que a memória é também atravessada por tensões: certas experiências permanecem subterrâneas, silenciadas, reprimidas ou deslocadas, reaparecendo em conjunturas críticas. É por isso que políticas de memória, ao definirem o que será registrado, preservado e exibido, participam diretamente de disputas sobre visibilidade, legitimidade e continuidade.

Aplicado ao universo de nosso coletivo científico, esse ponto desloca a discussão do plano técnico (onde armazenar?) para o plano teórico-político (que narrativa institucional se fabrica quando se decide o que é digno de arquivamento?). A ausência de registros, a fragmentação documental ou a dependência de arquivos pessoais não são meros “acidentes”: são indícios de um regime de memória no qual a institucionalidade precisa ser reforçada e a continuidade depende de indivíduos (coordenações, comitês, gestores). O panorama apresentado pelo GTT evidencia exatamente esse tipo de problema ao indicar lacunas relevantes de documentação e a ainda não localização de registros em algumas das gestões, o que reforça a vulnerabilidade do acervo e da transmissibilidade institucional.

Nesse sentido, uma política interna de memória pode ser compreendida como um esforço deliberado de romper com o “silêncio” produzido por descon continuidades documentais: ela pretende reduzir a dependência de iniciativas individuais e estabilizar rotinas de registro que permitam ao grupo não apenas existir no presente, mas tornar-se inteligível no tempo.

Lugares de memória e a passagem do arquivo pessoal ao lugar institucional

As contribuições de Nora (1993) são particularmente fecundas para pensar políticas de memória. Ao formular a noção de “lugares de memória”, o historiador francês descreve a emergência de dispositivos – materiais, funcionais e simbólicos – nos quais a memória “cristaliza”, sobretudo quando os meios tra-

dicionais de transmissão se enfraquecem. Essa perspectiva ajuda a compreender os motivos pelos quais, em determinadas conjunturas, proliferam iniciativas de construção de acervos, comissões, portais, minutas e normativas: trata-se de criar suportes institucionalizados para evitar a dispersão e a perda.

No caso do GTT Memórias, as reflexões do presente texto apontam diretamente para esse deslocamento: a necessidade de transitar “dos arquivos pessoais” para “lugar(es) institucional(is)”, com ênfase em armazenamento, sistematização e publicização da documentação. Tendo em vista o que nos ensina Nora (1993), isso equivale a transformar um conjunto de registros dispersos (muitas vezes vinculados a pessoas e gestões) em um “lugar de memória” institucional do GTT: um arranjo relativamente estável que congrega regras de produção documental, critérios de classificação e acesso público/controle de circulação, conforme finalidades acadêmicas e políticas.

O arrazoadado apresentado até aqui reforça que o problema não se limita a documentos textuais: assinalamos, no exercício empírico de localização documental realizado, que naquele momento ainda não se havia tratado adequadamente de registros imagéticos e que seria necessário adensar análises paralelamente à busca por novas informações e atualizações, explicitando a urgência de “institucionalizar os arquivos”. Importante destacar que, a partir desse movimento, tais preocupações passaram a ocupar lugar no plano de ações da atual gestão do GTT, tendo em vista a Política Interna de Memória do GTT. Exemplo disso é que a documentação produzida pela gestão 2023-2025 inclui fotos de eventos (CONBRACE, Encontro do GTT etc.), além do registro audiovisual das mesas-redondas *on-line* realizadas pelo coletivo.

O coletivo como *lugar de produção* e a produção institucional do próprio lugar

Catani e Faria Filho (2002), ao analisarem a constituição de um grupo acadêmico como “lugar de produção”, nos oferecem um operador conceitual particularmente útil: coletivos científicos não apenas produzem conhecimento; eles produzem as condições institucionais que tornam esse conhecimento possível, reconhecível e acumulável. Em outras palavras, o grupo cria o seu próprio “lugar”, com rotinas, padrões, regras e memórias que garantem continuidade.

Essa ideia ilumina a situação do GTT Memórias, a partir do levantamento realizado: os planos de trabalho, em diferentes gestões, reiteravam a necessidade de organizar acervo documental e criar política interna de organização de acervo (documentos e registros), indicando uma recorrência programática da demanda por institucionalização. Em outros termos, esse dado sinaliza que o coletivo reconhece a centralidade do “lugar” (estrutura) para sustentar a “produção” (atividade científica), mas os dados coligidos nos mostraram que ainda enfrentava limites para estabilizar essa estrutura na forma de dispositivos permanentes de memória.

Aqui se torna possível uma leitura mais densa do problema: quando planos e relatórios não se convertem em registros sistemáticos, perdemos não apenas informações, mas também a capacidade de o grupo narrar e justificar a si mesmo como produção histórica. A Política Interna de Memória recém-instituída, assim, integra o conjunto de condições de possibilidade para que o GTT opere como ‘lugar de produção’ no tempo, isto é, para que a produção científica seja acumulável e não recomece do zero a cada gestão.

Os movimentos de pesquisa relatados reforçam esse diagnóstico: o levantamento e o contato com os(as) coordenadores(as); a solicitação de arquivos; a organização do material em categorias; e, por fim, a revisão do material e busca de novas informações em diferentes plataformas. Em termos teóricos, esse conjunto de ações pode ser compreendido como um processo de “construção do lugar”: localizar rastros, reunir fragmentos, classificar e, sobretudo, tentar estabilizar uma forma institucional de memória.

As reflexões acima permitem uma prospecção: a Política Interna de Memória do GTT não é apenas uma resposta ao passado (recuperar o que se perdeu), mas uma tecnologia institucional do presente, voltada a produzir futuramente condições de inteligibilidade e continuidade.

Um elemento adicional do debate aparece quando observamos pesquisas que tomam o próprio GTT como objeto, analisando a produção científica em circulação e os modos de constituição do campo por meio de comunicações e referenciais teórico-metodológicos. A existência dessa (auto)análise amplia a exigência de coerência institucional: quanto mais um coletivo produz conhecimento sobre memória, mais a precariedade dos seus próprios registros se torna um problema epistemológico e político.

Dito de outro modo: a Política Interna de Memória, nesse caso, não é apenas administrativa; ela responde a uma demanda de coerência entre objeto e prática. Se a memória é entendida como dimensão constitutiva da vida social e científica (Pollak, 1989), e se os “lugares de memória” são respostas históricas à fragilização de meios espontâneos de transmissão (Nora, 1993), então a institucionalização do acervo do GTT é parte do próprio programa intelectual que o sustenta.

Considerações finais

O debate desenvolvido ao longo deste capítulo articulou dois movimentos analiticamente distintos, porém indissociáveis. O primeiro consistiu na descrição e análise da iniciativa do GTT Memórias voltada ao levantamento, à organização e à sistematização de documentos e registros de sua trajetória institucional, tendo como ponto de partida o plano de trabalho da gestão 2019-2021. Esse esforço permitiu identificar lacunas documentais, descontinuidades de registros e uma dependência histórica de arquivos pessoais, elementos que forneceram subsídios empíricos para as reflexões aqui empreendidas sobre memória, esquecimento e institucionalização.

O segundo movimento correspondeu à atualização analítica desse percurso à luz das transformações recentes, marcadas tanto pela instituição da Política Interna de Memória do GTT Memórias, ao final de 2024, quanto pela formulação de uma proposta de Política Institucional de Memória para o CBCE, em 2025. Esses dispositivos representam um deslocamento qualitativo no modo como a memória passa a ser tratada no interior do coletivo e da entidade, deixando de operar de forma episódica e dependente de iniciativas individuais para se constituir como objeto de decisões, critérios, rotinas e responsabilidades institucionais.

Nesse sentido, a Política Interna de Memória do GTT sinaliza possibilidades profícuas ao operar em planos interdependentes. No plano epistemológico, cria condições para a acumulabilidade da produção e para a inteligibilidade histórica do coletivo, reduzindo silêncios e perdas documentais que fragilizam a compreensão de sua trajetória. No plano político-institucional, contribui para a estabilização de rotinas e formas de governança, deslocando a memória do regime do arquivo pessoal para um lugar institucional de guarda, organização e

acesso. Já no plano simbólico-identitário, fortalece pertencimentos e fronteiras internas do GTT, ao tornar sua história narrável, demonstrável e transmissível entre gestões.

As iniciativas em curso na atual gestão – como a organização sistemática de documentos de gestões anteriores, a incorporação de registros imagéticos e audiovisuais, e a manutenção de reuniões regulares do comitê científico como instância coletiva de acompanhamento do plano de gestão – indicam que a memória passa a ser compreendida não apenas como objeto de pesquisa, mas como dimensão constitutiva da própria vida institucional do GTT. Trata-se, portanto, de um processo em andamento, aberto a críticas, revisões e aperfeiçoamentos, mas já ancorado em bases normativas e organizativas mais consistentes.

À luz do percurso apresentado, é possível afirmar que as experiências recentes do GTT Memórias e do CBCE configuram respostas concretas à urgência de institucionalizar os arquivos e de enfrentar as fragilidades historicamente identificadas. Ao transformar a memória em política – isto é, ao submetê-la a decisões coletivas, critérios explícitos e estruturas permanentes – reduz-se a distância entre memória narrada e memória documentada, criando condições para que a trajetória do GTT seja não apenas lembrada, mas efetivamente preservada, interrogada e reinscrita no tempo.

Referências

CATANI, Denice Barbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPED (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 113-128, 2002.

CASSANI, Juliana Martins; SANTOS, Wagner dos; CARNEIRO, Felipe Ferreira Barros; CARVALHO, Lucas Oliveira Rodrigues de; FERREIRA NETO, Amarílio. Práticas Científicas em Circulação no GTT Memórias da Educação Física e Esporte do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (2005-2017). *Retos*, v. 38, p. 472-481, 2020.

CHAVES, Elisângela; FREITAS, Gustavo da Silva; PINTO, Joelcio Fernandes; FIGUEIREDO, Priscilla Kelly; CHAVES JUNIOR, Sergio Roberto. Índícios e análises da produção em circulação no GTT Memórias da Educação Física e Esporte nos CONBRACES/CONÍCES de 2009 a 2013. In: RECHIA, Simone; SILVA, Paula Cristina da Costa; ALMEIDA, Felipe Quintão de; CHAVES-GAMBOA, Márcia Ferreira; GÓIS JUNIOR, Edivaldo; ORTIGARA, Vidalcir; TARTARUGA, Marcus Peikriszwili; PACHECO NETO, Manuel (Orgs.). *Dilemas e desafios da pós-graduação em Educação Física*. v. 1. Ijuí: Unijuí, 2015.

CHAVES, Elisângela; FREITAS, Gustavo da Silva; PINTO, Joelcio Fernandes; PEREIRA, Mateus Camargo; FIGUEIREDO, Priscilla Kelly; CHAVES JUNIOR, Sergio Roberto. A produção do conhecimento em circulação no GTT Memórias da Educação Física e Esporte: análises a partir dos CONBRACEs/CONICES (2009 a 2017). In: BAÍA, Anderson da Cunha; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; LARA, Larissa Michelle (Orgs.). *Ciências do Esporte, Educação Física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE*. v. 2. Memórias da Educação Física e esporte. Natal: EDUFRN, 2020.

CHAVES JUNIOR, Sergio Roberto; FREITAS, Gustavo da Silva; TOLEDO, Eliana de; REI, Bruno Duarte. Por uma política institucional de memória: (auto)críticas e contribuições do GTT Memórias da Educação Física e Esporte. In: MACEDO, Christiane Garcia; COSTA, Maria da Conceição dos Santos; ANTUNES, Marina Ferreira de Souza; AMARAL, Gislene Alves do (Orgs.). *25 anos dos GTTs do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: trajetórias e perspectivas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

CORBIN, Alain. Alain Corbin o prazer do historiador. Entrevista concedida a Laurent Vidal. *Revista Brasileira de História*, v. 25, n. 49, p. 11-31, 2005.

FERREIRA NETO, Amarílio. Atualidade da pesquisa histórica na educação física: congressos e campo científico. In: FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). *Leituras da natureza científica do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Campinas: Autores Associados, 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Informação e documentação em Esporte, Educação Física e Lazer: o papel pedagógico do Centro de Memória do Esporte. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 25, n. 1, p. 199-207, 2003.

MACEDO, Christiane Garcia. *O movimento de constituição dos Centros de Memória da Educação Física das Universidades Federais brasileiras (1996-2014)*. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MACEDO, Christiane Garcia; GOELLNER, Silvana Vilodre. Centros de Memória da Educação Física e Esporte das Universidades Federais Brasileiras: preservar memórias para reconstruir histórias. *Movimento*, v. 25, p. 1-13, 2019.

MACEDO, Christiane Garcia; FREITAS, Gustavo da Silva; CHAVES JUNIOR, Sergio Roberto. GTT Memórias da Educação Física e Esporte: estamos ajudando a olhar? In: MALDONADO, Daniel Teixeira; FREIRE, Elisabete dos Santos (Orgs.). *Anais do II Congresso CBCE Região Sudeste - Formação e Atuação Profissional em Educação Física: educação, ciências, movimentos populares em prol da vida e soberania do povo*. São Paulo: CBCE, 2022.

MORENO, Andrea. Memória, corpo e cultura: territorialidade e diversidade dos campos de pesquisa e as interfaces com o CBCE nos últimos 10 anos. In: SILVA, Paula Cristina da Costa; GEREZ, Alessandra Galve; NASCIMENTO, Ana Claudia Silverio; SILVA, Bruno de Oliveira e; LOUREIRO, Fábio Luiz; ALMEIDA, Felipe Quintão de; MACHADO, Gabriela Cardoso; GOMES, Ivan Marcelo; COSTA, Juliana Moreira da; MORO, Luize; COSTA, Marcelo Adolfo Duque Gomes da; RECHIA, Simone (Orgs.). *Territorialidade e diversidade regional*

no Brasil e América Latina: suas conexões com a Educação Física e as Ciências do Esporte. v. 2. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2016.

MORENO, Andrea; ROSA, Maria Cristina; SEGANTINI, Verona Campos. O GTT Memórias da Educação Física e Esporte do CBCE: uma análise a partir das práticas e da produção. In: CARVALHO, Yara Maria de; LINHALES, Meily Assbú (Orgs.). *Política científica e produção do conhecimento em Educação Física*. Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007.

MORENO, Andrea; QUITZAU, Evelise Amgarten; SOARES, Carmen Lúcia. Pesquisa histórica na Educação Física – três notas para pensar. In: ALMEIDA, Felipe Quintão de; LARA, Larissa; WACHS, Felipe (Orgs.). *Democracia e emancipação: desafios para a Educação Física e Ciências do Esporte na América Latina*. v. 2. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

CAPÍTULO 4

ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: O GTT MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE E OS SILÊNCIOS SOBRE SUA PERSPECTIVA DISCIPLINAR

Edivaldo Góis Junior

Introdução

Entre o fim do mês de março e início de abril de 2025, os professores doutores Bruno Duarte Rei e André Dalben fizeram um elegante convite para que eu fizesse um balanço do percurso histórico do Grupo de Trabalho Temático Memórias da Educação Física e Esporte desde seu desmembramento do GTT Memória, Cultura e Corpo, enfatizando como, na esteira desse movimento, o GTT se consolidou como um espaço de formação de pesquisadores(as) e produção da História da Educação Física e do Esporte no Brasil.

Os dois professores doutores que coordenam o GTT, neste momento, são exemplos relevantes de como o trabalho coletivo realizado no campo propiciou a formação de pesquisadores(as) rigorosos(as) que se destacam nos temas da Educação Física e dos esportes. Não precisamos entrevistá-los para compreender a importância que o GTT teve e tem na formação de jovens pesquisadores(as) e doutores(as) no campo da História da Educação Física.

Não vou me ater, da mesma forma, a elaborar uma reflexão mais aprofundada sobre a formação qualificada, proporcionada também pela experiência neste GTT, para que pesquisadores(as) oriundos(as) deste espaço e de outros pudessem se destacar internacionalmente em nossa área de pesquisa. Menciono apenas o caso da Profa. Dra. Evelise Quitzau, ex-coordenadora do GTT, que, no momento, é a presidente da ISHPES (*International Society for the History of Physical Education and Sport*) para um mandato de quatro anos. A ISHPES é a entidade internacional mais importante no campo da História do Esporte, congregando pesquisadores(as) de todos os continentes.

No entanto, essa missão de tratar da internacionalização, eu deixarei para nossa colega uruguaia, a Profa. Dra. Paola Dogliotti Moro, em seu texto. Da mi-

nha parte, eu tenho aqui como objetivo problematizar os caminhos do GTT no âmbito do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, argumentando sobre o seu caráter disciplinar. Quero, então, fazer um convite para que o que foi em 2005 uma irreverência que circulava entre seus membros, como o “GTH” (Grupo de Trabalho da História), seja frontalmente assumido como nossa identidade. Desse modo, os silêncios institucionais sobre a disciplinaridade do GTT não podem mais permanecer. Pelo contrário, é o momento de reivindicarmos nossa abordagem disciplinar e historiográfica para uma temática, essa sim, interdisciplinar, circunscrita à Educação Física e aos esportes.

Para isso, será preciso discutir as diferenças e similitudes entre História e memória e, concomitantemente, visitar os estudos que se debruçaram sobre a trajetória do GTT no sentido de compreender os consensos e dissensos que marcaram a consolidação do grupo. Inicialmente, quero aqui frisar que no atual Estatuto do CBCE, aprovado em 10 de julho de 2024, não há qualquer menção ou interdição para que a ementa e o título de um GTT tenham perspectivas disciplinares. Há, sim, o entendimento de que um GTT deve, em seus termos:

[...] submeter à Diretoria Nacional propostas de revisão/modificação do nome e/ou ementa do GTT que tenham sido amplamente discutidas com a comunidade do GTT, acompanhadas de justificativa fundamentada em dados acerca da produção interna do GTT nos anais do CONBRACE/CONICE que ratificam a necessidade da mudança. (CBCE, 2024, Art. 21)

Outrossim, no Regimento dos GTTs, que data de 20 de setembro de 2007 (CBCE, 2007), não há restrição alguma à criação de GTTs com características disciplinares. Caso o critério fosse seguido, poderíamos ter GTTs com os títulos de “Treinamento Desportivo” ou “Epistemologia”? Esses grupos só se sustentam no campo da Educação Física por meio de disciplinas curriculares de cursos de graduação e pós-graduação e de um corpo disciplinar de conhecimentos que fomentam linhas de pesquisa e estudos específicos. Então, por que não podemos nos constituir como o GTT “História e memórias da Educação Física e esportes”?

Também é adequado sublinhar que os estudos históricos já estavam presentes desde 1989 no âmbito do CBCE, antes da institucionalização do GTT. O texto de Moreno, Rosa e Segantini (2007) informa que, nesta ambiência, destacou-se a atuação do professor Mário Ribeiro Cantarino Filho, que apresentou trabalhos voltados à História da Educação Física no Brasil, com ênfase no perío-

do do Estado Novo e na Reforma Francisco Campos. Além desses trabalhos, o texto de Terra, Góis Junior e Soares (2020) menciona uma pesquisa do professor Lino Castellani Filho, que contribuiu com uma análise sobre a trajetória intelectual de Inezil Penna Marinho. Já o professor Antônio Carlos Bramante, na ocasião, utilizando como fonte a revista *Comunidade Esportiva*, desenvolveu uma crítica ao Esporte Para Todos (EPT), enquanto a professora Fernanda Paiva investigou o voleibol brasileiro sob uma perspectiva crítica.

Observa-se, naquele momento, do final dos anos de 1980, no âmbito do CBCE, um deslocamento progressivo das abordagens biológicas para enfoques das Ciências Humanas, em particular, de estudos histórico-filosóficos, marcando uma inflexão teórica que reorientaria o campo da Educação Física. Esse movimento gerou importantes transformações no CBCE, como a ascensão de pesquisadores(as) vinculados à área da Educação Física em substituição à tradição oriunda da medicina esportiva (Terra; Góis Junior; Soares, 2020). Todavia, como ocorreu a organização do GTT?

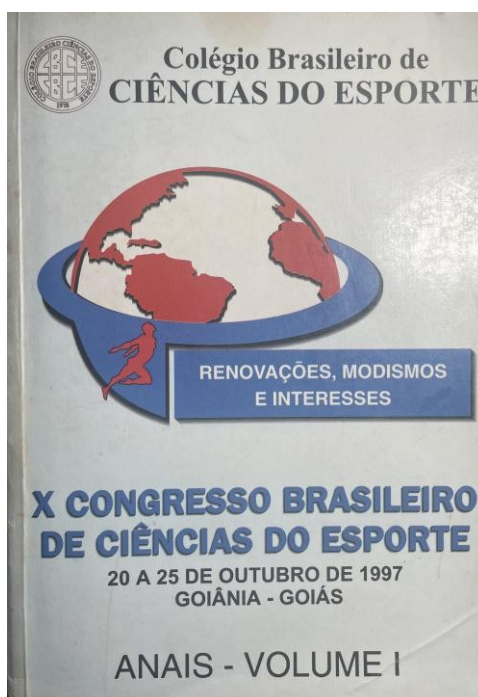
Dos conflitos para uma reforma do GTT

Em 1995, a Profa. Dra. Eustáquia Salvadora de Sousa assumia na Direção Nacional do CBCE o cargo de Diretora Científica. A professora Eustáquia tornava-se uma das mais importantes referências da História da Educação Física no Brasil. Sua tese de doutorado – *Meninos, à marcha! Meninas, à sombra!* (Sousa, 1994) – é considerada um marco nos estudos de gênero e na História da Educação Física, ao problematizar a separação de gêneros nas aulas escolares e a construção social das práticas corporais. O texto de Moreno e Rosa (2020) apresenta uma entrevista com a professora, cuja trajetória é emblemática para a História da Educação Física brasileira e para o CBCE. O texto tem caráter memorialístico e pretende registrar sua formação, atuação profissional e contribuições à consolidação do CBCE, especialmente os embates para a constituição dos Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs).

Desse modo, ao assumir a Direção Científica, a professora Eustáquia relata sobre as intenções de trazer as experiências dos congressos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), que organizava seus eventos por meio de grupos de trabalho temáticos, para o âmbito do CONBRACE – Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Moreno; Rosa, 2020).

Sua gestão foi decisiva na definição das áreas temáticas e na institucionalização dos grupos de trabalho como espaços permanentes de produção e debate acadêmico. Eustáquia descreve os desafios para implementar os GTTs no Congresso de Goiânia, em 1997, com destaque para o pioneirismo da organização. No entanto, nos anais do CONBRACE, constituídos por dois volumes com 1620 páginas, ainda não é possível observar essa institucionalização (Figura 1). Os GTTs eram organizados em números e sem títulos, perfaziam o total de 11 grupos e não tinham uma organização temática mais evidente. Naquele ano de 1997, eu estava no meu último ano do curso de graduação em Educação Física na Unesp e participei do evento em Goiânia com uma comunicação oral e um texto nos anais, publicado entre as páginas 507 e 513 (CONBRACE, 1997). Como aluno de graduação, minha memória não me socorre neste momento em relação a essas disputas, pois eu realmente vivia aquela experiência, observando tudo, tudo mesmo, de baixo.

Figura 1 – Capa dos anais do CONBRACE de 1997 em Goiânia



Fonte: CONBRACE (1997).

Já a professora Eustáquia participava da criação do GTT Memória, Cultura e Corpo em 1998, na SBPC, em Natal, e acompanhou seu desdobramento em 2005 no XIV CONBRACE em Porto Alegre, quando foi inaugurado o GTT Me-

mórias da Educação Física e Esporte (Moreno; Rosa, 2020), espaço em que atuou como uma importante incentivadora de jovens pesquisadores(as). Vale destacar esse papel relevante da professora, como incentivadora dos mais jovens, e de outros no âmbito do CBCE, como a professora Carmen Lúcia Soares, os professores Amarílio Ferreira Neto e Tarcísio Mauro Vago e, posteriormente, Andrea Moreno, Meily Linhales, Victor Andrade de Melo e Silvana Goellner, para a consolidação deste campo de pesquisas e de sua relevância para a Educação Física e para as histórias da Educação e do esporte. Depois desses, outros pesquisadores(as) se consolidaram por meio dos grupos de pesquisa e dos centros de memória.

No entanto, é importante ressaltar os conflitos para a constituição do GTT, pois eles ocorreram especialmente no contexto da implantação desse novo formato de organização científica durante o CONBRACE de Goiânia em 1997. A proposta de reorganizar os espaços de apresentação de trabalhos nos congressos por meio de GTTs foi inicialmente recebida com desconfiança. Muitos participantes temiam que essa estrutura engessasse o debate, centralizasse o poder ou excluísse temáticas emergentes. Havia ainda divergências sobre quais áreas deveriam ser contempladas e como definir critérios de reconhecimento acadêmico (Moreno; Rosa, 2020). Além disso, a definição das áreas temáticas também gerou debates intensos. Por exemplo, havia divergência sobre onde situar os estudos históricos e culturais da Educação Física – que à época estavam dispersos. A criação do GTT Memória, Cultura e Corpo em 1998 e, depois, do GTT Memórias da Educação Física e Esporte em 2005, foi uma resposta à necessidade de delimitar campos emergentes que não se encontravam em um espaço adequado de divulgação científica.

Em 1999, depois da institucionalização do GTT Memória, Cultura e Corpo, o CONBRACE de Florianópolis, finalmente, recebia estudos direcionados à História da Educação Física, mesmo dividindo o espaço com estudos que abordavam a temática do corpo por meio de aproximações com a Antropologia e a Filosofia. O estudo de Chaves *et al.* (2020) relata sobre esse momento do GTT. Foi preciso pouco tempo para os pesquisadores(as) do GTT perceberem um crescimento qualitativo e quantitativo das pesquisas com ênfase em História e memória no interior do antigo GTT Memória, Cultura e Corpo. A saída foi, consequentemente, o desmembramento em 2004 em dois novos grupos: “Corpo e Cultura” e “Memórias da Educação Física e do Esporte”. A partir de então, o

nosso “GTH” passou a organizar fóruns próprios de discussão e consolidou-se como espaço para circulação de produções históricas no campo da Educação Física (Chaves *et al.*, 2020).

Em 2005, o CONBRACE de Porto Alegre (Figura 2) recebeu, no âmbito do GTT, 40 trabalhos submetidos para apresentação. É preciso assinalar que o outro GTT debutante, o Corpo e Cultura recebeu 76 trabalhos submetidos para apresentação (CONBRACE, 2005). O dado evidencia que os estudos de História da Educação Física podiam também ser secundarizados mediante o volume de textos oriundos do diálogo com a Antropologia e Filosofia no campo da Educação Física no modelo de organização anterior. Desse modo, era necessária a independência do GTT, pois, dadas as particularidades metodológicas e teóricas da História, não fazia sentido estabelecer um espaço de formação por meio de um GTT tão disperso como o antigo GTT Memória, Cultura e Corpo.

Moreno, Rosa e Segantini (2007) relatam que era possível reconhecer, já em 2007 no GTT, uma superação de “um primeiro movimento marcado por estudos embrionários (sem metodologia propriamente historiográfica) e um segundo momento por ideologizações exacerbadas” (Moreno; Rosa; Segantini, 2007, p. 275).

Figura 2 – Logo do CONBRACE de 2005 em Porto Alegre



Fonte: Adaptado de CEME (2005)

O texto de Elisângela Chaves *et al.* (2020) reforça o papel do GTT Memórias da Educação Física e Esporte como importante espaço de legitimação de

abordagens historiográficas na área e de circulação de saberes produzidos em diversas universidades brasileiras.

De 2005 a 2025, nas últimas duas décadas, penso que dois tipos de espaços institucionais protagonizaram as iniciativas do “GTH”, o nosso espaço coletivo, construído nos duros embates acadêmicos: os centros de memória e os grupos de pesquisa.

Em relação aos centros de memória, o texto de Macedo, Goellner e Silva (2020) destacou que, a partir dos anos 2000, docentes vinculados aos centros de memória passaram a reivindicar maior visibilidade no interior do CBCE. Essa mobilização contribuiu significativamente para a criação do “GTH”, voltado para os estudos da memória e História da Educação Física e do Esporte. A atuação de destaque de Silvana Goellner, Victor Andrade de Melo, Marilita Rodrigues, Carmen Lúcia Soares, Amarílio Ferreira Neto e outros foi central nesse processo de cisão com o GTT Corpo e Cultura. Nesse sentido, os centros de memória, principalmente, das universidades federais, como o CEME da UFRGS e o CEMEF da UFMG, funcionaram como uma base material e intelectual relevante para o avanço das pesquisas históricas na área, promovendo a valorização de acervos, fontes documentais e práticas de preservação. O CBCE, por meio do GTT Memórias da Educação Física e Esporte, é reconhecido como um espaço de legitimação dessas ações, promovendo intercâmbios e fortalecendo redes de pesquisa entre centros de memória (Macedo; Goellner; Silva, 2020).

Em relação aos grupos de pesquisa, o estudo de Cassani *et al.* (2020) mapeou a produção científica do GTT Memórias por meio das comunicações orais apresentadas nos CONBRACEs entre 2005 e 2017. A pesquisa examina como redes de colaboração, grupos de pesquisa, objetos de estudo e referenciais teóricos constituíam e tensionavam o campo científico da História da Educação Física no GTT. Por meio de seus dados, é possível observar a colaboração destacada dos seguintes grupos de pesquisa:

- GRECCO – Grupo de Estudos sobre Esporte, Cultura e História (UFRGS);
- PROTEORIA – Instituto de Pesquisa em Educação e Educação Física (UFES);
- NEHME – Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte e da Educação Física (UFRGS);

- CEMEF – Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (UFMG), que se articula guardando relações com o centro de memória;
- LABEC – Laboratório de Pesquisas em Educação do Corpo (UFRJ);
- CORPO E EDUCAÇÃO (UNICAMP);
- FOCUS – Grupo de Pesquisa sobre Educação, Instituições e Desigualdade (UNICAMP);
- NUPES – Núcleo de Pesquisas sobre a Educação dos Sentidos e das Sensibilidades (UFMG);
- ECEF – Estudos Culturais em Educação Física (UFPEL);
- SCIENTIA & TECHNICA (UFMG).

Desse modo, é possível perceber que há um forte incremento dos grupos de pesquisa na mobilização e na consolidação do GTT, o nosso “GTH”. Assim, da mesma forma que os centros de memória foram fundamentais para a formação de novos pesquisadores(as), os grupos de pesquisa cumpriram também esse objetivo.

No estudo de Cassani *et al.* (2020), cada grupo de pesquisa é analisado com base em sua produção, composição de redes de coautoria (incluindo relações de orientação), objetos de pesquisa e autores teóricos de referência. O artigo também revela a interdependência entre lideranças acadêmicas, seus orientandos e os referenciais externos mais utilizados – como Roger Chartier, Michel de Certeau, Norbert Elias e Michel Foucault. Essa rede de referências fortalece a identidade do GTT enquanto espaço de produção e circulação de conhecimento histórico-crítico no campo da Educação Física.

No entanto, esse quadro revela também a prevalência de autores referenciados pela História Cultural, o que tem sido uma marca considerável e quase que exclusiva no GTT. Não propomos aqui, de maneira alguma, uma virada teórica no GTT, mas a necessidade de fomentarmos mais a pluralidade. Faltam estudos no âmbito do GTT com referenciais marxistas ou mesmo de uma História Social da Cultura. Para nossa felicidade, esse ano de 2025 marcou a apresentação de um texto sobre as memórias de Silvio Gamboa no campo da Educação Física. Devemos, então, enaltecer as presenças das professoras Celi Taffarel, Kátia de Sá, Márcia Chaves-Gamboa, mas compreender que ainda se trata de um caso quase isolado. Esse é um desafio.

Por outro lado, penso que falsos problemas foram levantados no âmbito do GTT nas duas últimas décadas, como a ausência dos pesquisadores(as) mais referenciados no campo em comunicações orais no CONBRACE. Lógico, o GTT deve incentivar a presença deles, mas isso está longe de ser um impedimento ou um problema fundamental para a construção de um espaço qualificado de formação. Outrossim, não observamos a presença dos autores mais referenciados na História no âmbito da ANPUH, o que, absolutamente, não desqualifica o evento do Simpósio Nacional ou a própria entidade. Já que, quando observamos a presença, por exemplo, de Laura de Mello e Souza na ANPUH, ela se dá na posição de uma convidada e nem sempre é possível para a entidade financiar todos os pesquisadores(as) mais reconhecidos(as) no campo. Por que, então, seria um problema para nosso “GTH”?

Do mesmo modo, quero também sustentar a compreensão de que a produção do GTT não precisa “biologizar” seus procedimentos de pesquisa ansian-do uma maior aproximação com os critérios da CAPES, da área 21 (Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional). Digo isso como membro da Comissão de Avaliação nos dois últimos quadriênios na Área 21, já que a produção discente em eventos é avaliada da seguinte forma: quantitativa-mente, é estabelecida uma razão de 1 trabalho por estudante no quadriênio para o conceito MB (Muito Bom, menção máxima), excluídas duplicações (CAPES, 2025). Além disso, grupos de pesquisa e centros de memória mencionados aqui também fazem parte de programas de pós-graduação em Educação, História, Lazer, áreas que têm outras culturas de avaliação e de produção acadêmica. Conforme afirmam Chaves *et al.* (2015), as pesquisas de História da Educação Física têm dificuldades de enquadramento e financiamento na Área 21. Assim, proponho aos membros do nosso “GTH” que observem as práticas de pesquisa dos historiadores e não dos biólogos. Se quisermos que o GTT seja um espaço de formação qualificada, ele deve se aproximar metodologicamente da História e, sendo assim, a autoria deve ser pensada para além do aumento quantitativo de itens no Currículo Lattes.

Por exemplo, recentemente, em 2025, o CNPq divulgou o resultado do último edital de Bolsistas de Produtividade em Pesquisa de todas as áreas. Se observarmos os contemplados com os níveis A e SR, os mais conceituados, na área da História, teremos o seguinte quadro:

Quadro 1 – Coautoria na História

Pesquisadores contemplados com Bolsas de Produtividade em Pesquisa, níveis A e SR, na área de História em 2025.	Artigos publicados na carreira	Artigos publicados com coautoria	Porcentagem de textos com coautoria (%)
Ana Maria Alfonso-Goldfarb	77	55	71.43
Ana Maria Mauad de S. Andrade Essus	74	9	12.16
Ângelo Alves Carrara	45	16	35.56
Eliana Regina de Freitas Dutra	25	1	4.0
Henrique Espada Rodrigues Lima Filho	22	2	9.09
Júnia Ferreira Furtado	48	6	12.5
Marcelo Badaró Mattos	69	7	10.14
Marcus Joaquim Maciel de Carvalho	45	6	13.33
Maria Stella Martins Bresciani	29	4	13.79
Rafael Ivan Chambouleyron	59	23	38.98
Rodrigo Patto Sá Motta	69	5	7.25

Fontes: CNPq (2025a; 2025b).

Fica evidente que as culturas de pesquisa e de autoria na História diferem radicalmente da cultura e do conceito de autoria nas Ciências Biológicas. No caso da Educação Física, podemos observar a hegemonia dos parâmetros de avaliação das Ciências Biológicas. Por exemplo, se compararmos o mesmo quadro com os contemplados na área da Educação Física com bolsas de produtividade, de todos os níveis, temos um resultado de 100% dos artigos publicados em coautoria com mais de 4 autores, todos provenientes de laboratórios de pesquisa com objetos e metodologias oriundas das Ciências Biológicas. Não há bolsistas de produtividade na área de Educação Física que trabalhem com Ciências Humanas no último edital. Portanto, se quisermos qualificar a formação de jovens pesquisadores(as) no âmbito do GTT, precisamos ponderar que a coautoria é bem-vinda, desde que seja criteriosa e não reproduza a lógica do laboratório experimental, que não é melhor ou pior do que a cultura de pesquisa em Ciências Humanas, mas é muito diferente.

Os líderes dos grupos de pesquisa e dos centros de memória que almejam fortalecer o fomento à pesquisa deverão observar a cultura de reconhecimento acadêmico das Ciências Humanas e, no caso do nosso “GTH”, as condições de visibilidade e divulgação de nossos estudos na História da Educação e

na História. Isso não quer dizer falta de compromisso com a nossa área de origem, pelo contrário, é a falta de compromisso da área com os nossos estudos.

É importante salientar que essa necessária aproximação com a História faz de nós, pesquisadores(as) do GTT, construtores(as) e fomentadores(as) de encontros interdisciplinares entre a Educação Física, História da Educação e História. O processo é trabalhoso. Como já ressaltava a professora Eustáquia de Sousa, em entrevista a Andrea Moreno e Maria Cristina Rosa, é uma tarefa:

[...] fascinante e ao mesmo tempo difícil. Eu não era historiadora, eu não tinha a formação em História. Então, tive que estudar muito, li uma vasta bibliografia da História Nova, História das Mentalidades, História Oral, História da Educação Física no mundo e no Brasil... E muito mais. O estudo exigiu a busca, seleção e análise de fontes escritas, orais e iconográficas espalhadas em diferentes instituições públicas e privadas. Foi um grande aprendizado, difícil e prazeroso (Moreno; Rosa, 2020, p. 21).

Outro ponto na direção do meu argumento central é a necessidade de assumirmos o “H” do nosso GTT em uma perspectiva teórica sobre os limites entre história e memória. Pois vejamos que os trabalhos que circularam no grupo nas duas últimas décadas não tiveram como objeto central a problematização da memória. Basta observarmos a programação do GTT neste ano de 2025, na qual a história de práticas corporais tem destaque. Ainda não houve no âmbito do GTT uma discussão mais aprofundada sobre os conceitos de História e memória. Por vezes, o conceito de Pierre Nora (1993) de “lugares de memória” aparece sem esclarecer suas críticas à profusão de “lugares de memória”, de museus, arquivos, monumentos, datas comemorativas, que solapam uma memória coletiva mais espontânea. Afinal, com tanta memória não vivemos a história.

Da História e da memória

Explicando melhor, ao vivenciarmos atualmente uma sociedade marcada pelo excesso de memória reverberado por uma era digital e pelas redes sociais, perdemos a possibilidade das reflexões sobre as memórias mobilizadas inclusive por meio do discurso histórico.

Um paralelo com o dilema do excesso de informações produzido por esse presente digital está na reflexão de um outro tempo, início do século XX, no conto de Jorge Luís Borges (2007), *Funes: o memorioso*, publicado em 1944. Seu texto esboça uma compreensão de que o acúmulo de informações sem o sentido

de uma interpretação produz uma interdição sobre o pensamento. Nesse caso, na descrição de uma personagem, Ireneo Funes, que se lembra de tudo e não pode esquecer nada, há por parte do escritor argentino a intenção de criticar o acúmulo de uma memória enciclopédica e reivindicar um pensamento sobre a vida. Nas suas palavras, Funes:

Tinha aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português e o latim. Suspeito, entretanto, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos (Borges, 2007, p. 97).

O mesmo sentido está presente nas críticas de Nietzsche sobre os estudos históricos do século XIX produzidos no contexto da Alemanha. Para Nietzsche (2019), a história deveria ser encarada como um processo de construção e reconstrução da vida, e não como uma mera acumulação de informações, uma descrição objetiva e linear que expõe um fato histórico como acontecimento, distanciando-se dos sentidos e das interpretações sobre a experiência humana e a vida social.

No entanto, o texto de Nietzsche foi produzido em 1874, em um momento no qual a história elaborada na França e na Alemanha, por meio das obras de Langlois e Seignobos (1992) e de Leopold von Ranke (1979), mobilizava uma história factual e documental. Naquele período, na segunda metade do século XIX, a história era elaborada como memória oficial dos Estados e fomentava as identidades nacionais dos seus respectivos povos na construção de suas memórias coletivas. Para Pollak (1989), essa memória coletiva e nacional define sentimentos de pertencimento, promove a coesão dos grupos e das instituições e, sobretudo, permeia um “enquadramento da memória” em uma história oficial.

Para aqueles historiadores do século XIX, a história científica deveria ser rigorosamente amparada por um método, técnicas e pelas fontes escritas e oficiais (Prost, 2008). Caberia ao historiador, para os escritores oitocentistas, o ofício de descrever objetivamente o que dizia o documento. Assim, a Ciência Histórica exercia um exame minucioso do documento, pois era preciso criticá-lo sobre sua veracidade. Caso a documentação resistisse à crítica do historiador sobre sua procedência, era considerada verdadeira e, por conseguinte, seu conteúdo, o dito, era a verdade factual descrita como acontecimento.

Essas prerrogativas deram sustentação à organização do campo histórico como uma ciência que se separava dicotomicamente da memória ao ser tratada com objetividade. Assim, deram ao fato histórico um caráter objetivo que tornava o passado imóvel, absoluto, e suas descrições como verdade histórica. Essa perspectiva de Ciência Histórica construiu limites com a memória individual, mas também com a memória dos grupos sociais, suscetíveis às subjetividades das experiências individuais, mas também estruturadas por uma memória coletiva (Halbwachs, 2006).

No clássico de Maurice Halbwachs (2006), *A Memória coletiva*, há uma distinção clara entre memória coletiva e História. A memória, segundo ele, é viva, dinâmica e emocionalmente carregada, enraizada no presente e nas relações sociais, muitas vezes promovendo as tradições. A História, em contrapartida, busca distanciamento, crítica e objetividade, sendo que, por meio de documentos, pretende representar os acontecimentos com imparcialidade. Para Halbwachs (2006), essas duas formas de relação com o passado não se confundem, embora muitas vezes se entrelacem. Por sua vez, Michael Pollak vislumbra na obra de Halbwachs, dada sua perspectiva sociológica marcadamente “durkheimiana”, a percepção da memória coletiva como estabilizadora das relações sociais, constituindo vínculos identitários com o grupo e articulando as memórias individuais e coletivas (Pollak, 1989).

Para Pollak (1989), Halbwachs não observava “o caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva” (p. 4), que se confunde com um projeto político de nação e apaga ou silencia os grupos minoritários ou excluídos em nome da identidade nacional positivada pelos vínculos afetivos de pertencimento e pela seleção de memórias coerentes com a ideia de nação.

Sendo assim, a História não poderia ser o lugar da objetividade e da ciência; e a memória, por outro lado, o estandarte das subjetividades individuais e das emoções ligadas a um pertencimento coletivo, que mobiliza identidades. Essa visão dualista de História e memória é problematizada por filósofos, como Paul Ricoeur (2007) e Michel de Certeau (2011), que estabelecem interconexões entre História e memória.

Em particular, para Marcos Napolitano, é relevante termos como premissa que a historiografia deve enfrentar os dilemas das memórias que interferem em sua análise, como compreender a necessidade de superar as dicotomias entre objetividade e subjetividade, documento e testemunho, História e memória,

esquerda e direita, para produzir um conhecimento pautado pela reflexão, o que, em suas palavras, “não significa, em absoluto, abrir caminhos para relativizar crimes contra a humanidade ou reconhecer o valor epistemológico e a legitimidade científica dos negacionismos que assombram o conhecimento histórico” (Napolitano, 2020, p. 20).

Portanto, se há uma maior porosidade entre História e memória, o trabalho de Paul Ricoeur (2007) é significativo ao demonstrar que a memória e a História têm em comum a interpretação sobre o vivido, mediante suas respectivas representações sobre o passado. Para ele, “a representação historiadora é de fato uma imagem presente de uma coisa ausente, mas a própria coisa ausente desdobra-se em desaparecimento e existência do passado” (Ricoeur, 2007, p. 294). Da mesma forma, a memória das testemunhas reconstrói o vivido pelas experiências no presente. Assim, ambas são representações mediadas pelo presente.

Michel de Certeau (2011) vai observar que os próprios métodos do historiador, lugar de distinção em relação à memória espontânea e coletiva, produzem também essas representações, por meio de uma “operação historiográfica”. Assim, os métodos da História não exprimem uma neutralidade, pois a operação é marcada pelas escolhas de um historiador do presente. Por meio das fontes, o historiador analisa e interpreta um problema situado no tempo e no espaço. Desse modo, Certeau expõe como o discurso histórico é produzido, para que o historiador, consciente das suas escolhas, que necessariamente ensejam ausências e silêncios, possa ter como referência os seus próprios limites nessa representação do passado. Nas palavras de Certeau:

Mesmo intactas em si mesmas, as condutas se inscrevem em outras trajetórias sociais. Obedecem a critérios, classificam-se segundo categorias, visam a objetivos que mudam. Essas questões revelam uma formalidade das práticas (práticas de linguagem, práticas profissionais ou crenças etc.) análoga ao que Pierre Bourdieu chama uma “lógica em estado prático”. Essa formalidade está mais ou menos de acordo com os discursos oficiais ou teóricos; ela os questiona, já que organiza também uma prática de leitura ou da audição, dito de outra forma, uma prática desses discursos, sem falar das práticas que eles esquecem ou exilam. Uma das tarefas da história é medir a distância, ou as relações, entre as formalidades das práticas e das representações; por aí se pode analisar, com as tensões que trabalham uma sociedade na sua espessura, a natureza e as formas de sua mobilidade (Certeau, 2011, p. 165).

O interessante nesta perspectiva é compreender que a História é uma prática profissional que também obedece aos mesmos critérios de um tempo

dos historiadores em termos de relação ou distância. Sendo assim, a própria História torna-se objeto da historiografia.

Nesse debate, Pierre Nora (1993) contribui em outra direção, ao retomar as diferenças entre História e memória estabelecidas por Halbwachs, ele critica a perda dos vínculos sociais comuns promovidos pela memória coletiva, que estariam colapsados por um predomínio do discurso histórico sobre a memória coletiva. Em suas palavras: “no coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a História, cuja verdadeira missão é destruí-la. A história é deslegitimação do passado vivido” (Nora, 1993, p. 9). Nesse sentido, os indivíduos nas sociedades modernas consomem o passado por meio de museus, monumentos e das produções históricas como espectadores e não como partícipes da experiência no tempo. Com isso, com a perda dos vínculos estabelecidos pela memória coletiva há uma profusão de “lugares de memória”, como espaços especializados em armazenar e guardar o passado por meio de arquivos, museus e monumentos.

Ao discordarmos de Nora (1993) sobre essa oposição rígida entre História e memória, concordamos com o dado de que há um excesso de arquivamento que alimenta uma memória cumulativa, ansiosa pelo registro e pela guarda, que está desconectada da experiência e dos vínculos com o passado, mas também do próprio conhecimento histórico. Como analisa Ulpiano Meneses, por exemplo, ao observar a organização dos museus e de seus respectivos objetos como um “teatro da memória”, ele faz uma crítica sobre as formas como o passado é materializado em um espetáculo que pouco dialoga com a produção do conhecimento histórico. Ele afirma que:

Se porventura se quiser apreender o sentido do que ali se passa, é recomendável dirigir-se ao Laboratório da História. Se o Teatro da Memória é um espaço de espetáculo que evoca, celebra e encultura, o Laboratório da História é o espaço de trabalho sobre a memória, em que ela é tratada, não como um objetivo, mas como objeto de conhecimento (Meneses, 1994, p. 41).

Essas questões ganham contornos mais nítidos a partir do momento em que um presente digital acessado pela internet e suas redes sociais multiplica exponencialmente as informações. Como esses dias atuais, então, afetariam a História e a memória?

Paula Sibilia, em estudos sobre comunicação social, denuncia que esse excesso de informações autorreferentes pode interditar a possibilidade de uma

memória sobre o próprio “eu”, impossibilitando qualquer referência identitária. Em vez do diário íntimo do passado, os *blogs* e redes sociais são uma espetacularização dos indivíduos que “exibem uma série de fotos fixas, recortes de instantes colados um após o outro: retratos instantâneos de momentos presentes que vão passando, mas não se articulam e sedimentam para constituir um passado à moda antiga” (Sibilia, 2006, p. 48).

Com isso, a profusão de informações e memórias de tudo e de todos vai inviabilizando um sentido para a memória coletiva e para a História. A fragmentação dos dados impossibilita analisar uma sociedade que acelerou o tempo de forma inédita. Nesse sentido, ocorrem as perdas dos elementos estabilizados de uma esfera pública, como as conversas nos cafés do século XIX (Krznaric, 2024) e, como afirma Empoli (2019, p. 117), “no plano da informação [...], a ideia de uma esfera pública na qual todos são expostos às mesmas informações, como era antes com a leitura de jornais e o ritual do noticiário televisivo, praticamente não existe mais”. Sendo que a verdade é, então, moldada sob medida e ao gosto do freguês, mesmo que ela seja uma manipulação absurda, uma *fake news*, que cumpre sua missão de desagregação e ódio.

Byung-Chul Han (2018) vai além, pois ao afirmar que a informação é cumulativa, mas a verdade é seletiva, ele observa que o excesso de positividade presente na sociedade atual, neste presente digital, revela que os indivíduos perderam sua capacidade de ter uma experiência coletiva. Nesse processo, a própria memória é afetada. Ela deixa de ser um espaço social e passa a funcionar como um depósito, onde se acumulam informações em aparatos digitais, sem qualquer interpretação.

Ao contrário da memória coletiva, que é moldada por seu vínculo com a história e passa por reinterpretações constantes, a memória das redes sociais se reduz ao simples armazenamento. Na lógica atual de acúmulo, a memória se parece mais com um depósito repleto de informações desconexas e em excesso, sem ordem e sentido. Como consequência, essa forma de memória sem ser tratada pela História é incapaz de se lembrar de si mesma, de esquecer seletivamente ou de reorganizar o passado com sentido, exatamente como o Ireneo Funes, de Borges (2007).

Para concluir

A profusão de memórias seria também um sintoma de uma História que também se fragmentou? O debate é intenso, pois escrevemos em um momento no qual o debate historiográfico enfrenta os desafios de uma História Social que compreenda as particularidades das culturas e as agências dos sujeitos e, da mesma forma, de uma História Cultural que tenha que levar em consideração as estruturas e processos sociais (Aróstegui, 2006). Enfim, depois das avalanches “pós-modernistas” sobre a História que decretaram açodadamente o seu fim e a igualaram à literatura, os historiadores compreenderam que as verdades são convenientes, são construções, mas isso não quer dizer que renunciam ao firme propósito de produzir um conhecimento verificável “como qualquer outro que pretenda ser científico e não ficcional” (Aróstegui, 2006, p. 245). Desse modo, a História continuará relevante nas interpretações sobre as sociedades, pois a interpretação da linguagem no tempo é impreterível para compreender o sentido das palavras e das memórias, pois os documentos produzem memórias e os historiadores produzem sentidos, mesmo quando tudo está sem sentido em um presente memorioso e, paradoxalmente, sem memória.

Como, então, podemos entender que nosso GTT trata somente de memórias? As memórias são um material relevante para o conhecimento histórico, mas, sem a interpretação dos historiadores, se estabelecem como fragmentos sem sentido. Sempre fomos o “GTH”, somos os historiadores da Educação Física e do esporte. Precisamos assumir essa disciplinaridade, assim como fizeram outros GTTs. Não pode haver barreiras para isso no CBCE, porque nós somos a entidade. O preço de uma direção contrária é a fuga de pesquisadores(as) para outros espaços e entidades científicas. O resto é história!

Referências

- ARÓSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.
- BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Tradução de Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Ficha de Avaliação – 2025 – Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional*. Brasília: MEC-CAPES, 2025.

CASSANI, Juliana Martins; SANTOS, Wagner dos; CARNEIRO, Felipe Ferreira Barros; CARVALHO, Lucas Oliveira Rodrigues de; FERREIRA NETO, Amarílio. Práticas científicas em circulação no GTT Memórias da Educação Física e Esporte do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (2005-2017). *Retos: Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación*, n. 38, p. 472-481, 2020.

CBCE. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. *Estatuto do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Uberlândia: CBCE, 2024.

CBCE. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. *Regimento dos Grupos de Trabalhos Temáticos*. Recife: CBCE, 2007.

CEME. Centro de Memória da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS. *Folder do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte*. Porto Alegre: CBCE, 2005. Logotipo. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/40768>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHAVES, Elisângela; FREITAS, Gustavo da Silva; PINTO, Joelcio Fernandes; PEREIRA, Mateus Camargo; FIGUEIREDO, Priscilla Kelly; CHAVES JUNIOR, Sergio Roberto. A produção do conhecimento em circulação no GTT Memórias da Educação Física e Esporte: análises a partir dos CONBRACEs/CONICEs (2009 a 2017). In: BAÍA, Anderson da Cunha; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; LARA, Larissa Michelle (Orgs.). *Ciências do Esporte, Educação Física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE*. v. 2. Memórias da Educação Física e esporte. Natal: EDUFRN, 2020.

CHAVES, Elisângela; FREITAS, Gustavo da Silva; PINTO, Joelcio Fernandes; FIGUEIREDO, Priscilla Kelly; CHAVES JUNIOR, Sergio Roberto. Índícios e análises da produção em circulação no GTT Memórias da Educação Física e Esporte nos CONBRACEs/CONICEs de 2009 a 2013. In: RECHIA, Simone; SILVA, Paula Cristina da Costa; ALMEIDA, Felipe Quintão de; CHAVES-GAMBOA, Márcia Ferreira; GOIS JUNIOR, Edivaldo; ORTIGARA, Vidalcir; TARTARUGA, Marcus Peikriszwili; PACHECO NETO, Manuel (Orgs.). *Dilemas e desafios da pós-graduação em Educação Física*. v. 1. Ijuí: Unijuí, 2015.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Plataforma Lattes*. 2025a. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Chamada CNPq nº 18/2024 – Bolsas de Produtividade Resultado Final*. Brasília: CNPq, 2025b.

CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 10., 1997, Goiânia, GO. *Anais...* Goiânia: UFG, 1997. 2 v. 1620 p.

CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 14., 2005, Porto Alegre, RS. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2005. 3803 p.

EMPOLI, Giuliano da. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018.

KRZNARIC, Roman. Domando as redes sociais. In: KRZNARIC, Roman. *História para o amanhã: inspirações do passado para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Difel, 2024.

LANGLOIS, Charles Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux Études Historiques*. Paris: Editions Kimé, 1992. Disponível em: http://classiques.ugac.ca/classiques/langlois_charles_victor/intro_etudes_historiques/seignobos_etudhisto.pdf. Acesso em: 10 jul. 2011.

MACEDO, Christiane Garcia; GOELLNER, Silvana Vilodre; SILVA, André Luiz dos Santos. O movimento de constituição dos centros de memória da educação física das universidades federais brasileiras e sua interlocução com o CBCE. In: BAÍA, Anderson da Cunha; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; LARA, Larissa Michelle (Orgs.). *Ciências do Esporte, Educação Física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE*. v. 2. Memórias da Educação Física e esporte. Natal: EDUFRN, 2020.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história. A exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, v. 2, p. 9-42, 1994.

MORENO, Andrea; ROSA, Maria Cristina; SEGANTINI, Verona Campos. O GTT Memórias da Educação Física e Esporte do CBCE: uma análise a partir das práticas e da produção (1989-2005). In: CARVALHO, Yara Maria de; LINHALES, Meily Assbú (Orgs.). *Política científica e produção do conhecimento em Educação Física*. Goiânia: CBCE, 2007. p. 245-300.

MORENO, Andrea; ROSA, Maria Cristina. Conversa com a professora Eustáquia Salvadora de Sousa: formação, atuação e experiências no CBCE. In: BAÍA, Anderson da Cunha; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; LARA, Larissa Michelle (Orgs.). *Ciências do Esporte, Educação Física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE*. v. 2. Memórias da Educação Física e esporte. Natal: EDUFRN, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. *História: Questões & Debates*, v. 68, n. 1, p. 18-56, 2020.

NIETZSCHE, Friedrich. *Da utilidade e do inconveniente da história para a vida*. São Paulo: Lafonte, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, silêncio, esquecimento. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RANKE, Leopold von. *Ranke: história*. Organização, seleção e prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Ática, 1979.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

SIBILIA, Paula. A vida como relato na era do *fast-forward* e do *real time*: algumas reflexões sobre o fenômeno dos blogs. *Em Questão*, v. 11, n. 1, p. 35-51, 2006.

SOUSA, Eustáquia Salvadora. *Meninos, à marcha! Meninas, à sombra!*: a história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994). 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

TERRA, Vinícius Demarchi; GÓIS JUNIOR, Edivaldo; SOARES, Carmen Lúcia. O CBCE, as políticas, as ciências: trajetórias de uma história institucional. In: BAÍA, Anderson da Cunha; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; LARA, Larissa Michelle (Orgs.). *Ciências do Esporte, Educação Física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE*. v. 2. Memórias da Educação Física e esporte. Natal: EDUFRN, 2020.

CAPÍTULO 5

DESAFÍOS Y POTENCIALIDADES DEL GTT MEMORIAS DE LA EDUCACIÓN FÍSICA Y DEL DEPORTE – PERSPECTIVAS FUTURAS DE INTERNACIONALIZACIÓN

Paola Dogliotti

Introducción

El presente trabajo se propone abordar la internacionalización de la producción de conocimiento en el campo de la historia de la educación del cuerpo, la educación física y el deporte, en especial, cómo se ha dado este proceso en el marco del Grupo de Trabajo Temático (GTT) Memorias de la Educación Física y del Deporte del Congreso Brasileño de Ciencias del Deporte (CONBRACE). Hasta la edición número doce se caracterizó como un evento nacional que buscaba la participación de investigadores, docentes y estudiantes de todos los estados de Brasil. A partir del año 2003 se realizó la primera edición del Congreso Internacional de Ciencias del Deporte (CONICE) como señal de desarrollo de políticas de internacionalización y cooperación internacional del organismo. El CONBRACE se ha organizado en torno a grupos de trabajo temáticos como estructura académica de funcionamiento. El GTT Memorias de la Educación Física y el Deporte funciona desde el año 2005, y ya desde esta edición contó con la presencia de investigadores extranjeros (Quitau, Dogliotti y Scharagrodsky, 2020).

El presente trabajo se estructura en cuatro apartados, en el primero a partir de una presentación del concepto de internacionalización se presentan algunas caracterizaciones y desafíos en torno a una internacionalización solidaria que contribuya a la integración regional y a la cooperación entre los países latinoamericanos. En un segundo apartado se realiza una aproximación a los principales indicios de internacionalización en el campo de la historiografía de la educación física y el deporte. El tercer apartado problematiza las políticas de internacionalización a partir de antecedentes de investigación y del análisis de los

cronogramas del GTT Memorias de la Educación Física y del Deporte (2005-2025). En el cuarto y último apartado se presentan los principales desafíos y tensiones que emergen del cruce entre la visión adoptada respecto a una internacionalización solidaria y las potencialidades del GTT para su concreción.

Algunos puntos de partida para pensar la internacionalización

En los últimos treinta años la internacionalización ha sido un tema clave en las políticas universitarias a nivel global. Ha crecido y se ha diversificado y complejizado con el avance de los cambios tecnológicos. Se ha convertido en una política central de las universidades que implica múltiples aristas y ubica en el centro la circulación y producción de conocimiento, en especial, en América Latina, a través de las tres funciones universitarias: investigación, enseñanza y extensión. La internacionalización reúne entre sus principales actividades la movilidad e intercambio de investigadores, docentes, estudiantes de grado y posgrado, la realización de proyectos de investigación y extensión conjunta entre grupos de diferentes países, co-publicaciones científicas, la conformación de redes en sus múltiples modalidades. Entre los principales indicadores que las universidades han usado para evaluar las políticas de internacionalización se destacan: la existencia de un plan de internacionalización; el porcentaje de presupuesto dedicado a estas políticas; estudiantes extranjeros en programas presenciales de posgrado; estudiantes de grado en programas de movilidad internacional; programas docentes acreditados a nivel internacional; programas de posgrado con colaboración docente internacional; proyectos de investigación con participación de investigadores extranjeros; publicaciones científicas en revistas internacionales indexadas; co-publicaciones internacionales en revistas indexadas; programas docentes impartidos en el extranjero; docentes en órganos directivos de asociaciones, redes y comités internacionales; y premios internacionales recibidos por la institución o por sus docentes (Sebastián, 2011).

La mercantilización de la educación superior en un mundo globalizado y desigual ha llevado a que la internacionalización se convierta según Altbach y Knight (2006, p. 14) en una “educación comercial transfronteriza”, “un negocio jugoso que implica ganancias considerables para las universidades y otros proveedores”. En esta línea, resulta imperioso analizar y revertir “los aspectos colonialistas que la internacionalización puede asumir por medio de la mercantili-

ción de la enseñanza superior y del aumento de la brecha entre los países hegemónicos y periféricos” (Finardi, Guimarães y Mendes, 2020, p. 18). La internacionalización requiere de un análisis que no soslaye las desigualdades en la distribución de conocimiento entre países y regiones, y, por el contrario, pueda ser pensada en términos de fortalecer a los países menos desarrollados para mejorar y disminuir esas brechas. En un mundo globalizado y neoliberal, atravesado por fuertes inequidades, con gran avance de las tecnologías digitales, ¿cómo pensar la internacionalización sin contribuir a agudizar las desigualdades en sus múltiples dimensiones de raza, género, clase, capacitismo? ¿Cómo fortalecer las políticas de internacionalización universitarias desde una mirada decolonial que contemple las singularidades regionales y locales?

El concepto de internacionalización solidaria se ha puesto en el centro de las discusiones sobre el tema, sobre todo, en los países del sur, “por medio de la integración y colaboración regional para pensar localmente y a partir de eso actuar globalmente de manera de que pueda ser disminuida la desigualdad y deconstruir la lógica jerárquica dominante” (Finardi, Guimarães y Mendes, 2020, p. 18). En este marco, resulta central pensar este concepto como modo de profundizar la solidaridad e integración latinoamericana y caribeña, entendido como:

El conjunto de acciones cooperativas con instituciones de otros países para el mutuo beneficio, para ampliar las posibilidades de incrementar el conocimiento y el desarrollo en otras culturas, posibilidades de acuerdos para el establecimiento de programas conjuntos de intercambio y movilidad que incrementen el sentimiento de pertenencia a la región y enriquezcan la formación de los estudiantes, docentes e investigadores (Zarur, 2008, p. 187).

Una manera de operativizar este concepto es a través de la cooperación internacional universitaria, entendida como una serie de acciones promovidas por las instituciones de educación superior donde sus políticas y gestiones ubican en el centro la colaboración y asociación en sus funciones centrales de enseñanza, investigación y extensión (Sebastián, 2004). Para esto, las redes de colaboración interinstitucional que se basen en la internacionalización solidaria deben:

Confrontar los valores hegemónicos de la globalización y de la internacionalización pasiva y acrítica. Esto es porque tales redes son elementos importantes para la integración regional y para la internacionalización solidaria. Además, dichas redes tienen el potencial

de contrarrestar fuerzas hegemónicas de la internacionalización en el Norte Global por medio de la integración y articulación regional con acuerdos más equilibrados y bilaterales para las universidades involucradas (Finardi, Guimarães y Mendes, 2020, p. 18).

En este marco es que el Grupo de Trabajo Temático (GTT) Memorias de la Educación Física y el Deporte puede ser analizado como un dispositivo concreto de regionalización entre las y los investigadores de las universidades públicas de los países que han participado: Brasil, Argentina y Uruguay. “La regionalización puede promover la superación de barreras, constituyéndose un motor de la internacionalización” (Finardi, Guimarães y Mendes, 2020, p. 4).

La internacionalización en la historiografía de la educación física y el deporte

La internacionalización en el campo de la educación física no es un tema sobre el cual se tenga demasiada producción; sin embargo, está comenzando a ser un asunto en la agenda internacional en los últimos años (Castro-García, Moreno Doña y Barquero-Ruiz, 2025; Quiroga, 2013; Saraví, 2018; Culp, Lorusso y Viczko, 2021). Sostenemos junto a Saraví (2018, p. 508) que:

La realización de congresos y eventos científicos que nuclean a profesores e investigadores de diferentes países, ha contribuido de manera significativa a la concreción de estos procesos de internacionalización. Entre algunos que han señalado jalones en ese sentido, podemos mencionar: a) El CONBRACE - Congreso Brasileño de Ciencias del Deporte - (organizado por el Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte), que se realiza de manera rotativa en diferentes ciudades de Brasil; b) Expomotricidad (organizada por la Universidad de Antioquia), en Medellín, Colombia; c) Los Congresos Argentinos de Educación Física (organizados por la Universidad Nacional de La Plata), en Argentina. En esos casos, la publicación de Actas ha generado intercambios luego. Estos Congresos han servido para iniciar lazos y consolidar puentes que han fortalecido vínculos institucionales internacionales.

Si bien los congresos y eventos científicos son un lugar importante para la promoción de la internacionalización, y en ese sentido, los nombrados precedentemente han sido los centrales en el campo de la educación física a nivel de los países latinoamericanos, estos pueden ser analizados en términos de los efectos que producen o de redes de intercambio más estables. En esta línea, Culp, Lorusso y Viczko (2021) destacan cuatro vías de internacionalización de la educación física y el deporte: integración de perspectivas internacionales en

los planes de estudio y programas curriculares; programas de intercambio para estudiar en contextos internacionales; promoción de colaboraciones con equipos internacionales, revistas o asociaciones; y movilidad de estudiantes o académicas internacionales.

En el ámbito específico de la historiografía, los Congresos Iberoamericanos de Historia de la Educación Latinoamericana (CIHELA) se han configurado como un lugar propicio de nucleamiento de investigadores del campo de la educación física que abordan temáticas referidas a la historia de la educación de los cuerpos y la educación física. En Dogliotti *et al.* (2024) se analizan las producciones académicas sobre historia de la educación de los cuerpos en los CIHELA de Buenos Aires 2007 (VIII), Rio de Janeiro 2009 (IX), Toluca 2014 (XI), Montevideo 2018 (XIII) y Lisboa 2021 (XIV). Se muestra el afianzamiento de un campo académico de historia de la educación de los cuerpos en Latinoamérica a partir de la conformación de redes de trabajo que derivaron en significativas publicaciones en el área, con investigadores provenientes de Brasil, Uruguay, Argentina, Colombia y México, entre los principales. Entre los principales hallazgos, este estudio concluye que los procesos de internacionalización estuvieron más presentes en las indagaciones locales de cada uno de los países involucrados en los últimos diez años, con periodizaciones que se complejizaron y matizaron a partir de la adopción de perspectivas transnacionales en varias investigaciones del campo.

Actualmente, han surgido otras redes de internacionalización en Iberoamérica, donde los investigadores que abordan temáticas relativas a la historia de la EF y el Deporte circulan en esta región: la Red de Historia de las Mujeres y el Deporte (RIHMUD), que reúne varios grupos de investigación de España y Latinoamérica, y tiene su epicentro y financiamiento en España; la Red de Estudios Históricos del Deporte en América Latina (REHDAL), de más reciente conformación, que reúne fundamentalmente investigadores de América Latina.

Otro aspecto a destacar es el incremento, en los últimos diez años, de la presencia de investigadores latinoamericanos en dos de los congresos de mayor reconocimiento mundial en el área de la historia de la educación física y el deporte: The International Society for the History of Physical Education and Sport (ISHPES) y The North American Society for Sport History (NASSH). No es menor mencionar que se han insertado al comité académico de ambas instituciones investigadores de nuestra región, y en el presente año fue elegida una investiga-

dora brasileña como presidenta de ISHPES. A su vez, se han incrementado en los últimos años publicaciones científicas, tanto en formato libro como en dossiers de revistas arbitradas, en coautoría entre investigadores de la región, fundamentalmente, Brasil, Argentina y Uruguay¹. Otro aspecto, que da cuenta de la internacionalización, son las publicaciones en inglés donde intervienen investigadores de nuestra región ya sea en revistas extranjeras de alto impacto como la del ISHPES o en compilaciones de libros.² Por otra parte, esto ha permitido también el aumento de investigadores como evaluadores de artículos en las revistas mencionadas.

La internacionalización del GTT Memorias de la Educación Física y del Deporte

En un trabajo anterior (Quitau, Dogliotti y Scharagrodsky, 2020) se rastreó la participación de investigadores extranjeros en las actividades del GTT Memorias de la Educación Física y del Deporte en las ediciones del CONBRACE/CONICE en el período 2005 (primera edición después de la creación del GTT) a 2017. A partir de estos datos, de la información recabada de los cronogramas de las ediciones siguientes (2019-2025) y de datos proporcionados por la coordinación actual del GTT,³ se abordan en el presente apartado aspectos relacionados con la presencia de extranjeros en los comités ampliados y/o científicos y en la presentación de trabajos en la modalidad de ponencias y/o pósteres.

Como se muestra en el cuadro n. 1 a continuación, desde la gestión 2007-2009 hay presencia de investigadores extranjeros en los comités ampliados del GTT y a partir de la gestión 2017-2019 en los comités científicos del GTT.

Cuadro 1 – Extranjeros vinculados al comité científico y/o ampliado del GTT.

Gestión	Cantidad de Extranjeros	Nombres	Institución/país	Vínculo
2007-2009	1	Pablo Scharagrodsky	UNLP/UNQ Argentina	Comité Ampliado
2009-2011	2	Raumar Rodríguez Pablo Scharagrodsky	Udelar Uruguay UNLP/UNQ Argentina	Comité Ampliado

1. A modo de ejemplo, la serie de publicaciones compiladas por Levoratti y Scharagrodsky (2024).

2. Un ejemplo es la compilación de un libro sobre Uruguay desde una perspectiva transnacional (Cameselle y Sharnak, 2024).

3. Agradecemos la información brindada por Bruno Duarte Rei.

Gestión	Cantidad de Extranjeros	Nombres	Institución/país	Vínculo
2011-2013	0			
2013-2015	1	Raumar Rodríguez	Udelar Uruguay	Comité Ampliado
2015-2017	2	Raumar Rodríguez Gianfranco Ruggiano	Udelar Uruguay	Comité Ampliado
2017-2019	1	Paola Dogliotti Evelise Quitzau	Udelar Uruguay	Comité Científico
2019-2021	1	Paola Dogliotti	Udelar Uruguay	Comité Científico
2021-2023	1	Paola Dogliotti	Udelar Uruguay	Comité Científico
2023-2025	0			

Nota: Cabe aclarar que Evelise Amgarten Quitzau, incluida en la gestión 2017-2019 por su vínculo institucional con la Udelar, es brasileña radicada en el exterior y no se contabiliza como investigadora extranjera en sentido estricto.

Fuente: Información recuperada de Quitzau, Dogliotti y Scharagrodsky (2020, p. 111), basada en los anales de las ediciones 2005 a 2015 y elaboración personal a partir de información proporcionada por Bruno Duarte Rei.

De la lectura del cuadro se puede conjeturar que la presencia de extranjeros no es del todo constante en el comité científico y se circunscribe solo a Uruguay. En la edición 2025 no ha habido presencia de extranjeros en el comité científico, si bien es el año en el que, como se muestra en el cuadro n. 2 a continuación, se registra la mayor presencia de trabajos extranjeros, todos pertenecientes a la Udelar, Uruguay.

Cuadro 2 – Trabajos de extranjeros en el CONBRACE/CONICE (2005-2025).

Edición del congreso	Autores	Institución/País	Cantidad de trabajos del GTT
2005	Raumar Rodríguez	Udelar/Uruguay	31
2007	Pablo Scharagrodsky	UNLP/ UNQ Argentina	26
2009	Pablo Scharagrodsky	UNLP/ UNQ Argentina	30
2011	Pablo Scharagrodsky	UNLP/ UNQ Argentina	37
2013	-----	-----	38
2015	Gianfranco Ruggiano	Udelar/Uruguay	59
2017	Eduardo Galak Pablo Kopelovich	UNLP/Argentina UNLP/Argentina	43

Edición del congreso	Autores	Institución/País	Cantidad de trabajos del GTT
2019	Paola Dogliotti Evelise Quitzau	Udelar/Uruguay	49
2021	Rodríguez, R. y Seré, C Eduardo Galak	Udelar/Uruguay UNLP/Argentina	32
2023	-----	-----	48
2025	Gianfranco Ruggiano Lorena Fernández José Estévez Alberto Mallada Gabriela Rodríguez Matías Martínez Rodrigo Rohrer	Udelar/Uruguay Udelar/Uruguay Udelar/Uruguay Udelar/Uruguay Udelar/Uruguay Udelar/Uruguay Udelar/Uruguay	67

Fuente: Información recuperada de Quitzau, Dogliotti y Scharagrodsky (2020, p. 111), basada en los anales de las ediciones 2005 a 2015 y elaboración personal a partir de las ediciones 2017-2025 basada en los cronogramas del GTT.

Por otra parte, de la lectura del cuadro se puede apreciar que la proporción de extranjeros es relativamente escasa y estable, a excepción del último evento. Esto puede dar indicios de que el GTT Memorias de la Educación Física y el Deporte sea más una instancia nacional que internacional. Sin embargo, como ya lo señalaba Moreno (2016), la presencia de extranjeros, tanto de forma esporádica como más sistemática, se fue tejiendo a partir de intercambios internacionales entre grupos de investigación estables, fundamentalmente de universidades públicas de la región. “Ressalta-se, igualmente, a presença de pesquisadores(as) estrangeiros no GTT, inclusive como parte de seu comitê científico – o que revela uma interlocução perene com esses pesquisadores(as)” (Moreno, 2016, p. 59).

En un trabajo anterior sosteníamos que si se analizaran los motivos de “la ausencia en los últimos años, de los principales referentes y que en su momento fueron los impulsores de la producción historiográfica brasileña en el GTT, [...] ello redundaría en una mayor y mejor inserción internacional del GTT” (Quitza, Dogliotti y Scharagrodsky, 2020, p. 115). Esto no se ha logrado al día de hoy, quizás el recambio generacional sea uno de los factores que esté incidiendo y sean los investigadores formados por esos referentes los que mayor presencia ocupan en el GTT.

Otro aspecto a destacar es que la mayoría de los vínculos internacionales se establecen con Argentina y Uruguay. Entre los factores que pueden contribuir a su mayor presencia se destacan la mayor cercanía geográfica con esos países,

los contactos a través de redes de investigación estables, el intercambio entre grupos de investigación a través de la movilidad de estudiantes, en su mayoría de posgrado, y el hecho de que son países que van teniendo un campo consolidado en la historiografía de la educación física y el deporte en relación a otros países de la región. La escasez de investigadores argentinos en los últimos años se puede deber a dos factores concomitantes, por un lado, la situación de crisis económica y de ajuste fiscal y retiro de recursos a las universidades públicas que está sufriendo Argentina; por el otro, la no concurrencia de los referentes del campo de la historiografía de Brasil tuvo como efecto la no presencia de esos mismos referentes del lado argentino.

Otro aspecto a destacar es que las instituciones extranjeras de pertenencia de los investigadores extranjeros están circunscriptas a tres instituciones universitarias públicas, Universidad de la República para el caso uruguayo y la Universidad Nacional de La Plata y la Universidad Nacional de Quilmes para el caso argentino. Esto no es menor a la hora de pensar en términos de la no presencia de universidades privadas extranjeras en el campo de la historiografía de la educación física y el deporte. La consolidación de una internacionalización basada en recursos estatales públicos a través del GTT podría ser algo a valorar y continuar profundizando en las próximas décadas, en línea con la promoción de una internacionalización solidaria.

A su vez, los avatares y crisis económicas que están sufriendo los investigadores argentinos, como se expresó precedentemente, no pueden dejar de ser leídos en términos de su ausencia en el actual GTT. Quizás la exoneración de los costos de la matrícula deba ser un asunto a ser repensado para futuras ediciones en caso de que la situación crítica persista, como lo han hecho otros países. A modo de ejemplo, Uruguay, a partir de resoluciones específicas del Consejo Directivo Central de la Udelar, ha exonerado a los investigadores argentinos de la matrícula en todos los congresos organizados en el marco de la Udelar y se ha promovido con fondos de la Comisión Sectorial de Investigación Científica la invitación de los mismos investigadores, lo que habla de ejemplos concretos de internacionalización solidaria.

Si pensamos algunas claves de internacionalización del GTT desde un enfoque de género, la presencia de mujeres extranjeras tanto en el comité científico como en la presentación de trabajos se produce recién en la gestión 2017-2019. Esto debería ser una política a ser incorporada en forma sistemática, a partir de

una mirada de género y de otras interseccionalidades como raza, capacitismos, que deconstruya formas y modos de relacionamiento internacional entre los países de la región.

En un trabajo anterior sosteníamos que “aunque en otros espacios académicos si existen, en el GTT ‘Memórias da Educação Física e Esporte’ no hubo presentaciones que retomen indagaciones transnacionales que pesquisen al mismo tiempo a varios países latinoamericanos” (Quitau, Dogliotti y Scharagrodsky, 2020, p. 114). Sin embargo, en la edición 2025 es donde se observa una mayor presencia de temáticas trasnacionales, cinco trabajos presentan esta dimensión en el título del trabajo. A su vez, como se describió en el apartado anterior, han proliferado en los últimos años investigaciones en coautoría sobre trayectorias, tránsitos, circulaciones de referentes del campo de la educación física y el deporte en esta región; así como también, han emergido diversos enfoques trasnacionales en el abordaje de este campo: la mirada de lo local en su vinculación con lo global en términos de juegos e intercambios horizontales entre las diversas regiones, con fronteras porosas y en múltiples escalas policéntricas en interacción (Arata y Pineau, 2019).

Consideraciones finales: internacionalización e interdisciplinariedad como desafíos futuros

En un trabajo anterior, cinco años atrás, destacábamos algunas áreas de vacancia a partir del análisis de las principales temáticas abordadas por el GTT:

Identificamos [...] algunas discusiones que están presentes en otros contextos y que debieran ser atendidas en los próximos tiempos, como el abordaje de los procesos de escolarización para cuerpos abyectos, al decir de Judith Butler, como las personas trans o no-binarias, las dimensiones que envuelve la violencia escolar para formar cuerpos, especialmente relacionadas con el *bullying*, las normalizaciones sobre los cuerpos otros (como flacos/gordos o las personas con discapacidad) no solo desde las implicaciones medicalizadoras, sino desde una mirada integral, así como los silencios ensordecedores que atraviesan las cuestiones raciales en los contextos educacionales. Entendemos que una agenda de investigaciones en historia de la educación de los cuerpos no puede ser apolítica, por el contrario, debe procurar contribuir a la construcción emancipatoria, democrática, igualitaria y de calidad (Dogliotti, Quitau y Scharagrodsky, 2024, p. 237).

Desde lo enunciado, consideramos que debemos seguir transitando en esta línea, que todavía queda mucho por recorrer. Si bien los estudios de género y la historia de las mujeres en la educación física y los deportes constituyen uno de los temas que más ha crecido en estos años, deberíamos seguir indagando algunas áreas de vacancia en relación a la diversidad sexual en la historia, los capacitismos, los enfoques decoloniales y las afectaciones de los nuevos materialismos feministas no fundacionalistas (Martínez, 2021) al campo de la historiografía de la educación física y el deporte.

Resulta un desafío cómo replantearse algunos aspectos referidos al papel que ha tenido el CONBRACE y el GTT en términos de internacionalización sin perder la especificidad local del pueblo brasileño. Para ello se requieren formas creativas de relación del GTT con los equipos que realizan investigación, enseñanza y extensión en las universidades, en especial las públicas, pero también en diálogo con otras esferas de la sociedad como el sistema educativo y las organizaciones de la sociedad civil, entre las más importantes.

Si bien el GTT no es el lugar donde se expresan las principales redes de investigación a nivel latinoamericano, sí ha sido un espacio donde las y los principales referentes del campo de la historiografía a nivel de Brasil y en parte (no todos) a nivel regional han transitado, sobre todo, en las primeras décadas de su desenvolvimiento. En este sentido, para futuras ediciones, puede resultar de interés buscar estrategias para convocar a las y los referentes, a través del armado de mesas redondas, para que puedan dar cuenta por medio de diversos recursos tecnológicos, y no solo de forma escrita, de un balance de la construcción teórica y epistemológica del campo de la historia de la educación del cuerpo, de la educación física y el deporte y su impacto en términos de internacionalización, en especial a partir de una concepción solidaria y de cooperación entre los países latinoamericanos.

A partir de lo expuesto se presenta muy necesario “el fortalecimiento y viabilidad de las instituciones públicas y locales ante la privatización y la comercialización transnacional, la internacionalización de licencias y certificaciones de las instituciones transnacionales a través de organismos multilaterales, acuerdos regionales y locales” (Quiroga, 2013, p. 7). En la misma línea, concluimos junto a Castro-García, Moreno Doña y Barquero-Ruiz (2025), que:

Los procesos de internacionalización emergen al alero del sistema que acoge a las instituciones académicas (e.g., Luguetti *et al.*, 2022).

Nos referimos, pues, al sistema capitalista, sexista y colonial (Ahmed, 2017; González-Calvo, 2020a; Noll, 2019). Es desde aquí que planteamos la necesidad de analizar, críticamente, ese proceso de internacionalización basado en la movilidad académica, y cómo dichas experiencias van configurando nuevas subjetividades que podrían ir desplegando otras formas de hacer y entender la vida académica y la educación física (p. 615).

Referencias

- ALTBACH, Philip; KNIGHT, Jane. Visión panorámica de la internacionalización en la educación superior: motivaciones y realidades. *Perfiles educativos*, v. 28, n. 112, p. 13-39, 2006.
- ARATA, Nicolás; PINEAU, Pablo (Coords.). *Latinoamérica: la educación y su historia. Nuevos enfoques para su debate y enseñanza*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2019.
- CAMESELLE-PESCE, Pedro; SHARNAK, Debbie (Orgs.). *Uruguay in Transnational Perspective*. Routledge Studies in the History of the Americas. New York: Routledge, 2024.
- CASTRO-GARCÍA, Marina; MORENO DOÑA, Alberto; BARQUERO-RUIZ, Carmen. Internacionalización, amor relacional y crítica decolonial: dialogando para la transformación de la academia y la educación física. *Journal of Teaching in Physical Education*, v. 44, n. 3, p. 614-623, 2025.
- CULP, Brian; LORUSSO, Jenna; VICZKO, Melody. Considering the State and Status of Internationalization in Western Higher Education Kinesiology. *International Journal of Kinesiology in Higher Education*, v. 5, n. 2, p. 31-44, 2021.
- DOGLIOTTI MORO, Paola; GALAK, Eduardo; SCHARAGRODSKY, Pablo; TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Historia de la educación de los cuerpos en Iberoamérica: reflexiones sobre una temática en construcción. *Historia y Memoria de la Educación*, n. 20, p. 219-241, 2024.
- QUITZAU, Evelise Amgarten; DOGLIOTTI MORO, Paola; SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel. El GTT "Memórias da Educação Física e Esporte" como espacio para el establecimiento de diálogos internacionales y recepción de investigadores en el CBCE/Brasil. In: BAÍA, Anderson da Cunha; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; LARA, Larissa Michelle (Orgs.). *Ciências do Esporte, Educação Física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE*. v. 2. Memórias da Educação Física e esporte. Natal: EDUFRN, 2020.
- FINARDI, Kyria Rebeca; GUIMARÃES, Felipe Furtado; MENDES, Ana Rachel. Pensando la internacionalización (crítica) de la enseñanza superior brasileña. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, v. 6, p. 1-23, 2020.
- GTT Memórias da Educação Física e Esporte. Programação. XX CONBRACE e VII CONICE. CBCE, Goiânia, 2017.

GTT Memórias da Educação Física e Esporte. Programação. XXI CONBRACE e VIII CONICE. CBCE, Natal, 2019.

GTT Memórias da Educação Física e Esporte. Programação. XXII CONBRACE e IX CONICE. CBCE, 2021.

GTT Memórias da Educação Física e Esporte. Programação. XXIII CONBRACE e X CONICE. CBCE, Fortaleza, 2023.

GTT Memórias da Educação Física e Esporte. Programação. XXIV CONBRACE e XI CONICE. CBCE, São Paulo, 2025.

LEVORATTI, Alejo; SCHARAGRODSKY, Pablo (Orgs.). *Producción, circulación y traducción transnacional de ideas y expertos en la Cultura Física y la Educación Física: Los casos de Argentina, Brasil, Chile y Uruguay (1930-1980)*. Argentina: IdIHCS, 2024.

MARTÍNEZ, Ariel. Prólogo. In: WILSON, Elizabeth. *Feminismo de las tripas*. La Plata: Club Hem, 2021.

MORENO, Andrea. Memória, corpo e cultura: territorialidade e diversidade dos campos de pesquisa e as interfaces com o CBCE nos últimos 10 anos. In: SILVA, Paula Cristina da Costa; GEREZ, Alessandra Galve; NASCIMENTO, Ana Claudia Silverio; SILVA, Bruno de Oliveira e; LOUREIRO, Fábio Luiz; ALMEIDA, Felipe Quintão de; MACHADO, Gabriela Cardoso; GOMES, Ivan Marcelo; COSTA, Juliana Moreira da; MORO, Luize; COSTA, Marcelo Adolfo Duque Gomes da; RECHIA, Simone (Orgs.). *Territorialidade e diversidade regional no Brasil e América Latina: suas conexões com a Educação Física e as Ciências do Esporte*. v. 2. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2016.

QUIROGA, Sergio Ricardo. Internacionalización y globalización de la educación. Inter cruces, tensiones y desafíos de la Educación Física. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, año 17, n. 176, 2013.

SARAVÍ, Jorge Ricardo. La internacionalización de la educación física académica en América Latina. Perspectivas y desafíos desde las universidades. Expomotricidad 2018. Revisión teórica y/o académica. Universidad de Antioquia. 3ª Conferencia Internacional de formación universitaria del profesorado de la Educación Física, Deporte, Recreación y afines. Problematicación de la formación en el contexto de la relación: universidad-educación-sociedad. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.cin.edu.ar/server/api/core/bitstreams/a55afb7a-61d1-451e-b5e9-a3e8523c3e2c/content>>. Acesso em: 29 jun. 2026.

SEBASTIÁN, Jesús. Dimensiones y métrica de la internacionalización de las universidades. *Universidades*, n. 51, p. 3-16, 2011.

SEBASTIÁN, Jesús. *Cooperación e internacionalización de las universidades*. Buenos Aires: Biblos, 2004.

ZARUR MIRANDA, Xiomara. Integración regional e internacionalización de la educación superior en América Latina y el Caribe. In: GAZZOLA, Ana Lúcia; DIDRIKSSON, Axel (Eds.). *Tendencias de la educación superior en América Latina y el Caribe*. Caracas: IESALC-UNESCO, 2008. p. 179-240.

ANEXO 1

POLÍTICA INTERNA DE MEMÓRIA DO GRUPO DE TRABALHO TEMÁTICO 10 – MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE¹

Apresentação

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), fundado em 1978, é uma entidade científica que reúne pesquisadores(as) das áreas de Educação Física e Ciências do Esporte. Estruturado em Secretarias Estaduais e Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs), sob a liderança de uma Direção Nacional, o CBCE possui representações em órgãos governamentais estratégicos e é afiliado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), seu principal evento científico, realizado bi-anualmente, figura entre os mais importantes do país (Colégio..., 2024a).

Os GTTs, como instâncias organizativas do CBCE, têm a responsabilidade de reunir pesquisadores(as) com interesses em temas comuns, promovendo a reflexão, produção e difusão de conhecimento científico. Essas instâncias também sistematizam a produção intelectual com o intuito de orientar as ações políticas das instâncias executivas da entidade. Cada GTT conta com um Comitê Científico formado por pesquisadores(as) que possuem, no mínimo, o título de mestre(a), sendo um(a) doutor(a) eleito(a) como coordenador(a), juntamente com os(as) coordenadores(as) adjuntos(as), também doutores(as) (Colégio..., 2024b).

A organização dos GTTs no âmbito do CBCE teve início em 1997, durante o X CONBRACE, em Goiânia. No entanto, o GTT Memórias da Educação Física e Esporte² foi criado apenas em 2005, a partir do desmembramento do GTT Memória, Cultura e Corpo em dois novos grupos de trabalho: o GTT Memórias e o GTT Corpo e Cultura. Esse processo de cisão refletiu o crescimento, tanto quan-

1. Versão original, contida no Relatório de Gestão (2023-2025) do GTT 10 – Memórias da Educação Física e Esporte, disponível em: <https://public.cbce.org.br/uploads/68d6f84b0d520Relat%C3%B3rio%20GTT%2010%20-%20Mem%C3%B3rias%20da%20EF%20e%20Esporte.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2026.

2. Denominado a partir de então como “GTT Memórias” neste texto.

titativo quanto qualitativo, dos estudos históricos sobre Educação Física e Esporte no Brasil, consolidando um movimento dentro do CBCE que pleiteava a criação de um GTT específico. O pleito foi também impulsionado pela formação de um grupo de intelectuais que buscava alinhar, além das práticas de pesquisa, a atuação política do CBCE com base em referenciais históricos (Moreno, Rosa e Segantini, 2007).

Desde sua criação, o GTT Memórias tem como ementa: “Estudos das diferentes manifestações dos campos da Educação Física e do Esporte voltados para a preservação da memória e que tenham por base suportes teórico-metodológicos de diferentes campos disciplinares e suas relações com a história como processo” (Colégio..., 2024c). A ementa do grupo de trabalho atribui centralidade à memória dentro de uma abordagem interdisciplinar, evitando a concentração exclusiva na História enquanto disciplina. Tal direcionamento reflete o esforço de acomodação para contemplar a premissa da interdisciplinaridade, em resposta às tensões que acompanharam o processo de sua criação. Vale ressaltar que a proposta inicial de estruturação dos GTTs no CBCE foi pensada em torno de temas específicos, com o objetivo de assegurar a feição interdisciplinar do debate interno, em vez de limitá-lo a uma única área do conhecimento.

O processo de formação e consolidação do GTT Memórias se caracteriza pela participação de pesquisadores(as) consolidados(as) na área desde sua fundação, além da presença recente de jovens pesquisadores(as), cujas trajetórias formativas estão ligadas ao grupo original.³ A publicação de textos sobre esse processo, incluindo a própria produção acadêmica do GTT, tem sido uma constante, destacando-se o trabalho seminal de Moreno, Rosa e Segantini (2007), que analisaram o processo de criação do GTT com base em um levantamento detalhado dos anais do CONBRACE. Ao concluírem o trabalho, as autoras ressaltaram a necessidade de preservar a memória do GTT, observando que tal prática ainda não era comum entre os GTTs do CBCE.

Outro marco importante foi o trabalho de Chaves *et al.* (2015), publicado no décimo aniversário do GTT Memórias, revisitado em 2020, por ocasião dos 40 anos do CBCE (Chaves *et al.*, 2020). Esses estudos ampliaram o período de análise de Moreno, Rosa e Segantini (2007) e reforçaram a urgência de sistema-

3. Ver quadro intitulado *Coordenações e Comitês Científicos (1998-2025)* nos anexos deste documento.

tizar e organizar a documentação produzida pelo GTT ao longo de sua existência.

Mais recentemente, em 2023, foi publicado, em obra comemorativa dos 25 anos dos GTTs do CBCE, um capítulo com um título provocador: *Por uma política institucional de memória: (auto)críticas e contribuições do GTT Memórias da Educação Física e Esporte* (Chaves Junior *et al.*, 2023). Nele, seus autores reconhecem a relevância das ações de levantamento e sistematização da memória e produção acadêmica do GTT já realizadas, mas também destacam a necessidade premente de uma política institucional de memória, voltada para a organização da documentação, ainda dispersa em acervos pessoais de ex-coordenadores(as) e dirigentes do CBCE.

Em 2022, foi criada a Comissão de Memória do CBCE, composta por representantes dos GTTs, das Secretarias Estaduais e da Direção Nacional, com o objetivo de incentivar a preservação dos registros documentais da entidade. No entanto, apesar dos esforços iniciais para recolher materiais de ex-coordenadores(as) dos GTTs e das Secretarias Estaduais, os resultados foram limitados, com a participação na comissão sendo diminuída ao longo do tempo (Chaves Junior *et al.*, 2023).

Embora a preservação de acervos possa depender em parte de esforços individuais, a ausência de ações institucionais estruturadas pode resultar na dispersão e até mesmo na perda irreparável de itens. Nesse sentido, a “Política Interna de Memória do GTT 10 – Memórias da Educação Física e Esporte” é um marco significativo. Ela estabelece, de forma clara, os princípios, diretrizes e responsabilidades para o gerenciamento da documentação do GTT, além de definir critérios de incorporação, desincorporação, preservação, acesso e difusão de seus documentos.

Entre os principais objetivos dessa política estão a promoção da transparência institucional e a eficiência operacional, garantindo que todas as ações relacionadas à gestão documental sejam realizadas de maneira estratégica e coesa, em consonância com princípios republicanos e democráticos. Adicionalmente, a política visa tornar o acervo do GTT Memórias acessível a pesquisadores(as), estudantes e demais interessados(as), contribuindo tanto para a preservação da memória quanto para o avanço dos estudos históricos sobre a Educação Física e o Esporte no Brasil.

Referências

CHAVES, Elisângela; FREITAS, Gustavo da Silva; PINTO, Joelcio Fernandes; FIGUEIREDO, Priscilla Kelly; CHAVES JUNIOR, Sergio Roberto. Índícios e análises da produção em circulação no GTT Memórias da Educação Física e Esporte nos CONBRACEs/CONICEs de 2009 a 2013. In: RECHIA, Simone; SILVA, Paula Cristina da Costa; ALMEIDA, Felipe Quintão de; CHAVES-GAMBOA, Márcia Ferreira; GÓIS JUNIOR, Edivaldo; ORTIGARA, Vidalcir; TARTARUGA, Marcus Peikriszwili; PACHECO NETO, Manuel (Orgs.). *Dilemas e desafios da pós-graduação em Educação Física*. v. 1. Ijuí: Unijuí, 2015.

CHAVES, Elisângela; FREITAS, Gustavo da Silva; PINTO, Joelcio Fernandes; PEREIRA, Mateus Camargo; FIGUEIREDO, Priscilla Kelly; CHAVES JUNIOR, Sergio Roberto. A produção do conhecimento em circulação no GTT Memórias da Educação Física e Esporte: análises a partir dos CONBRACEs/CONICEs (2009 a 2017). In: BAÍA, Anderson da Cunha; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; LARA, Larissa Michelle (Orgs.). *Ciências do Esporte, Educação Física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE*. v. 2. Memórias da Educação Física e esporte. Natal: EDUFRN, 2020.

CHAVES JUNIOR, Sergio Roberto; FREITAS, Gustavo da Silva; TOLEDO, Eliana de; REI, Bruno Duarte. Por uma política institucional de memória: (auto)críticas e contribuições do GTT Memórias da Educação Física e Esporte. In: MACEDO, Christiane Garcia; COSTA, Maria da Conceição dos Santos; ANTUNES, Marina Ferreira de Souza; AMARAL, Gislene Alves do (Orgs.). *25 anos dos GTTs do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: trajetórias e perspectivas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *Apresentação*. 2024a. Disponível em: <<https://www.cbce.org.br/apresentacao/>>. Acesso em: 14 set. 2024.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *Grupo de Trabalho Temático*. 2024b. Disponível em: <<https://www.cbce.org.br/gtts/>>. Acesso em: 14 set. 2024.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *GTT 10 – Memórias da Educação Física e Esporte*. 2024c. Disponível em: <<https://www.cbce.org.br/gtt/gtt10-memoriasdaeducacaofisicaeesporte/>>. Acesso em: 14 set. 2024.

MORENO, Andrea; ROSA, Maria Cristina; SEGANTINI, Verona Campos. O GTT Memórias da Educação Física e Esporte do CBCE: uma análise a partir das práticas e da produção. In: CARVALHO, Yara Maria de; LINHALES, Meily Assbú (Orgs.). *Política científica e produção do conhecimento em Educação Física*. Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007.

POLÍTICA INTERNA DE MEMÓRIA DO GTT 10 – MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE

1. Objetivos

A presente Política Interna de Memória tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades para o gerenciamento da documentação produzida pelo GTT Memórias, prevendo, com base em critérios de incorporação, desincorporação, preservação, acesso e difusão, a constituição de um acervo do GTT.

2. Princípios

A implementação desta Política Interna de Memória, incluindo a tomada de decisões relacionadas à gestão do acervo do GTT Memórias, será orientada pelos seguintes princípios:

1. Proteção e conservação dos documentos e registros que constituem a história do GTT, prevenindo a dispersão e a perda irreparável de informações essenciais para a compreensão de sua trajetória e atuação ao longo do tempo;
2. Promoção da transparência nas ações e decisões relacionadas à gestão documental do GTT, garantindo que estas sejam realizadas de maneira clara e acessível, de modo que todos os envolvidos tenham pleno conhecimento dos processos, objetivos e resultados;
3. Asseguração da eficiência nas atividades de gestão documental do GTT, otimizando a utilização dos recursos e assegurando que as ações sejam implementadas de forma coesa e estratégica;
4. Facilitação do acesso amplo e irrestrito ao acervo do GTT, promovendo sua difusão entre pesquisadores(as), estudantes e interessados(as), enriquecendo o debate acadêmico e contribuindo para a produção do conhecimento;
5. Estímulo e apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de estudos históricos sobre Educação Física e Esporte, utilizando o acervo do GTT como um recurso valioso para a produção acadêmica;

6. Garantia de que as ações de gestão documental do GTT respeitem princípios éticos e legais, considerando a privacidade, os direitos autorais e a representatividade dos sujeitos envolvidos;
7. Estabelecimento de uma perspectiva de longo prazo para a política, assegurando a continuidade das ações e a sustentabilidade do acervo ao longo do tempo.

3. Linha de acervo

A linha estruturante do acervo do GTT Memórias será organizada em dois conjuntos documentais, denominados *Acervos pessoais e institucionais* e *Histórias orais*, conforme detalhado a seguir.

4. Conjuntos documentais

4.1 Acervos pessoais e institucionais

O conjunto documental será composto por documentos referentes ao GTT Memórias obtidos tanto no âmbito do próprio GTT quanto por outros meios, como doações realizadas pela Direção Nacional do CBCE, Secretarias Estaduais, outros GTTs, além de membros em atividade, aposentados ou familiares de membros falecidos. Esse conjunto não terá restrições quanto ao gênero documental (textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, bibliográfico etc.) nem quanto ao suporte (papel, eletrônico, digital, magnético, etc.). Incluirá documentos produzidos desde 1998, ano de criação do GTT Memória, Cultura e Corpo, precursor do GTT Memórias, até o tempo presente.

4.2 Histórias orais

O conjunto documental será composto por depoimentos orais produzidos junto a membros que atuaram no GTT Memórias, seja na Coordenação ou Comitê Científico. Também poderá conter depoimentos de pessoas que atuaram em outras funções, desde que tenham contribuído significativamente para o GTT. Esse conjunto abrangerá depoimentos de indivíduos atuantes entre 1998 – vale lembrar, ano da criação do GTT Memória, Cultura e Corpo, precursor do GTT Memórias – até o tempo presente.

5. Constituição do acervo

5.1 *Atribuições gerais da gestão*

A partir da vigência desta Política Interna de Memória, a Coordenação do GTT Memórias, contando com a colaboração do Comitê Científico, assumirá as seguintes atribuições relacionadas à constituição do acervo do GTT:

1. Enviar ao Centro de Memória responsável pela salvaguarda do acervo do GTT Memórias toda a documentação física e digital produzida durante a gestão em cada biênio, incluindo atas de reuniões, relatórios de gestão, documentos internos, materiais de eventos, fotos, vídeos, entre outros;
2. Em caso de indefinição quanto ao Centro de Memória, a referida documentação deverá ser temporariamente preservada pela Coordenação do GTT, garantindo, na medida do possível, sua integridade até que a entrega possa ser formalizada no destino apropriado;
3. Incluir em seu Plano de Gestão ações específicas bienais que estejam articuladas com aquelas realizadas por gestões anteriores, com foco na alimentação e manutenção dos conjuntos documentais *Acervos pessoais e institucionais* e *Histórias orais*, que compõem a linha de acervo do GTT Memórias;
4. Apresentar no Relatório de Gestão de cada biênio informações detalhadas sobre as ações de alimentação e manutenção desses conjuntos documentais, de modo a fornecer subsídios para a continuidade do trabalho pela gestão subsequente;
5. Discriminar no Relatório de Gestão de cada biênio as ações de incorporação e possíveis desincorporações dos itens destinados ao Centro de Memória responsável pela salvaguarda do acervo do GTT, visando, especialmente, garantir a transparência das atividades realizadas.

Observação: propostas de desincorporação do acervo, seja pela Coordenação do GTT Memórias ou por terceiros, devem ser aprovadas pelo Comitê Científico, com a presença da maioria simples de seus membros e devidamente registradas em atas.

5.2 Critérios de incorporação

A incorporação de documentos ao acervo do GTT Memórias será efetuada pela Coordenação do GTT conforme os seguintes critérios:

1. Estar em conformidade com o escopo dos conjuntos documentais que integram a linha de acervo do GTT;
2. Apresentar compatibilidade com a capacidade de espaço físico e digital, além das condições técnicas de conservação do Centro de Memória responsável pela salvaguarda do acervo;
3. Não apresentar riscos de deterioração a outros itens;
4. Possuir bom estado de conservação e ser inteligível;
5. Documentos não originais poderão ser incorporados apenas na ausência dos originais;
6. A incorporação deve ser realizada em conformidade com a inexistência de impedimentos legais;
7. A documentação deve respeitar os valores éticos e morais estabelecidos pela legislação brasileira.

5.3 Critérios de desincorporação

A desincorporação de documentos do acervo do GTT Memórias também será realizada pela Coordenação do GTT, com base nos critérios a seguir:

1. Documentos que não apresentem relevância histórica, acadêmica ou museográfica para o acervo do GTT;
2. Documentos que estejam em desacordo com os termos desta Política Interna de Memória;
3. Documentos que não possam ser adequadamente salvaguardados pelo Centro de Memória responsável pelo acervo do GTT, seja por falta de condições técnicas, de espaço físico ou digital;
4. Itens cuja procedência não puder ser identificada;

5. Documentos não originais, como cópias e/ou duplicatas de itens originais já existentes em outros conjuntos, exceto nas condições previstas no item 5 da seção anterior;
6. Documentos que apresentarem risco de contaminação a outros acervos, incluindo risco para os servidores e pesquisadores(as);
7. Itens que estiverem deteriorados a um ponto em que a restauração e guarda sejam inviáveis.

6. Salvaguarda do acervo

A salvaguarda do acervo do GTT Memórias será atribuída a um Centro de Memória de referência na área de Educação Física/Ciências do Esporte, cuja definição ocorrerá em data futura. Tal definição será realizada em conformidade com o plano de ações que será apresentado mais adiante nesta Política Interna de Memória, mediante tratativas que envolverão a Coordenação do GTT, a Direção Nacional do CBCE, além do próprio Centro de Memória interessado.

6.1 Expectativas sobre o Centro de Memória

A seguir, serão apresentadas as expectativas gerais do GTT Memórias quanto aos requisitos mínimos que o Centro de Memória responsável pela salvaguarda de seu acervo deve, dentro do possível, cumprir, com ênfase em seus protocolos de tratamento, suas condições de acesso e iniciativas de difusão de documentos.

6.1.1 Protocolos de tratamento

Sobre o tratamento documental, espera-se que o Centro de Memória responsável pela salvaguarda do acervo do GTT Memórias possa assegurar os seguintes protocolos mínimos:

1. Realizar o registro sistemático de toda documentação física e digital recebida, incluindo informações gerais sobre a natureza e o teor do documento, sua procedência, data de incorporação e seu estado de conservação;
2. Implementar procedimentos técnicos adequados para higienização, acondicionamento e armazenamento dos documentos, considerando suas especificidades materiais;

3. Garantir condições ambientais apropriadas para a preservação dos diferentes suportes documentais, incluindo controle de temperatura, umidade e luminosidade;
4. Manter repositório digital com capacidade para reunir, preservar, divulgar e garantir o acesso confiável e permanente à documentação digital e digitalizada que irá compor os conjuntos documentais do GTT Memórias;
5. Realizar *backup* periódico dos documentos digitais e digitalizados, além de promover a digitalização gradual dos documentos físicos, visando sua preservação e a ampliação de suas condições de acesso;
6. Elaborar relatórios anuais sobre o estado de conservação do acervo e as intervenções técnicas nele realizadas;
7. Desenvolver e manter instrumentos de pesquisa (inventários, catálogos, índices etc.) que permitam a recuperação das informações contidas no acervo e facilitem o amplo acesso aos documentos;
8. Possuir protocolos de segurança para prevenir perdas, danos ou extravios de documentos.

6.1.2 Condições de acesso

Almeja-se que o Centro de Memória responsável pela salvaguarda do acervo do GTT Memórias consiga garantir as seguintes condições mínimas de acesso:

1. Disponibilizar o acervo integralmente para consulta pública, obedecendo ao princípio do amplo acesso, mediante identificação dos pesquisadores(as), estudantes e demais interessados;
2. Oferecer ambiente adequado para consulta presencial, com infraestrutura apropriada para pesquisa;
3. Manter sistema de busca ou inventário *on-line*, que permita a identificação remota dos documentos disponíveis;
4. Possibilitar o acesso digital aos documentos já digitalizados, respeitando eventuais restrições legais;
5. Estabelecer procedimentos claros para solicitação de cópias de documentos, incluindo orientações sobre direitos autorais e custos envolvidos;

6. Garantir acessibilidade para pessoas com deficiência, tanto no espaço físico quanto nos sistemas digitais;
7. Oferecer orientação técnica aos pesquisadores(as), estudantes e demais interessados sobre o uso do acervo e suas ferramentas de pesquisa.

6.1.3 Iniciativas de difusão

No que tange à difusão do acervo do GTT Memórias, pretende-se que o Centro de Memória responsável pela sua salvaguarda dê conta de promover as seguintes iniciativas mínimas:

1. Manter página web atualizada, com informações sobre o acervo e orientações para pesquisa;
2. Desenvolver exposições virtuais e/ou presenciais, que destaquem documentos e temas relevantes do acervo;
3. Promover eventos acadêmicos (seminários, oficinas, palestras etc.), que estimulem o uso e a discussão do acervo;
4. Produzir materiais de divulgação científica sobre o acervo, destacando a sua importância para a História da Educação Física e do Esporte no Brasil;
5. Estabelecer parcerias com instituições acadêmicas e culturais para ampliar o alcance de suas ações de difusão;
6. Elaborar publicações periódicas (boletins, catálogos, guias etc.) sobre o acervo e sua utilização em pesquisas.

7. Disposições finais

A presente Política Interna de Memória será revisada ao término de cada biênio das gestões do GTT Memórias, em reunião conjunta com a Coordenação e o Comitê Científico. Alterações no documento poderão ser propostas pela Coordenação, desde que aprovadas por pelo menos dois terços dos membros presentes do Comitê Científico. A reunião para deliberação deverá ser convocada com, no mínimo, 15 dias de antecedência e amplamente divulgada. As alterações aprovadas devem ser registradas em ata, sendo responsabilidade da gestão garantir a publicação e ampla disseminação da versão atualizada do documento.

8. Plano de ações (2025)

O cronograma apresentado a seguir tem como objetivo orientar, com base nos termos desta Política Interna de Memória, as ações a serem realizadas pelo GTT Memórias, Coordenação e Comitê Científico, ao longo de 2025, com foco na constituição de seu acervo, na definição de um Centro de Memória responsável pela sua salvaguarda e na subsequente entrega do primeiro lote de documentos coletados e depoimentos orais produzidos.

Mês	Atividades
Janeiro	- Recesso.
Fevereiro	- Definição da data, formato, ementa e composição da mesa-redonda, <i>on-line</i> ou presencial, sobre o tema “Construção e Gestão de Acervos”, prevista para março; - Iniciar as tratativas com a Direção Nacional do CBCE para definir o Centro de Memória que assumirá a responsabilidade pela salvaguarda do acervo do GTT Memórias.
Março	- Realização de mesa-redonda, <i>on-line</i> ou presencial, sobre o tema “Construção e Gestão de Acervos”.
Abril	- Elaboração de um cronograma detalhado e definição das estratégias metodológicas para a coleta de documentos e a produção de depoimentos orais com coordenadores(as) e integrantes do Comitê Científico das gestões do GTT Memórias e do GTT Memória, Cultura e Corpo.
Maio	- Realização da coleta de documentos e da produção de depoimentos orais com coordenadores(as) e integrantes do Comitê Científico das gestões do GTT Memórias e do GTT Memória, Cultura e Corpo.
Junho	- Realização da coleta de documentos e da produção de depoimentos orais com coordenadores(as) e integrantes do Comitê Científico das gestões do GTT Memórias e do GTT Memória, Cultura e Corpo.
Julho	- Recesso.
Agosto	- Realização da coleta de documentos e da produção de depoimentos orais com coordenadores(as) e integrantes do Comitê Científico das gestões do GTT Memórias e do GTT Memória, Cultura e Corpo.
Setembro	- CONBRACE; - Data limite para a definição do Centro de Memória que será responsável pela salvaguarda do acervo do GTT Memórias.
Outubro	- Organização dos documentos coletados e depoimentos orais produzidos com coordenadores(as) e integrantes do Comitê Científico das gestões do GTT Memórias e do GTT Memória, Cultura e Corpo.
Novembro	- Organização dos documentos coletados e depoimentos orais produzidos com coordenadores(as) e integrantes do Comitê Científico das gestões do GTT Memórias e do GTT Memória, Cultura e Corpo.
Dezembro	- Entrega do primeiro lote de documentos coletados e depoimentos orais produzidos ao Centro de Memória responsável pela salvaguarda do acervo do GTT Memórias.

Anexo 1: Quadro – Coordenações e Comitês Científicos (1998-2025)

Gestão	Nome do GTT	Coordenação	Comitê Científico
1998-2000	Memória, Cultura e Corpo	Dr. Victor Andrade de Melo (UFRJ)	Dra. Silvana Vilodre Goellner (UFRGS) Dnda. Andrea Moreno (UFV) Dra. Carmen Lúcia Soares (UNICAMP) Dra. Eustáquia Salvadora de Sousa (UFMG)
2000-2001	Memória, Cultura e Corpo	Dr. Ricardo de Figueiredo Lucena (UFES)	Não foi possível a identificação dos membros.
2001-2003	Memória, Cultura e Corpo	Dr. Ricardo de Figueiredo Lucena (UFES-UFPE)	Dra. Andrea Moreno (UFV) Dra. Carmen Lúcia Soares (UNICAMP) Dra. Eustáquia Salvadora de Sousa (UFMG) Dnda. Marilita Aparecida Arantes Rodrigues (UniBH/Estácio de Sá) Dra. Silvana Vilodre Goellner (UFRGS) Dr. Victor Andrade de Melo (UFRJ) Dra. Eliane Ribeiro Pardo (UFPE) Dndo. Carlos José Martins (UNESP) Dr. Luís Otávio Teles Assumpção (UCB)
2004-2005	Memórias da Educação Física e Esporte (inicia no CONBRACE 2005)	Dr. Kleber do Sacramento Adão (UFSJ)	Dra. Carmen Lúcia Soares (UNICAMP) Dra. Andrea Moreno (UFV) Dra. Silvana Vilodre Goellner (UFRGS) Dr. Ricardo de Figueiredo Lucena (UFPE-UFPB)
2005-2007	Memórias da Educação Física e Esporte	Dra. Andrea Moreno (UFV-UFMG)	Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (UFPR) Dr. Carlos Fernando Ferreira da Cunha Jr. (UFJF) Dr. Ricardo de Figueiredo Lucena (UFPB) Dra. Maria Cristina Rosa (UFOP)
2007-2009	Memórias da Educação Física e Esporte	Dra. Maria Cristina Rosa (UFOP)	Dra. Andrea Moreno (UFMG) Dr. Edivaldo Góis Junior (UFRJ) Dra. Kátia Danailof (FAM) Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (UFPR)
2009-2011	Memórias da Educação Física e Esporte	Dra. Meily Assbú Linhares (UFMG) Dra. Maria Cristina Rosa (UFOP)	Dra. Andrea Moreno (UFMG) Dndo. André Luiz dos Santos Silva (FEEVALE) Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes (UFMG) Ms. Priscilla Kelly Figueiredo (UFS)

Gestão	Nome do GTT	Coordenação	Comitê Científico
2011-2013	Memórias da Educação Física e Esporte	Dr. Edivaldo Góis Junior (UFRJ) Dra. Ana Carolina Vimieiro Gomes (UFMG)	Dndo. André Luiz dos Santos Silva (FEEVALE) Dra. Elisângela Chaves (UNIMONTES) Dndo. Gustavo da Silva Freitas (FURG) Ms. Sergio Roberto Chaves Junior (UFPR) Dr. Vinícius Demarchi Silva Terra (UNIFESP)
2013-2015	Memórias da Educação Física e Esporte	Dra. Elisângela Chaves (UFMG) Dr. André Luiz dos Santos Silva (FEEVALE/ UFRGS)	Dndo. Gustavo da Silva Freitas (FURG) Dr. Joelcio Fernandes Pinto (PUC-MG) Dnda. Priscilla Kelly Figueiredo (UFS) Dndo. Sergio Roberto Chaves Junior (UFPR) Dr. Vinícius Demarchi Silva Terra (UNIFESP)
2015-2017	Memórias da Educação Física e Esporte	Dra. Evelise Amgarten Quitzau (UdelaR)	Dr. Anderson da Cunha Baía (UFV) Dndo. Bruno Duarte Rei (UFRJ) Dnda. Christiane Garcia Macedo (UFRGS) Dra. Elisângela Chaves (UFMG) Dr. Gustavo da Silva Freitas (FURG) Dr. Joelcio Fernandes Pinto (PUC-MG) Dndo. Mateus Camargo Pereira (IFSULDEMINAS)
2017-2019	Memórias da Educação Física e Esporte	Dr. Anderson da Cunha Baía (UFV) Dra. Evelise Amgarten Quitzau (UdelaR)	Dndo. Bruno Duarte Rei (UERJ; UFF; Colégio Pedro II- RJ) Dra. Christiane Garcia Macedo (UFRGS; UNIVASF) Dra. Elisângela Chaves (UFMG) Dndo. Felipe Lameu dos Santos (UFRRJ) Dr. Gustavo Freitas (FURG) Dr. Joelcio Fernandes Pinto (PUC-MG) Dr. Marcelo Moraes e Silva (UFPR) Dndo. Mateus Camargo Pereira (IFSULDEMINAS) Dnda. Paola Dogliotti Moro (UdelaR) Dr. Sergio Roberto Chaves Junior (UFPR)

Gestão	Nome do GTT	Coordenação	Comitê Científico
2019-2021	Memórias da Educação Física e Esporte	Dr. Sergio Roberto Chaves Junior (UFPR) Dra. Evelise Amgarten Quitzau (UdelaR)	Dr. Anderson da Cunha Baía (UFV) Dra. Paola Dogliotti Moro (UdelaR) Dr. Felipe Lameu dos Santos (UCB; UNESA; Colégio Pedro II- RJ) Dr. Bruno Duarte Rei (Colégio Pedro II- RJ) Dra. Christiane Garcia Macedo (UNIVASF) Dr. Gustavo da Silva Freitas (FURG) Dr. Mateus Camargo Pereira (IFSULDEMINAS) Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta (UESB) Dr. André Luiz dos Santos Silva (UFRGS) Dra. Rachel Ramos de Souza (Pref. Mun. de Itupeva-SP; UNICAMP) Dr. Jean Carlo Ribeiro (UFT).
2021-2023	Memórias da Educação Física e Esporte	Dr. Sergio Roberto Chaves Junior (UFPR) Dr. Gustavo da Silva Freitas (FURG)	Dr. Anderson da Cunha Baía (UFV) Dr. André Luiz dos Santos Silva (UFRGS) Dr. Bruno Duarte Rei (Colégio Pedro II - RJ) Dra. Carolina Nascimento Jubé (CEPAE/UFG) Dra. Christiane Garcia Macedo (UNIVASF) Dra. Eliana de Toledo (UNICAMP) Dra. Evelise Amgarten Quitzau (UFV) Dra. Iara Marina dos Anjos Bonifácio (UFRJ; UFMG) Dr. Jean Carlo Ribeiro (UFT) Dra. Paola Dogliotti Moro (UdelaR) Dra. Rachel Ramos de Souza (Pref. Mun. de Itupeva-SP; UNICAMP)

Gestão	Nome do GTT	Coordenação	Comitê Científico
2023-2025	Memórias da Educação Física e Esporte	Dr. Bruno Duarte Rei (Colégio Pedro II- RJ) Dr. André Dalben (UNIFESP) Dra. Carolina Nascimento Jubé (CEPAE/UFG)	Dra. Christiane Garcia Macedo (UFMG) Dr. Sergio Roberto Chaves Junior (UFPR) Dr. Jean Carlo Ribeiro (UFT) Dra. Rachel Ramos de Souza (UNICAMP) Dr. Gustavo da Silva Freitas (FURG) Dndo. Pedro de Oliveira Milagres (UNICAMP) Dra. Eliana de Toledo Ishibashi (UNICAMP) Dra. Iara Marina dos Anjos Bonifácio (UFMG) Dndo. Caio César Serpa Madeira (UERJ) Dra. Carmen Lilia da Cunha Faro (UEPA) Dr. Diego Ferreira Lima (Rede Municipal de Ensino de Nova Iguaçu - RJ) Dr. Leonardo Mattos da Motta Silva (UNICAMP) Dra. Marcela Bruschi (UNICAMP) Dnda. Nara Romero Montenegro (UNICAMP)

Nota: Carolina Jubé atuou como coordenadora adjunta na gestão 2023-2025 até dezembro de 2024; a partir de então, permaneceu como integrante do Comitê Científico do GTT.

Fonte: adaptado de Chaves Junior *et al.* (2023).

Anexo 2: Atas – Reuniões (manhã e tarde) de aprovação da Política Interna de Memória do GTT 10 – Memórias da Educação Física e Esporte

Ata da 12ª Reunião (turno da manhã) do Comitê Científico do Grupo de Trabalho Temático 10 – Memórias da Educação Física e Esporte do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – 18 de dezembro de 2024.

Aos dezoito dias do mês de dezembro de 2024, quarta-feira, às 10h, teve início, por meio da plataforma Google Meet (*link*: <<https://meet.google.com/wsx-ccyz-sgb?pli=1&authuser=0>>), a 12ª Reunião do Comitê Científico do GTT 10 – Memórias da Educação Física e Esporte, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), presidida pelo coordenador Bruno Rei.

A pauta da reunião foi a seguinte:

- Informes;
- Aprovação da Política Interna de Memória do GTT;
- Encaminhamentos para 2025.

Presentes: Bruno Rei, Carolina Jubé, Diego Ferreira, Leonardo Mattos, Nara Romero, Pedro Milagres e Sergio Chaves Junior.

Ausências justificadas: Carmen Lilia Faro, Christiane Macedo e Gustavo Freitas.

A reunião foi iniciada com questionamento de Sergio sobre a organização do CONBRACE/CONICE. Bruno informou que, até o momento, houve apenas uma reunião preliminar sobre o evento, mas que o processo organizativo deve se intensificar em 2025. Sergio relatou ainda a tentativa de organizar um dossiê temático envolvendo três GTTs para a revista *Cenas Educacionais* (UNEB), com o tema “Continuidade do ensino da Educação Física escolar no cenário pós-pandêmico”.

Em seguida, Bruno conduziu a discussão sobre a aprovação da Minuta da Política Interna de Memória do GTT. Apresentou um histórico do processo de elaboração do documento, iniciado a partir de uma mesa *on-line* com Meily Linhares (UFMG) e André Paulilo (UNICAMP) e desenvolvido, na esteira desse evento, com base em documentos produzidos por centros de memória como

o CEMEF/UFGM, o CEME/UFRGS e o CMU/UNICAMP. Ressaltou que a redação da minuta do texto foi concluída durante reunião presencial no CEMEF, em novembro deste ano, por ocasião do III Encontro Nacional do GTT e do XIII Seminário do CEMEF. Destacou que a aprovação da minuta é fundamental para dar início, em 2025, à construção do acervo do GTT Memórias.

Sergio elogiou a organização do documento e declarou apoio às ações planejadas para 2025. Pedro parabenizou o grupo pela elaboração da minuta, destacando o desafio envolvido na construção das histórias orais. Bruno agradeceu a contribuição e parceria de Pedro no processo. Leonardo, pelo chat, também parabenizou o grupo e solicitou esclarecimentos sobre a implementação da política a partir de 2025. Bruno explicou que a política prevê a coleta de documentos desde o período de fundação do GTT Memória, Cultura e Corpo, precursor do GTT Memórias.

Bruno projetou a minuta e comentou os destaques enviados por Gustavo por e-mail, que foram considerados para incorporação na versão final do documento. Apresentou ainda o cronograma previsto para 2025, com a realização de uma primeira reunião em fevereiro, seguida da apresentação do documento à Direção Nacional do CBCE e da realização de uma mesa-redonda *on-line* em março sobre construção e gestão de acervos. Entre as ações previstas, também estão: definição do centro de memória que receberá os documentos do GTT, participação do GTT na recém-reativada Comissão de Memória do CBCE e demais atividades ao longo do ano.

A Política Interna de Memória do GTT foi aprovada por unanimidade pelos presentes, incluindo os destaques previamente enviados por e-mail pelo Gustavo, que serão incorporados na versão final do documento.

A reunião foi encerrada com agradecimentos de Carolina e Bruno pela participação ativa dos integrantes do Comitê Científico nas reuniões, na construção coletiva da política e em todas as ações desenvolvidas ao longo do ano.

A presente ata foi lavrada por Carolina Jubé e Bruno Rei em 18 de dezembro de 2024.

Ata da 12ª Reunião (turno da tarde) do Comitê Científico do Grupo de Trabalho Temático 10 – Memórias da Educação Física e Esporte do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – 18 de dezembro de 2024.

No dia 18 de dezembro de 2024, quarta-feira, às 14h, por meio da plataforma Google Meet (*link*: <<https://meet.google.com/wsxcxyz-sgb>>), teve início a 12ª Reunião do Comitê Científico do GTT 10 – Memórias da Educação Física e Esporte do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Presidiu a reunião o coordenador Bruno Rei, que apresentou a seguinte pauta:

- Informes;
- Aprovação da Política Interna de Memória do GTT;
- Encaminhamentos para 2025.

Presentes: André Dalben, Bruno Rei, Iara Marina Bonifácio, Marcela Bruschi e Rachel Ramos de Souza.

Ausências justificadas: Carmen Faro, Christiane Macedo e Gustavo Freitas.

Bruno iniciou os informes destacando que o professor Sergio Chaves Junior está coordenando a organização de um dossiê temático para a revista *Cenas Educacionais (UNEB)*, cuja temática aborda o ensino da Educação Física escolar no cenário pós-pandêmico. A proposta é fruto da articulação entre três GTTs: Memória, Escola e Comunicação. O dossiê já foi aprovado, com previsão de chamada para submissão de artigos em 2025.

Dando prosseguimento à pauta, Bruno apresentou o histórico e o processo de elaboração da minuta da Política Interna de Memória do GTT Memórias, conduzido por um grupo específico do Comitê Científico. Explicou que a construção do documento ocorreu ao longo de vários meses, sendo concluída durante reunião presencial realizada no CEMEF/UFMG, em novembro do presente ano.

Informou, ainda, que a minuta foi enviada previamente por e-mail aos membros do comitê para apreciação e sugestões, tendo recebido contribuições do professor Gustavo Freitas. As observações de Gustavo foram apresentadas por Bruno durante a reunião, com destaque para a proposta de inclusão do Comitê Científico, juntamente à Coordenação do GTT, como responsável pelas

ações elencadas no item 5.1 (Atribuições gerais da gestão). Após discussão, todas as sugestões foram aprovadas por unanimidade, bem como o texto final da Política Interna de Memória do GTT.

Em seguida, Bruno apresentou a programação do GTT para 2025, que também foi aprovada por unanimidade pelos presentes.

Ao final da reunião, os participantes expressaram agradecimentos e elogiaram a condução dos trabalhos realizados pela coordenação do GTT ao longo do ano, que, por sua vez, também agradeceu pela atuação parceira de todo o Comitê Científico.

A reunião foi encerrada com a presença dos integrantes mencionados, tendo sido lavrada a presente ata por André Dalben e Bruno Rei em 18 de dezembro de 2024.

SOBRE OS AUTORES

André Dalben

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio doutoral na Université Paul-Valéry Montpellier III (França). Realizou estágio de pós-doutorado no Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e atual coordenador do Grupo de Trabalho Temático (GTT) Memórias da Educação Física e Esporte do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), tendo exercido anteriormente a função de coordenador adjunto do mesmo GTT no biênio 2023–2025. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0743727143543352>>. Contato: dalben@unifesp.br.

Bruno Duarte Rei

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-doutorando em História na Universidade de São Paulo (USP), com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e professor do Colégio Pedro II. Foi coordenador do Grupo de Trabalho Temático (GTT) Memórias da Educação Física e Esporte do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) no biênio 2023-2025 e, desde 2025, é coordenador nacional adjunto do mesmo GTT (biênio 2025–2027). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8096286034649375>>. Contato: br.duarterei@gmail.com.

Christiane Garcia Macedo

Doutora em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio doutoral na Universidade Nova de Lisboa (Portugal). É professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde integra a equipe do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF). Atualmente, é editora associada da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) e exerceu a função de Diretora Nacional dos Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs) do Colégio Brasileiro de Ciências do

Esporte (CBCE) nos biênios 2019-2021 e 2021-2023. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0872217208171466>>. Contato: chrisgmacedo@gmail.com.

Edivaldo Góis Junior

Doutor em Educação Física pela Universidade Gama Filho (UGF). Livre-docente pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na área de História da Educação Física, e pós-doutorando em História na Universidade de São Paulo (USP). É professor da UNICAMP, onde atua como pesquisador associado do Centro de Memória da UNICAMP (CMU). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi coordenador do Grupo de Trabalho Temático (GTT) Memórias da Educação Física e Esporte do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) no biênio 2011-2013, Diretor de Comunicação no biênio 2013-2015 e Vice-Presidente da entidade no biênio 2015-2017. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3126832317253330>>. Contato: gois@unicamp.br.

Gustavo da Silva Freitas

Doutor em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). É professor da FURG, lidera o grupo de pesquisa ESC: Estudos Socioculturais em Educação Física, Esporte e Lazer e integra a equipe do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Estudos do Futebol Brasileiro (INCT-Futebol). Foi coordenador adjunto do Grupo de Trabalho Temático (GTT) Memórias da Educação Física e Esporte do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) no biênio 2021-2023. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8558870632235150>>. Contato: gsf78_ef@hotmail.com.

Paola Dogliotti Moro

Doutora em Ciencias de la Educación pela Universidad Nacional de La Plata (Argentina). É professora da Universidad de la República (Uruguai), com dedicação exclusiva compartilhada entre o Instituto Superior de Educación Física (ISEF) e a Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Pesquisadora nível II do Sistema Nacional de Investigadores (SNI-Uruguai). Foi integrante do Comitê Científico do Grupo de Trabalho Temático (GTT) Memórias da Educação Física e Esporte do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) nos

biênios 2017-2019, 2019-2021 e 2021-2023. Contato: paoladogliottimo-ro@gmail.com.

Sergio Roberto Chaves Junior

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), lotado no Departamento de Teoria e Prática de Ensino, Setor de Educação (DTPEN), onde também atua no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPR), na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação. Foi coordenador do Grupo de Trabalho Temático (GTT) Memórias da Educação Física e Esporte do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) nos biênios 2019-2021 e 2021-2023. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4450086635319518>>. Contato: sergiojunior79@hotmail.com.

ÍNDICE REMISSIVO

AUTORES E PESSOAS CITADAS

Antunes, Marina Ferreira de Souza, 41, 59, 92
 Baía, Anderson da Cunha, 19, 30, 82, 84-85, 147-148, 157
 Castellani Filho, Lino, 32, 58, 64, 92, 103, 157
 Chaves, Elisângela, 24, 29, 82, 84, 106, 147
 Chaves Junior, Sergio Roberto, 8, 16, 29-32, 34, 36-37, 46-47, 57-58, 72, 74, 80-82, 84, 86, 91, 136, 147, 149-150, 152, 156-157
 Dalben, André, 8, 14-15, 19, 37-38, 54, 59-60, 86, 92, 101, 149, 152-154
 Dogliotti Moro, Paola, 8, 16, 84-85, 101, 121, 127-128, 147-148, 155
 Freitas, Gustavo da Silva, 8, 16, 30-32, 34, 46-47, 57-58, 80, 82, 84-86, 91-92, 147-150, 152, 155
 Goellner, Silvana Vilodre, 20, 22, 27, 57, 64, 83, 105, 107, 146
 Góis Junior, Edivaldo, 8, 16, 20, 28, 82-84, 101, 103, 146-147, 155, 157
 Jubé, Carolina, 17, 38, 59, 149-151
 Linhales, Meily Assbú, 28, 39-40, 59, 82-83, 105, 150
 Macedo, Christiane Garcia, 8, 15, 17, 31-32, 38, 41, 44, 46, 54, 59, 84-86, 92, 147-150, 152, 154
 Maldonado, Daniel Teixeira, 32, 58, 92
 Mandarin, Cláudio Marques, 32, 41, 57, 59, 63, 92
 Mazo, Janice, 22, 56-57
 Melo, Victor Andrade de, 20, 48, 105, 107, 146
 Moreno, Andrea, 8, 10, 20-21, 28, 82-83, 105, 111, 146
 Nora, Pierre, 73, 94-95, 111, 115
 Paulilo, André, 39-40, 59, 150
 Quitzau, Evelise Amgarten, 29-30, 82, 85, 101, 127-128, 148
 Rei, Bruno Duarte, 8, 14-15, 19, 34, 37-38, 41, 54, 58-60, 84-86, 91-92, 101, 126-127, 147-154
 Rosa, Maria Cristina, 28, 82-83, 111, 146

Scharagrodsky, Pablo, 121, 126-128, 130, 157
 Segantini, Verona Campos, 40
 Silva, Hugo Leonardo Fonseca da, 32, 57, 92, 157
 Soares, Carmen Lúcia, 13, 20, 27, 71, 83, 105, 107, 146
 Sousa, Eustáquia Salvadora de, 20, 64, 103-104, 111, 146, 157
 Vago, Tarcísio Mauro, 26, 28, 70, 105
 Zanela, Jennifer Aline, 41, 59, 92

INSTITUIÇÕES, TEMAS E CONCEITOS

Acervo do GTT Memórias, 8, 16, 31, 45, 48, 80-81, 83, 85, 87, 89, 91, 93, 95, 97, 136, 138-145, 151, 157
 Arquivos pessoais, 31, 74, 82, 93-95, 97, 157
 Assembleia de Associados, 42, 44, 54-55, 60-61, 157
 Cadernos de Formação, 42, 55, 67, 69, 157
 CBCE (Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte), *passim*
 CEME/UFRGS (Centro de Memória do Esporte), 22-23, 25-27, 38-40, 42, 48, 56-57, 59, 62-64, 106-108, 151-152, 154, 157
 CEMEF/UFGM, 25-27, 38-40, 48, 59, 107-108, 151-152, 154, 157
 Centros de memória, 22-23, 25-28, 38-40, 48, 56, 62, 72, 86, 90-91, 105, 107-110, 140-145, 150-151, 154-155, 157, 159
 Comissão de Memória do CBCE, 17, 32-34, 36-37, 41, 44-46, 48-50, 54, 57-61, 65, 69, 73-74, 92, 136, 151, 157
 Comitê Científico, 134, 139-140, 144-153, 155, 157
 CONBRACE, *passim*
 CONICE, 57-58, 61, 66, 68-69, 76, 83, 87-88, 90, 102, 121, 126-127, 150, 157

- Direção Nacional do CBCE, 17, 20, 31-32, 36, 41-45, 47-48, 63, 90, 103, 134, 136, 139, 142, 145, 151, 158
- Diretoria Nacional do CBCE, 23, 42, 44, 55, 57, 61-62, 102, 158
- Documentos digitais (nato-digitais), 70, 74, 143, 158
- Gestão documental, 30, 39, 136, 138-139, 158
- GTT Memórias da Educação Física e Esporte, *passim*
- História da Educação Física, 10-13, 15, 17, 20-21, 25, 27, 29, 35, 38, 90, 101-103, 105-107, 109, 111, 144, 155, 158-159
- História oral, 33, 45-47, 58, 74-75, 111, 139-140, 151, 158
- Historiografia, 15-17, 19, 21-22, 24, 27-30, 35, 88, 102, 106-107, 113-115, 117, 128, 156, 158-159
- Internacionalização, 8, 16, 87, 101, 121-127, 129-131, 158
- Lugar de memória, 73, 93-95, 97, 111, 115, 158
- Lume – Repositório Digital da UFRGS, 42, 57, 63-64, 69, 158
- Memória institucional, 15, 22-24, 29-30, 32, 35, 39, 42, 45-46, 49-50, 55-56, 61, 72, 80, 82, 93, 158
- Patrimônio cultural, 16, 50, 55-56, 75, 77, 158-159
- Plano de Gestão, 29-30, 91, 140, 158
- Política Institucional de Memória do CBCE, 54, 59-60, 92, 97, 158
- Política Interna de Memória do GTT Memórias, *passim*
- Preservação documental, *passim*
- RBCE (Revista Brasileira de Ciências do Esporte), 42, 55, 62-63, 67-69, 76-77, 154, 158
- Salvaguarda do acervo, 22-23, 25-29, 35, 39, 42, 45, 48, 93, 140-145, 158
- Secretarias Estaduais, 17, 32-34, 36, 41-43, 45, 55, 58, 62, 92, 134, 136, 139, 158
- Silêncios (memória e), 8, 14, 16, 94, 97, 100-103, 105, 107, 109, 111, 113-115, 117, 158
- Udelar (Universidad de la República), 126-129, 158
- UFMG, 25-27, 34, 38-40, 58-59, 83-86, 107-108, 146-152, 154, 156-158
- UFPR, 83-86, 146-149, 156, 158
- UFRGS, 22, 25-27, 39, 42, 56-57, 59, 62-64, 83-85, 107, 146-148, 151, 154, 157-158
- UNICAMP, 27, 29, 38-40, 46, 59, 83, 85-86, 108, 146, 148-151, 154-155, 158
- YouTube (canal do CBCE), 33, 39, 42, 47, 58, 67-68, 80, 158

20 anos do GTT Memórias da Educação Física e Esporte no CBCE

BALANÇOS E PERSPECTIVAS

Ao celebrar duas décadas de trajetória do Grupo de Trabalho Temático (GTT) Memórias da Educação Física e Esporte, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), esta coletânea oferece um balanço crítico de sua contribuição para a consolidação da História da Educação Física e do Esporte como campo de produção do conhecimento no Brasil. Mais do que registrar uma efeméride, a obra problematiza percursos, desafios e perspectivas, reafirmando – na esteira da recente implementação da Política Interna de Memória do GTT – a memória como dimensão constitutiva da pesquisa, da formação acadêmica e da organização institucional.

Reunindo pesquisadores de diferentes instituições e gerações, os capítulos articulam análises sobre historiografia, políticas de memória, preservação documental, centros de memória, grupos de pesquisa e processos de institucionalização do campo. Em conjunto, evidenciam que a construção da memória ultrapassa a preservação do passado, constituindo uma prática crítica capaz de orientar a produção do conhecimento e projetar novos horizontes para a área.

Ao integrar reflexões teóricas, balanços historiográficos e experiências institucionais, a coletânea evidencia o papel estratégico do GTT Memórias na qualificação das pesquisas em Educação Física e Ciências do Esporte, bem como na defesa da preservação dos acervos, das trajetórias e dos patrimônios científicos que sustentam a identidade do campo.

Destinada a pesquisadores, docentes, estudantes de pós-graduação e graduação, bem como a todos os interessados na História da Educação Física e do Esporte, esta obra convida o leitor a compreender que refletir sobre a memória é, também, pensar criticamente os caminhos percorridos e as possibilidades futuras da produção científica brasileira.



ISBN: 978-65-5337-295-5

DOI: 10.46898/rfb.mrmj5ifoh6ow



9

786553 372955